Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras

ROSEMEIRE DE JESUS FERRAREZI BECARI

WORLD TRADE CENTER NO DISCURSO DA MÍDIA

A (DES)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA ISLÂMICA E NORTE-AMERICANA EM *VEJA* E *CAROS AMIGOS*

TRÊS LAGOAS – MS
2011

Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus Universitário de Três Lagoas
Programa de Pós-Graduação em Letras

ROSEMEIRE DE JESUS FERRAREZI BECARI

WORLD TRADE CENTER NO DISCURSO DA MÍDIA

A (DES)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA ISLÂMICA E NORTE-AMERICANA EM *VEJA* E *CAROS AMIGOS*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora Profª. Drª. Silvane Aparecida de Freitas.

TRÊS LAGOAS – MS
DEZEMBRO/2011

ROSEMEIRE DE JESUS FERRAREZI BECARI

COMISSÃO JULGADORA

_____
Presidente e Orientadora: Profª. Drª. Silvane Aparecida de Freitas

_____
1º examinador: Profª. Drª. Maria José Rodrigues Faria Coracini

_____
2º examinador: Profª. Drª. Vânia Maria Lescano Guerra

Três Lagoas, 16 de dezembro de 2011.

Dedico este trabalho a Deus, ao meu marido Eliandro, às minhas filhas Bianca e Beatriz e aos meus pais Maria e Antônio, aos meus irmãos Valmir e Orisete e, à minha irmã Rosana.

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei – o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra a operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade.

(Michel Foucault, *A arqueologia do saber*, 1969)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter-me dado sabedoria e força para concluir mais um de meus projetos de vida numa longa caminhada.

À minha orientadora, Profª Drª Silvane, por ter-me feito brilhar numa enorme escuridão e por sua dedicação, sua luta incansável para me ensinar o caminho a percorrer e que me fez acreditar que tudo era possível.

À Profª Drª Vânia Guerra, pelas contribuições, pela credibilidade em meus esforços e tentativas e que me proporcionou oportunidades para crescer.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UFMS com os quais tive o privilégio de estudar e àqueles que colaboraram com esta pesquisa, direta e indiretamente, especialmente a Profª Drª Marlene Durigan, pela leitura crítica e as sugestões por ocasião do exame de qualificação.

À Profª Drª Maria José Coracini, pela contribuição e arguição que prestou na banca de defesa desta.

Ao meu esposo, Eliandro, e às minhas filhas, Bianca e Beatriz, que me souberam compreender ao longo dos dois anos de estudo e que, pacientemente, incentivaram-me a passar as horas necessárias estudando.

Aos meus pais, Maria e Antônio, aos meus irmãos, Orisete e Vamir e, a minha irmã, Rosana, pela ajuda para encontrar os exemplares analisados, pelo carinho e amor.

Às colegas do mestrado, Rocini, Santandel, Eunice, Luane e, em especial, à Alessandra, pelo incentivo e pela aprendizagem.

Ao Claudionor e a Camila da Secretaria do Programa de Mestrado em Letras que prontamente sempre atenderam as minhas solicitações.

BECARI, Rosemeire de Jesus Ferrarezi. *World Trade Center no discurso da mídia*: a (des)construção identitária islâmica e norte-americana em *Veja* e *Caros Amigos*. Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011. 170f. (Dissertação de Mestrado).

O acontecimento discursivo do *World Trade Center* narrado pela mídia jornalística escrita é o ponto inicial das investigações desta dissertação. Interessam-nos, para esta pesquisa, as produções sociais de sentidos dos discursos midiáticos, associadas às representações sociais ou aos modelos identitários revelados nos gêneros reportagem e cartas do leitor. Dessa maneira, a proposta deste estudo é identificar formações discursivas e ideológicas, relações de poder e efeitos de sentido construídos pela mídia sobre o acontecimento discursivo do *World Trade Center,* ocorrido no dia 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos da América (EUA). Para tanto, analisam-se marcas enunciativas presentes nos discursos/gêneros textuais cartas do leitor e reportagens principais das revistas *Veja* e *Caros Amigos.* Trata-se de uma pesquisa de cunho multidisciplinar, ancorada no método arqueogenealógico foucaultiano. Estudamos também as representações sociais contidas nesses discursos a partir dos conceitos de discurso, dialogismo/heterogeneidade, sujeito, jogo de imagens/representação social, ideologia e relações de poder, investigando as práticas discursivas ligadas à constituição identitária do povo islâmico e do norte-americano. Nossa hipótese é que as duas revistas silenciam posicionamentos e ideologias de seus leitores. Recorremos aos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD), em especial a construtos de Pêcheux (1988, 1990), Foucault (1972, 1979, 2005), Orlandi (2005), Gregolin (2007), Brandão (2004), Authier Revuz (1990) e Coracini (2007), e a contribuições de alguns estudiosos da linguagem, como Bakhtin (1999), Citelli (2006), Martins (1997, 2006, 2008), entre outros, e da mídia, como Charaudeau (2009) e Scalzo (2007). Buscamos ainda, nos arcabouços teóricos dos Estudos Culturais, princípios defendidos por Bhabha (1998) e Hall (2000; 2005), entre outros. No que tange à coleta de dados e ao córpus, selecionamos, inicialmente, reportagens impressas acerca do atentado do *World Trade Center,* veiculadas pelas revistas em questão no período de setembro a outubro de 2001. Selecionadas as reportagens, procedemos a recortes de enunciados, de que resultou um total de 12 excertos analisados. Além disso, foram analisadas as cartas do leitor de ambas as revistas. Dividimos a dissertação em três capítulos. No primeiro, delimitamos e explicitamos alguns conceitos teóricos desenvolvidos durante toda a pesquisa. No segundo, trazemos as condições de produção, focalizando os gêneros discursivos e midiáticos e um breve histórico da origem e transformação de *Veja* e *Caros Amigos,* bem como do islamismo, da política norte-americana e do Império Bush, além dos conflitos entre os povos muçulmanos. No terceiro capítulo, realizamos as análises, escavando os arquivos em busca do que está silenciado na memória discursiva e observando como os diferentes sentidos são instaurados pela mídia. Constatamos que é pelo viés discursivo que a mídia instaura sua ideologia e que o leitor vai interpretar e apreender os sentidos e posicionamentos sócio-histórico-ideológicos abarcados pelos diversos suportes.

Palavras-chave: discurso midiático; ideologia; islâmico; norte-americano; silenciamento

BECARI, Rosemeire de Jesus Ferrarezi. *World Trade Center in the media discourse: the islamic and north-american identity (des)construction in Veja and Caros Amigos*. Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2011. 170f. (Dissertação de Mestrado

ABSTRACT

The discursive event of the World Trade Center told the news media writing is the starting point of investigations of this dissertation. Interest us, for this research, the production of social meanings that the media discourses produce, associated with representations (the identity models revealed in the genres report and reader letters). This way, the purpose of this study is to identify ideological and discursive formations, power relations and effects of meaning constructed by the media on the discursive event of the World Trade Center, occurred on September 11th, 2001, in the United States of America (USA). To this end, we analyze enunciative marks present in the discourses / textual genres reader letters and main reports of the magazines Veja e Caros Amigos. It is a survey of nature multidisciplinary anchored Foucault archeogenealogical method. We also study the social representations contained in these discourses, the concepts of discourse, dialogism, heterogeneity, subject, games of images, social representation, ideology and power relations; investigating the discursive practices related to the constitution of identity of the islamic people and the north-american. Our hypothesis is that the two magazines Veja and Caros Amigos silent positions and ideologies of its readers. We use the theoretical principles of Discourse Analysis (DA), the authors Pêcheux (1988, 1990), Foucault (1972, 1979, 2005), Orlandi (2005), Gregolin (2007), Brandão (2004), Authier Revuz (1990) and Coracini (2007), and some scholars of language as Bakhtin (1999), Citelli (2006), Martins (1997, 2006, 2008), among others and media, as Charaudeau (2009) and Scalzo (2007). We seek to further in theoretical frameworks of Cultural Studies, scholars Bhabha (1998), Hall (2000, 2005), among others. With respect to the data collection and corpus, we selected print articles about attack of the World Trade Center, circulated by the magazines in question in period September-October 2001, a total of 12 excerpts of the articles analyzed. In addition, we analyzed the reader letters of both magazines. We divided the dissertation into three chapters. In the first, delimited and elucidated some theoretical concepts developed throughout the research. In the second, we bring the conditions of production: genres and media: a brief history of the origin and transformation of Veja and Caros Amigos, Islam, the U.S.A policy and the Bush Empire, conflicts between Muslim peoples. In the third chapter, we conducted the analysis, excavating archives in search of what is silenced in discourse memory and seeing how the different senses are established by the media. We found that is by discursive bias that the media establishes its ideology and the reader will interpret and understand the senses and socio-historical and ideological positioning covered by the various media.

Keywords: media discourse; ideology; iIslamic; north-american; silencing.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 11

CAPÍTULO I: A ANÁLISE DO DISCURSO E SEUS ENREDOS..... 21
1.1 Concepções de linguagem e discurso: a prática discursiva e as suas imbricaduras..... 21
1.2 A constituição dos gêneros discursivos..... 25
1.3 As diversas vozes em um único dizer: heterogeneidade constitutiva..... 30
1.4 Os gêneros discursivos e a mídia: o suporte material e o seu leitor..... 34
1.5 A identidade do sujeito interpelado pela ideologia: constituído na história e pelo outro..... 43
1.6 Globalização: transgressão de identidades e o Estado-Nação..... 48

CAPÍTULO II: CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: A MÍDIA COMO REPRODUTORA DA IDENTIDADE NACIONAL DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO?..... 53
2.1 Técnicas de subjetivação: *Veja* e *Caros Amigos*..... 53
2.1.1 *Veja:* o ver que se transformou *versus Caros Amigos*: amiga ou inimiga?..... 55
2.1.2 *Veja:* um breve percurso histórico..... 57
2.1.3 Da formação à transformação: *Caros Amigos*..... 59
2.2 O terrorismo na história e o *World Trade Center*..... 62
2.3 O outro (re)construído: o islâmico..... 65
2.4 Os Estados Unidos da América: estigmas da exclusão social..... 72

CAPÍTULO III: O ATENTADO DO *WORLD TRADE CENTER* 2001 SOB A ÓTICA DE *VEJA E CAROS AMIGOS*..... 78
3.1 Os discursos do capitalismo: A representação dos norte-americanos e dos islâmicos..... 79
3.2 Os discursos religiosos: A representação dos norte-americanos e dos islâmicos..... 99
3.3 O gênero discursivo “carta do leitor”: representações e ideologia do leitor e o saber-poder da mídia..... 116

O DISCURSO MIDIÁTICO: SILENCIANDO POSICIONAMENTOS E IDEOLOGIAS..... 124

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 129

MEMORIAL DESCRITIVO..... 137

ANEXOS..... 147
ANEXO A: Reportagens de *Veja*..... 147
ANEXO B: Cartas do Leitor de *Veja*..... 160
ANEXO C: Reportagens de *Caros Amigos*..... 163
ANEXO D: Cartas do Leitor de *Caros Amigos*..... 169

INTRODUÇÃO

> 11 de setembro de 2001: assistimos, ao vivo, pela televisão, aviões se chocarem contra as *Twin Towers* e a cena era familiar, pois já a tínhamos visto, inúmeras vezes, nas telas, em super-produções americanas. Entre a cena real e alguma cena de filme, ficamos indecisos: como distingui-las na era das tecnologias de informação, quando tudo se volatiza em imagens e redes flutuantes que invadem nossa percepção? O assombro banalizou-se. A cena, incontáveis vezes repetida, cristalizou-se no instantâneo de nossas retinas, como parte do espetáculo que, passado o espanto, grudou-se no cotidiano. (ORLANDI, 2003, p. 9).

Esta pesquisa reflete sobre o acontecimento discursivo dos atentados "terroristas" de 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center*, em Nova York, e sua representação pela/na imprensa brasileira, nos suportes *Veja* e *Caros Amigos*. Nascida do interesse por matérias veiculadas pela mídia, especificamente as brasileiras, visa a uma análise das formações discursivas e ideológicas (das relações de poder) e dos efeitos de sentido presentes nos discursos que circularam nas revistas *Veja e Caros Amigos*, a partir das marcas de heterogeneidade enunciativa, como mecanismos de auxílio à interpretação. Além disso, analisa-se como a mídia constrói a identidade do islâmico e do norte-americano, ou seja, como se dá a representação sociodiscursiva destes, nessas duas mídias.

Após o atentado "terrorista" de 11 de setembro nos Estados Unidos da América (EUA), foi produzida uma infinidade de matérias nos *mass media* brasileiros escritos, evidenciando ou silenciando posicionamentos e ideologias e, convidando os pesquisadores de língua e linguagem a uma articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso, em busca de processos de construção de identidades sociodiscursivas e de efeitos identitários construídos numa teia entre discurso, história e memória, pensando a mídia tal como a concebe Gregolin (2007): como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico.

O atentado às *Twin Tower* (Torres Gêmeas) de 11 de setembro de 2001 desafiou muitas opiniões em face de suas proporções e de sua imprevisibilidade, gerando distintas interpretações e mobilizando os mais variados sentidos e "campos" discursivos. Os discursos produzidos deslocavam seus sentidos por entre diferentes práticas discursivas e, do interior das dispersões, emergiam regularidades, ora no âmbito das formações religiosas, como cristianismo e islamismo, salvação e condenação (punição) dos responsáveis pela tragédia, Bem e Mal, ora no espaço discursivo dos estereótipos, dos mitos, do confronto entre "povos bárbaros" e "civilizados", da islamofobia, das diferenças étnicas e culturais (identitárias).

No dia 11 de setembro de 2001, três aviões norte-americanos mudaram o rumo da história. Os atentados contra o *World Trade Center*, em Nova York, e contra o Pentágono, em Washington, provocaram a morte de aproximadamente 3.700 pessoas e reforçaram o cerco de preconceitos e mal-entendidos em torno da segunda maior religião do mundo, o Islã. Ataques "terroristas" fulminaram parte do Pentágono, símbolo do "poderio" militar norte-americano, e o *World Trade Center,* ícone do capitalismo financeiro globalizado. Os dois "maiores" símbolos da América foram alvejados: as duas torres foram completamente destruídas, desabaram, viraram escombros; o Pentágono sofreu consideráveis danos.

Suspeitos pela tragédia: os árabes islâmicos; em especial, Osama Bin Laden, "maior inimigo" dos Estados Unidos da América. Acreditava-se que ele estivesse vivendo sob proteção do Taleban, pois a milícia Taleban controlava mais de 90% do Afeganistão, desde 1979, quando as tropas soviéticas chegaram a Cabul, no intuito de colocar no poder um regime pró-Moscou, e os americanos não se renderam às ameaças comunistas, declarando "retaliação" e vingança ao mundo islâmico.

Desse modo, alguns supunham que o ataque "terrorista" à "maior potência" econômica mundial tivesse sido decorrente dessa guerra firmada desde a Guerra Fria; outros acreditavam que se estava cumprindo a profecia prevista nos livros sagrados. Bush era considerado por muitos como o

“causador” - a besta -enquanto outros consideravam que os “atentados” eram “obras” de Osama Bin Laden, um terrorista a serviço do mal.

Profecia ou não, tal fato nos leva à tentativa de entendê-lo pelo viés discursivo, pois, desses discursos, não sobressaem apenas os efeitos de sentido, mas também a construção identitária tanto do povo islâmico como do povo norte-americano perante as sociedades mundiais. (CORACINI, 2007).

Diante do exposto, as teorias que sustentam a nossa análise nesta pesquisa advêm da Análise do Discurso de Linha Francesa e dos Estudos Culturais, supondo que a identidade do “terrorista” (povo islâmico) do *World Trade Center* e do povo norte-americano seja construída na e pela mídia por discursos que marcam relações de poder e que sofrem influência da cultura de massa. Nossa hipótese é que as duas revistas, *Veja* e *Caros Amigos*, silenciam posicionamentos e ideologias de seus leitores.

O *corpus* de análise é constituído de recortes de enunciados sobre o atentado ao *World Trade Center*, produzidos e divulgados entre setembro e outubro de 2001, em dois gêneros discursivos – reportagem e cartas do leitor – de duas revistas: *Veja* e *Caros Amigos*. Analisamos os discursos que se projetaram nesses suportes midiáticos sobre o acontecimento de 11 de setembro de 2001, focalizando as representações desses discursos sobre o povo islâmico e o norte-americano, a partir de conceitos de sujeito, representação social, jogo de imagem, identidade, ideologia, heterogeneidade, memória discursiva, formação discursiva, efeitos de sentido e relações de poder. Desse modo, entendemos ser possível identificar as práticas discursivas ligadas à constituição identitária do povo islâmico e do povo norte-americano.

Na busca dessa identificação, as teorias discursivas têm apontado para a importância do estudo das formações discursivas e ideológicas que constituem as identidades. Segundo Hall (2005, p. 81-98), “todo discurso ‘concreto’ é determinado duplamente, de um lado, por formações ideológicas que remetem esse discurso a formações definidas, por outro lado, pela autonomia relativa da língua”. E é nas formações ideológicas e nas relações de poder que o sujeito se constitui como tal e atinge sua representação social.

Em consonância com Hall (2005), Orlandi (2001, p. 40-41) afirma que, na “relação discursiva, as imagens constituem as diferentes posições”, visto que as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua “eficácia”. É na materialidade discursiva que se projetam as posições, o imaginário, ou seja, os sujeitos enunciam ou enunciam-se de lugares ou posições ideologicamente marcados.

Nas revistas em questão, os discursos são apresentados como verdades absolutas; uma das estratégias por meio das quais ambas se representam ou são representadas como instituições inspiradoras de credibilidade (CORACINI, 2007). Além disso, trabalham no inconsciente do público, de forma a deixarem vivas determinadas memórias discursivas e a cristalizar essas verdades no imaginário social, por meio de repetição, assegurando, assim, sua condição de construtoras de estereótipos e representações. (BHABHA, 1998).

Ao analista – papel que nos atribuímos nesta dissertação –, cabe analisar as formações discursivas e ideológicas e enfocar o papel da memória discursiva e das relações de poder/saber (segundo a tese foucaultiana) na constituição do discurso dessas revistas e identificar como exercem poder sobre seus leitores.

Para executar essa tarefa, emerge a necessidade de observar a representação/identidade dos “atores” envolvidos no acontecimento de 11 de setembro de 2001, por meio dos discursos (nosso objeto de estudo e pesquisa) que circularam na mídia (*Veja* nº. 1718, ano 34, nº. 37, de 19 de setembro de 2001, e *Caros Amigos*, nº. 55, ano V, de outubro de 2001), por meio das reportagens principais e das cartas do leitor. Na perspectiva de aprofundar os conhecimentos sobre alguns conceitos da Análise do Discurso que são fundamentais para este trabalho, investigamos as práticas discursivas ligadas à constituição da identidade/representação do povo islâmico e do povo norte-americano.

Ressaltamos que a escolha dessas revistas não foi aleatória; alguns autores contribuíram para isso. Segundo Magalhães (2003, p. 133), *Veja* é “um semanário de grande circulação no país e parece dirigir-se a um público mais

esclarecido, bem informado, capaz de reconhecer as figuras de retórica utilizadas na construção do seu discurso". Na concepção de Pereira Filho (2004, p. 29), *Caros Amigos* representa "a imprensa alternativa no Brasil, de circulação mensal, independente", constituindo-se como "uma recriação criativa, inovadora e recontextualizada das experiências e propostas consagradas na década de 70". Nas duas "avaliações", evidenciam-se relações de poder (FOUCAULT, 2004), extremamente relevantes para nossa pesquisa.

Embora o discurso midiático seja apresentado como objetivo, neutro ou imparcial na elaboração dos discursos de informação veiculados cotidianamente, observa-se que, nesses discursos, os sentidos podem estar silenciados ou ocultos, pois a língua não é transparente. A elaboração das matérias passa por um processo de seleção, de escolha e edição que busca a objetividade e a imparcialidade; porém, os posicionamentos da revista acabam por revelar-se na materialidade e nos silêncios da língua. A mídia utiliza-se dos gêneros discursivos segundo seu poder de manipulação e persuasão para fazer crer que seu discurso, mesmo sendo constituído de recortes e interpretações de acontecimentos, encerra "verdades absolutas", exercendo, assim, seu poder sobre as pessoas e sobre as sociedades.

Diante desses apontamentos, cabem ao pesquisador os seguintes questionamentos:

- Recorrendo à memória discursiva, indagamos: quais são as formações discursivas e ideológicas que perpassam o dizer dessas mídias impressas?

- Quais são as representações que as mídias impressas veiculam acerca do povo islâmico e do povo norte-americano?

Nesta pesquisa, temos como aporte teórico os trabalhos de Pêcheux (2009), extraímos as contribuições sobre condições de produção do discurso; de Foucault (2006), exploramos as relações de poder; de Coracini (2007), os construtos sobre discurso excludente; recorremos a Gregolin (2007) para questões identitárias, rede de memória, sujeito e sentido. Authier-Revuz (1990), Bakhtin (1992) e Brandão (2004) contribuem com os conceitos de dialogismo, heterogeneidade/interdiscurso e gênero discursivo. Na área dos Estudos

Culturais, recorremos aos estudos de Hall (2000; 2005) acerca da identidade híbrida; aos conceitos de Jameson (2001) referentes à globalização e à pós-modernidade; aos conceitos de Bhabha (1998) sobre a cultura pós-colonial e pós-moderna (multicultural). Além disso, como exploramos discursos midiáticos, são relevantes as contribuições de Charaudeau (2009).

Para situar esta pesquisa em seu estado da arte, elencamos alguns trabalhos que estão no banco de teses da CAPES. Nesse acervo, encontramos resumos de dissertações e teses defendidas a partir de 1987 sobre terror e mídia. A maior parte desses trabalhos é posterior aos atentados de 11 de setembro de 2001, porém muitos tratam especificamente da cobertura desse acontecimento. As pesquisas concentraram-se mais nos programas de pós-graduação em Comunicação, mas há outras em programas de Ciências Sociais, Relações Internacionais, História, Letras e Psicologia.

Destacamos apenas os encontrados na área de Letras, como a pesquisa de doutorado de Maria Cristina Santiago da Silveira, realizada em 2007, sob a orientação do Prof. Dr. Pierre François Georges Guisan, *Narração do acontecimento e ideologia: o exemplo do 11 de setembro na imprensa francesa*, que teve como objetivos estudar o discurso da imprensa escrita francesa e observar aspectos representacionais sociodiscursivos e de modelos identificatórios construídos que interferem na narração do acontecimento.

Outro trabalho a mencionar é a dissertação de mestrado de Aline Louro de Souza e Silva, realizada em 2008, intitulada *O conceito de terrorismo nos jornais americanos – uma análise de textos do New York Times e do Washington Post, logo após os atentados de 11 de setembro,* cujo objetivo foi analisar o conceito de terrorismo presente em reportagens de dois dos principais jornais americanos no período entre os ataques de 11 de setembro de 2001 e o início da guerra ao governo Talibã, no Afeganistão.

Citamos também a dissertação de mestrado de Mario Geraldo Rocha da Fonseca, pesquisa feita em 2006, intitulada *Agonia de um mito pós-moderno: narrativas míticas arcaicas e o relato jornalístico do 11 de setembro*, na qual teve por objetivo encontrar afinidades estruturais entre as narrativas contemporâneas e as narrativas arcaicas. Para isso, tomou como objeto de

estudo o relato dos atentados terroristas aos Estados Unidos da América (EUA) que ficaram conhecidos pelo dia e pelo mês – 11 de setembro – em que ocorreram, em 2001.

Ainda temos a pesquisadora Vera Lúcia Meira Magalhães, que desenvolveu sua pesquisa de doutorado, em 2004, intitulada *A legenda enquanto gênero do discurso – a imprensa paulista e o atentado terrorista de 11 de setembro*. Esse trabalho teve por objetivo caracterizar a legenda como gênero do discurso, sob a perspectiva teórica bakhtiniana, tomando como categorias de análise três aspectos básicos - conteúdos temáticos, construção composicional, estilo verbal. Segundo a autora (2004), uma série de singularidades linguístico-discursivas pode ser depreendida do percurso analítico realizado a partir de amostra de pesquisa constituída pelas legendas das primeiras páginas e dos cadernos especiais sobre o atentado terrorista de 11 de setembro, veiculados pelos jornais paulistas *Agora*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* e o *Estado de S. Paulo*.

Embora haja vários trabalhos relacionados à temática do atentado terrorista ao *World Trade Center*, este estudo justifica-se pelo fato de não termos encontrado nenhum estudo, em âmbito nacional, que empreendesse a análise da constituição identitária do povo islâmico e do povo norte-americano, especialmente no campo dos estudos linguísticos.

Quanto à metodologia empregada, parece claro que o estudo do acontecimento de 11 de setembro não é possível, ou se tornaria menos completo, se apenas um referencial teórico fosse utilizado para análise, o que leva à necessidade de um estudo multidisciplinar, ancorado no método arqueogenealógico. A arqueologia busca definir os próprios discursos como práticas que obedecem a regras e procura descrever como o campo se constitui, enquanto rede que se relaciona com os diversos saberes nela presentes. Já a genealogia investiga a origem dos saberes, buscando os fatores que interferem na emergência, permanência e adequação das práticas discursivas, recorrendo a procedimentos metodológicos que auxiliam na análise e na interpretação dos recortes de enunciados.

Desse modo, buscamos investigar as condições de produção dos discursos sobre o norte-americano e os islâmicos divulgados pelas mídias escritas *Veja* (nº. 1718, ano 34, nº. 37, de 19 de setembro de 2001) e *Caros Amigos* (nº. 55, ano V, de outubro de 2001). Identificadas marcas linguísticas que nos levassem à interpretação dos dados, analisamos recortes desses discursos divulgados na e pela mídia escrita que de fato marcassem discursivamente a identidade islâmica e a norte-americana.

No que tange à coleta de dados, selecionamos reportagens impressas acerca do atentado às Torres Gêmeas do *World Trade Center*, num total de 12 recortes retirados das reportagens, sendo seis de *Veja* e seis de *Caros Amigos*. Esses recortes foram feitos e selecionados a partir das regularidades discursivas que atendessem aos nossos objetivos de pesquisa. As sequências discursivas recortadas das reportagens analisadas da *Veja* são designadas por RV; as sequências retiradas da seção cartas do leitor, por RVCL. As sequências discursivas das reportagens da *Caros Amigos* foram denominadas de RCA e as retiradas da seção cartas do leitor receberam a denominação RCACL, analisadas no capítulo III.

Para a análise dos dados, procuramos problematizar os recortes (os discursos) dos textos produzidos, observando os diversos sentidos construídos e desconstruídos por ambas as revistas, assim como as condições de produção em que esses discursos estão imbricados.

Utilizamo-nos dos pressupostos teóricos da AD Francesa e dos Estudos Culturais, sustentando-nos em Pêcheux (1969) acerca do conceito de discurso, concebido como “palavra em movimento, prática de linguagem” (ORLANDI, 2005, p.15), pois consideramos os dizeres desses órgãos de imprensa um campo de pesquisa importante para observar/problematizar os sentidos e a constituição/representação do sujeito como produtor/enunciador e leitor inscrito na linguagem. Por fim, recorremos também ao conceito de memória discursiva, que, na visão de Orlandi (2005, p. 31), “é o que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Em outras palavras, não há discurso/ texto sem memória.

Para atingir nossos objetivos de pesquisa – problematizar as representações sociais (os modelos identitários revelados nos gêneros reportagem e cartas do leitor) e identificar formações discursivas e ideológicas, relações de poder e efeitos de sentido construídos pela mídia sobre o acontecimento discursivo do *World Trade Center,* ocorrido no dia 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos da América (EUA) –, dividimos nossa dissertação em três capítulos e trouxemos, nos anexos, o memorial descritivo, as reportagens de *Veja* e *Caros Amigos* e cartas do leitor de *Veja* e *Caros Amigos*.

No primeiro capítulo, selecionamos e abordamos alguns conceitos da Análise do Discurso e dos Estudos Culturais, que foram aprofundados durante o desenrolar da pesquisa: gênero discursivo e midiático, discurso, heterogeneidade, memória, interdiscurso, dialogismo, formação discursiva e ideológica, sujeito, jogo de imagens, representação social, identidade híbrida, globalização, pós-modernidade, cultura pós-colonial e pós-moderna (multicultural), efeitos de sentido e relações de poder.

No segundo capítulo, traçamos as condições de produção, buscando, na história, uma breve retrospectiva do surgimento e da transformação dos perfis das revistas *Veja* e *Caros Amigos*, a trajetória do islamismo e da política norte-americana.

Por fim, no terceiro capítulo, analisamos o *corpus*, dividindo a análise em três eixos: o primeiro eixo, mercadológico/capitalista, traz a análise das representações de *Veja* e *Caros Amigos* sobre a identidade norte-americana e islâmica; o segundo eixo, religioso, apresenta a análise das representações de *Veja* e *Caros Amigos* sobre a identidade islâmica e norte-americana, o terceiro e último traz as representações do leitor e o saber-poder da mídia.

Espera-se, portanto, com este trabalho, contribuir para estudos futuros relacionados ao tema, seja na área da Linguística, da Sociologia, dos Estudos Culturais ou da História. Que os resultados desta pesquisa desestabilizem esses discursos ditos como verdades absolutas, que

geralmente levam o leitor a saciar-se com a ideologia defendida por esses veículos.

Feitas as considerações introdutórias, passemos para o embasamento teórico, iniciando pelos conceitos de língua e linguagem até chegarmos aos conceitos advindos da visão discursiva (AD), dos estudos midiáticos e dos estudos culturais (EC) utilizados como suporte para esta pesquisa.

CAPÍTULO I: NO PERCURSO TEÓRICO DISCURSIVO

Em virtude de nossa escolha teórica, tratamos, ao longo deste capítulo, de conceitos fundamentais, tais como: linguagem, discurso, gêneros discursivos, discurso midiático, heterogeneidade constitutiva, interdiscurso, memória discursiva, formação discursiva, formação ideológica[1]/relação de poder, efeitos de sentido, sujeito, representação, identidade, globalização e pós-modernidade.

1.1 Concepções de linguagem e discurso: a prática discursiva e as suas imbricaduras

> A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção. Não se pode, evidentemente, isolar a comunicação verbal dessa comunicação global em perpétua evolução. Graças a esse vínculo concreto com a situação, a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não-verbal (gestos de trabalho, atos simbólicos de um ritual de cerimônias, etc.), dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar. (Mikhail Bakhtin, 1989, p. 124).

Ao iniciarmos esta pesquisa, entendemos ser necessário buscar os fundamentos sobre como ocorreu o surgimento das teorias do discurso, a fim de nos posicionarmos sobre a concepção de linguagem adotada.

No início dos anos 1960, pesquisadores começaram a estudar a relação da linguagem com sua exterioridade (o contexto), tomando, como objeto de análise, o discurso, o que "provocou" o surgimento da escola francesa de Análise do Discurso (AD), cujo fundador foi Michel Pêcheux. A AD surgia não como mais uma ciência de complementação às já existentes (a Linguística e as Ciências Sociais), mas sim do entremeio dessas, pois passou a considerar a ordem própria da linguagem, o sujeito e a situação. Ou seja: a

[1] Utilizamos nesta pesquisa o conceito ideologia para referirmos-nos as relações de poder (valores) no discurso midiático.

linguagem começava a ser entendida, segundo Orlandi (1998, p. 17), como ação, transformação, como um trabalho simbólico, pois tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade, entre outras.

A AD passou a estudar a língua funcionando para a produção de sentidos, ou seja, a analisar unidades que estão além da frase, do texto; a investigar como este significa, porque há uma materialidade simbólica própria e significativa, carregada por uma semântica que é concebida na discursividade. Nesse sentido, a AD surge do entremeio da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise e busca mostrar que a relação linguagem, pensamento e mundo não é unívoca e nem é direta, mas estes estão imbricados um no outro e cada qual possui uma especificidade. A língua passa a ser compreendida pela AD não só como estrutura, mas no discurso (como acontecimento), pois o sujeito é afetado pela história (os fatos reclamam sentidos).

Nessa perspectiva, os estudos do discurso deslocam a noção de homem para a de sujeito, entendido como sujeito de linguagem, descentrado, por ser este afetado tanto pelo real da língua quanto pelo real da história: “As palavras já chegam para nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram, e que, no entanto, significam em nós e para nós”. (ORLANDI, 2005, p. 20).

Dessa ótica, entendemos que a linguagem é o lugar de conflito ideológico, de modo que as condições de produção dos discursos emitidos pelo sujeito não podem ser dissociadas, pois a palavra não é monológica, mas plurivalente; e o dialogismo passa a ser uma condição constitutiva do sentido. A linguagem é parte integrante do homem. (BAKHTIN, 1992). A língua tem uma função prática imprescindível na vida do ser humano, seja no plano individual, seja no seu relacionamento social. O homem não é completo sem a interação pela linguagem.

Para o pensador russo, a linguagem é um processo linguístico que só existe porque a língua constitui-se em um processo de criação contínua que se realiza pela interação verbal dos locutores. A intersubjetividade antecede à subjetividade, pois a linguagem vai além de sua dimensão comunicativa. O

sujeito modifica seu discurso de acordo com intervenções reais ou imaginadas dos outros discursos.

A linguagem constitui o sujeito heterogêneo, que se marca por meio de um duplo deslocamento. Um sujeito que ancora a consciência na palavra: “a consciência de si é sempre verbal”, pois a consciência individual é um fato social e ideológico. (BAKHTIN, 2004, p. 183), e outro que ancora o sujeito na comunidade: “[...] o eu só pode se realizar no discurso, apoiando-se em nós”. (BAKHTIN, 1992, p. 68). “Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro”. (BAKHTIN, 1992, p. 51).

A linguagem é constitutiva da experiência humana e de seu papel ativo no pensamento e no conhecimento; não é mera transmissão de informação. É por meio do caráter interior e exterior da linguagem que os discursos se constituem e dialogam. A linguagem acompanha ou pode acompanhar as atividades humanas, de modo que usar a linguagem implica um processo dialógico-interativo. A linguagem acompanha o homem na história, na cultura e no social, tornando-se “um suporte híbrido, um dispositivo de luta, reivindicação e solicitação de direitos, ou de ameaças diretas e indiretas”. (GUERRA, 2008, p. 37).

Desse modo, a língua no seu aspecto social é o elemento indispensável para a interação dos indivíduos dentro de seu grupo. Ela não existe em si nem por si só e não pode ser definida simples e unicamente como um código de sinais. A língua somente existe e se realiza de fato em situações sociais.

Segundo Foucault (1979), todo discurso é visto como um lugar no qual o sujeito falante constitui-se via vários outros discursos que dialogam entre si, estabelecendo relações de poder, pois o poder não é um elemento material que se obtém. Ele ocorre nas relações entre indivíduos ou instituições. Ou seja, para Foucault (1979, p. 94), “o poder não é um objeto natural, uma coisa [...] é uma prática social”. É regido por diferentes formas de exercício dos micropoderes que se estabelecem entre subjetividades nas relações de comunicação, na produção dos gêneros. Todo discurso é uma forma de

exercer o poder, e esse poder é determinado em campos sociais, nas instituições organizacionais da sociedade, tal como no campo da mídia, que exerce seu poder por meio dos discursos que veicula.

Para a AD, o discurso não deve ser estudado desvinculado de suas condições de produção (CP). Nessa perspectiva, Orlandi (2001, p.16) afirma que é necessário estabelecer uma ligação entre a linguagem, a história e a ideologia, ou seja, relacionar a língua com sua exterioridade. Assim, nesta pesquisa, emerge a necessidade de estudar as CP dos discursos sobre o norte-americano e sobre o islâmico, divulgados pelas mídias escritas *Veja e Caros Amigos*, em relação ao dia 11 de setembro de 2001.

De acordo com Foucault (2005, p. 9), a produção do discurso "é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade". Desse prisma, deparamos com o conceito de interdição como algo que regulariza o que pode e que deve ser dito em face das condições de produção.

Foucault (1972, p. 147) postula que o discurso deve ser entendido como o conjunto de enunciados que derivam de uma mesma formação discursiva. Nas palavras do autor, "é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa".

Nessa ótica, as CP do discurso não podem ser compreendidas, especificamente, como sendo a situação empírica e a representação no imaginário histórico-social do discurso que está em jogo. (CARDOSO, 2003, p. 39). O discurso marca, de modo implícito, a posição do sujeito, regulando seu dizer e perpassando o local de produção do seu discurso e a formação discursiva em que se inscreve.

Nesse sentido, o discurso enquanto saber marca poder, pois "o poder mostra alternância entre uma positividade e uma negatividade que lhe é

atribuída, mantendo a idéia de prosperidade e exercício de um único soberano, ou de uma minoria sobre uma maioria". (GREGOLIN, 1988, p. 118).

Para Foucault (2006, p. 14), "as relações de poder são intrincadas em outro tipo de relação de produção, de alianças, de família, de sexualidade em que desempenham um papel ao mesmo tempo condicionante e condicionado." Portanto, na visão do autor:

> a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Nunca seremos aprisionados pelo poder, pois podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa, ou seja, as relações de poder estão emaranhadas em relações sociais. (FOUCAULT, 1979, p. 241).

Os sujeitos estão atrelados a relações tensas de poder e de saber, pois "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar". (FOUCAULT, 2005, p. 10).

O lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz, pois há uma relação de forças, sustentadas no/pelo poder dos diferentes lugares que o sujeito ocupa. O jornalista, por exemplo, fala a partir de um lugar em que suas palavras têm certa autoridade, por expressar "verdades absolutas" por meio de gêneros discursivos distintos, objetos de reflexão do próximo item.

1.2 A constituição dos gêneros discursivos

> A interação verbal constitui a realidade fundamental da língua. [...] *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* (BAKHTIN, 1989, p. 109).

Entendemos gêneros do discurso tal como Bakhtin: estes são constituídos por inúmeros enunciados, e cada qual possui sua particularidade. Eles são efetivados por meio de enunciados concretos nas diferentes esferas

sociais (é na e pela língua que ganham existência): “A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana”. (BAKHTIN, 1992, p. 279). Segundo Bakhtin (1992, p. 282):

> Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja, dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica. Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.

Bakhtin (1992) afirma ainda que há duas classes de enunciados, que diferenciam os gêneros em primários (os da comunicação cotidiana) e secundários (os da comunicação elaborada, institucionalizada). Os gêneros primários também estão carregados dos gêneros secundários, mas são elaborados segundo regras de um sistema de formação, esfera de linguagem que leva à transformação. Já os gêneros secundários são constituídos a partir de uma inscrição histórica, social e cultural (determinado tempo e lugar), como é o caso das reportagens e das cartas do leitor, gêneros analisados neste trabalho.

Segundo o autor, os enunciados vão apontar quais as condições específicas e os propósitos dessas atividades, considerando seu conteúdo, seu estilo verbal e sua construção composicional, pois “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis de enunciados*, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*”. (BAKHTIN, 1992, p. 279). Nas palavras do autor, há grande variedade e riqueza das particularidades dos gêneros do discurso, porque a atividade humana não se esgota, e essas esferas comportam repertórios diferenciados que se podem ampliar conforme a complexidade de cada esfera e seu desenvolvimento. Qualquer enunciado isolado é sempre individual, mas, a cada esfera de utilização da língua, o

sujeito vai elaborando seus tipos de enunciados, os gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003), que visam sempre “a um certo tipo de modificação da situação”. (MAINGUENEAU, 2005, p. 66).

Em consonância com Bakhtin, Maingueneau (2005, p. 61), em *Análise de textos de comunicação,* afirmou que “os gêneros de discurso pertencem a diversos tipos de discurso associados a vários setores da sociedade”. Pode-se afirmar que não precisa o sujeito atentar a todos os detalhes dos enunciados que ocorrem, porque “em um instante somos capazes de identificar um dado enunciado como sendo um folheto publicitário ou como uma fatura e, então, podemos nos concentrar em um número reduzido de elementos”. (MAINGUENEAU, 2005, p. 64). Para garantir a comunicação e evitar mal-entendidos entre os sujeitos envolvidos numa troca linguageira, é preciso, que, estes partilhem dos mesmos enunciados.

São as atividades sociais que vão garantir a moldagem dos enunciados em gêneros, de modo que um jornalista, “para informar o público sobre um fato precisa ter condições de realizar isso e o público deve estar interessado em receber essa informação”. (AMIN, 2007, p.38). Isso significa ser necessário assegurar o estatuto de parceiros legítimos nos gêneros de discurso: quem fala, a quem se dirige a fala, porque cada um dos locutores tem deveres, direitos e saberes.

Outro aspecto mencionado pelo autor como finalidade comunicativa está relacionado ao lugar e ao momento legítimos, pois “todo gênero de discurso implica um certo lugar e um certo momento. Não se trata de coerções ‘externas’, mas de algo constitutivo”. (MAINGUENEAU, 2005, p. 66). O momento, de acordo com o autor, corresponde à temporalidade dos gêneros, que está implicada no eixo da periodicidade (por exemplo, num telejornal, o horário e o dia são fixos), assim como a duração do encadeamento (quanto dura a realização de um gênero de discurso havendo chances de mudar as durações, ocorrer diversas durações, como por exemplo, a leitura de informações destacadas em um texto ou a sua leitura completa); a continuidade (há gêneros que podem ter sua leitura interrompida diversas vezes, como um romance, mas há outros que não, como uma piada); uma

duração de validade presumida (há durações diferentes dependendo da mídia, como por exemplo, um jornal pode durar por um dia, já uma revista pode ter validade por uma semana). (MAINGUENEAU, 2005).

Entendemos, no entanto, que o gênero do discurso vai além do gênero do texto, pois este é carregado de (inter)subjetividades e dependente da situação de comunicação.

Nesse sentido, para Charaudeau (2009, p. 204), o lugar de construção do sentido está ligado ao lugar de produção (modos de fabricação dos textos e reconhecimento de textos de outros), ao lugar da recepção (classificações efetuadas pelos institutos de sondagem ou de medida de audiência), ao lugar do produto acabado (efeitos de sentido construídos pela pluralidade das leituras numa relação de negociação discursiva). É habitual conferir ao gênero "um estatuto essencialmente formal, o de um conjunto de propriedades estilísticas, ao passo que o gênero define também as condições de utilização dos textos que pertencem a ele". (MAINGUENEAU, 2007, p.141).

Nessa perspectiva, Martins (2006, p. 169) esclarece:

> Os gêneros são vistos como o resultado do uso comunicativo da língua em sua realização dialógica, de forma que os indivíduos, quando se comunicam, não trocam orações, nem palavras, porém trocam enunciados que se constituem com os recursos formais da língua (gramática e léxico). São formas altamente maleáveis, dinâmicas e plásticas. A plasticidade dos gêneros é comprovada pelo predomínio da função em relação à forma na determinação do gênero.

Segundo a autora, a enorme variedade e riqueza dos gêneros discursivos é fruto de nossa necessidade de comunicação, pois, a cada situação comunicativa diferente, "um gênero é desenvolvido com o intuito de materializar o discurso adequadamente ao contexto situacional e, consequentemente, difundir a história de geração a geração". (MARTINS, 2006, p. 175).

Vários teóricos da enunciação afirmaram que, num mesmo gênero, pode haver outros gêneros (subgêneros) sendo retomados, pois há marcas de intertextualidade ou de "subtextos" em um único texto. Tais descobertas não

contemplaram, no entanto, as relações intersubjetivas e o poder que de fato constituem um gênero. Os gêneros de discurso estão associados a condições específicas de produção, circulação e interpretação e articulam-se sobre relações históricas e sociais que não desconsideram as condições de fala, a interpretação e até mesmo a constituição da memória. Na esteira desse raciocínio, Charaudeau (2004, p.151) afirma que:

> As características dos discursos dependem essencialmente de suas condições de produção situacionais nas quais são definidas as coerções que determinam as características de organização discursiva e formal: os gêneros de discurso são gêneros situacionais.

Embora não tenha teorizado especificamente sobre gêneros de discursos, Foucault (1995), ao refletir sobre práticas discursivas, inscreve-as em "condições de produção": "[...] a prática discursiva diz respeito a um conjunto de situações internas e externas: a posição que o sujeito ocupa, o lugar que o sujeito venha ocupar no discurso". (FOUCAULT, 1995, p. 82). Segundo o autor, pode-se analisar uma sociedade pelos discursos que produz, pois o que emerge na materialidade do texto origina-se de sujeitos posicionados em um tempo e um lugar condicionados social e historicamente. É na "interação social que o gênero se torna significativo; é em sua concretização que expressa as diversas formas de comunicar, de entender e ser entendido, de significar a realidade em todos os sentidos". (MARTINS, 2006, p. 175). A autora ressalta que Bakhtin (1992), ao considerar a função comunicativa da linguagem ou dos gêneros do discurso, analisou a dialogia entre ouvinte e falante como um "processo de interação ativa, não está no horizonte de sua concepção clássica o diagrama da comunicação fundado na noção de transporte da mensagem de um emissor para um receptor". (MARTINS, 2008, p. 122). Isso porque, "[...] cedo ou tarde o que foi ouvido e compreendido de forma ativa encontrará um eco no discurso ou no comportamento subseqüente do ouvinte". (BAKHTIN, 1992, p. 291).

De acordo com tais concepções, Martins (2008) entende que os gêneros surgem dentro de algumas tradições com as quais se relacionam de

algum modo, permitindo a “reconstrução da imagem espaço-temporal da representação estética que orienta o uso da linguagem” (MARTINS, 2008, p. 22), pois essas tradições são reconstruídas por meio de textos ou discursos.

O sujeito, ao usar a linguagem para construir seu discurso, traz para seu dizer, mesmo inconscientemente, outras vozes, outros discursos, experiências, leituras que o constituem em sua alteridade. Expressamo-nos sempre por meio de gêneros discursivos. Desse modo, da perspectiva linguística e enunciativa, há outros gêneros e discursos que dialogam com um gênero primeiro: Todo discurso ou gênero dialoga com outros anteriores e posteriores, de tal maneira que o sujeito só se constitui nesse diálogo. (BAKHTIN, 2003).

Nesse sentido, o autor afirma que o sujeito, ao construir seu discurso, apossa-se de e posiciona-se ante outros discursos ou gêneros socialmente estabelecidos, cujas relações são permeadas pelo diálogo. Para ele, há uma polifonia quando outros discursos aparecem na construção textual do sujeito falante. O sujeito produtor do discurso não deixa de recorrer a outros discursos, mesmo que o faça inconscientemente. Assim, entendemos que os gêneros são constituídos pela heterogeneidade discursiva, conforme abordamos a seguir.

1.3 As diversas vozes em um único dizer: heterogeneidade constitutiva

Todo discurso está impregnado de vozes, é produzido num dado contexto social, situado na história e num espaço demarcado. Essas vozes são trazidas pelo sujeito produtor de modo deliberado ou podem ser pressupostos da construção, resgatados pela ideologia que “afeta” a imagem/representação que o sujeito falante faz de si durante a enunciação. (BAKHTIN, 2003).

Neste ponto, recorremos ao conceito de formação discursiva por considerar que os dizeres são determinados por disputas pelo poder constituídas na conjuntura sócio-histórica nas interpelações ideológicas que Pêcheux (1969) chamou de formações ideológicas: o que pode e deve ser dito numa posição social, isto é, o que possibilita ao sujeito inscrever-se numa dada formação discursiva e não em outra. Uma vez que as formações discursivas

são heterogêneas, pois se materializam nos discursos, com saberes próprios de outras formações discursivas (já-ditos), como da imprensa, popular, da polícia, da justiça, da política, da religião, entre outras.

Buscamos, também, os conceitos de Authier-Revuz (1990) sobre a heterogeneidade constitutiva do discurso/interdiscurso, em que o outro é constituído da linguagem e da voz do sujeito. Não existe um discurso homogêneo ou único, pois o sujeito se instaura na linguagem não como sendo a origem e a fonte dos sentidos e dos dizeres; ele é apenas atravessado pelos dizeres do outro, marcando, assim, a alteridade.

A heterogeneidade é entendida como algo que fala antes; existe um atravessamento de várias vozes no dizer do sujeito. Este constrói seu dizer (seus textos) inscrevendo sentidos já ditos em outros contextos sócio-históricos e tornando-o heterogêneo; a voz do outro ou dos outros é constitutiva do dizer do sujeito. (AUTHIER-REVUZ, 1990).

Nesse mesmo sentido, Pêcheux (1969) já dizia que não existe um discurso homogêneo e que o sujeito não é uno, a fonte de seus dizeres e dos sentidos que promove. O sujeito é cindido, perpassado por várias vozes, dizeres anteriores.

Pêcheux (1988) postula que todo indivíduo só se torna sujeito quando é interpelado por uma ideologia, ou seja, passa a ser assujeitado. Além disso, todo sujeito fala do interior de uma formação discursiva (FD), regulada por uma formação ideológica (FI). Dessa forma, são as FD que, localizadas em uma FI dada, considerando uma relação de classe, determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma conjuntura social. Segundo o autor, as palavras ganham sentido em conformidade com as formações ideológicas, porque os sujeitos inscrevem o sentido de uma palavra, expressão ou até mesmo de uma proposição a cada enunciação: os sentidos são dependentes da inscrição ideológica da enunciação, de um processo histórico e social.

Desse modo, são fundamentais as noções de memória discursiva e interdiscurso. A memória discursiva é a possibilidade do dizível, ou seja, como o saber que garante que “ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já dito que possibilita todo dizer”. (ORLANDI, 199, p. 64).

Para Orlandi (2005, p. 31), “a memória discursiva é o que torna possível todo dizer, o qual retorna sob a forma do pré-construído, do já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Em outras palavras, não há discurso sem memória. Memória esta que é sempre retomada, deslocada e atualizada a cada dizer, a cada texto produzido, pois os sentidos que já circularam, já foram ditos, ou esquecidos, apagados ou impossíveis de dizer, tornam-se as condições do dizer que determinam os discursos. Assim, a memória assegura que algo fala antes e já está inscrito na história, fazendo que toda formação discursiva nova circule a partir de outras anteriores, de forma repetida ou por meio de rupturas ou paráfrases.

Nesse sentido, para Orlandi (1992, p. 4) o interdiscurso é a “memória do dizer que abrange o universo do dizível e que fornece a cada sujeito, sua realidade enquanto sistema de evidência e de significações percebidas, aceitas e experimentadas”. Entendemos que o sujeito constrói as representações da realidade conforme o lugar de onde fala, a partir de suas experiências e sua ideologia.

No caso que analisamos, tudo o que já se disse sobre o islamismo, o terrorismo e os EUA, os sentidos sobre a religião do Islamismo ou sobre a política norte-americana estão, de certa forma, significando ali. Todos esses sentidos já foram ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, mas têm algum efeito sobre as reportagens elaboradas pelos jornalistas da *Veja* e de *Caros Amigos* e sobre os leitores dessas duas revistas ao se pronunciarem sobre o atentado ao *World Trade Center*.

Pode-se dizer, então, que o interdiscurso é o conjunto de formulações feitas, que já foram esquecidas, que determina o que dizemos. É a ideologia que vai sendo marcada pelo discurso, pois todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa, quando o sujeito usa as palavras. “A língua é sujeita a equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa”. (ORLANDI, 2005, p. 37). É produzida conforme as condições sócio-históricas, numa relação de linguagem e exterioridade, pois não há sentido sem interpretação e, diante de qualquer objeto simbólico (signo), o homem é condicionado à interpretação. A

interpretação é determinada pela relação da linguagem com a história e com seus mecanismos imaginários.

Nas revistas aqui analisadas, os discursos representam-se como verdades absolutas e aquelas passam a ser vistas como instituições inspiradoras de credibilidade. (CORACINI, 2007). Trabalham no inconsciente do público de forma que deixam vivas determinadas memórias discursivas, que passam a ser mantidas no público por meio de repetição, assegurando suas condições de construtoras de estereótipos e representações. (BHABHA, 1998).

Segundo Hall (2005, p. 81-98), "todo discurso 'concreto' é determinado duplamente, de um lado, por formações ideológicas que remetem esse discurso às formações definidas, por outro lado, pela autonomia relativa da língua". Em outras palavras, é nas formações ideológicas, nas relações de poder, que o sujeito se constitui como tal e atinge sua representação social.

Nesse sentido, Orlandi (2001, p. 40-41) afirma que, na "relação discursiva, as imagens constituem as diferentes posições", visto que as identidades resultam desses processos de identificação, em que o imaginário tem sua "eficácia". É na materialidade discursiva que se projetam as posições, o imaginário. Também se deve considerar que "as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem". (PÊCHEUX, 1998, p. 263).

É nas relações de poder que as formações imaginárias estão imbricadas, pois, tal como Gadet; Hak (1997, p. 81-83) ressaltam, retomando Pêcheux, há uma série de formações imaginárias que determinam o lugar que o(s) interlocutor(es) do discurso atribui(em) a si e aos outros, isto é, a imagem que fazem do lugar que ocupam e do lugar do outro, bem como a imagem que o(s) interlocutor(es) faze(m) do referente. Portanto, são as formações sociais do sujeito articuladas na história que vão ativar as formações imaginárias e, assim, se nos perguntássemos que imagem temos dos norte-americanos, dos islâmicos ou do *World Trade Center*, teríamos imagens que nos foram construídas na história pela mídia, como leitores ou telespectadores.

Na produção de imagens de si e de seus leitores/espectadores/ouvintes, as mídias operam com diferentes gêneros, cuja conceituação e caracterização são objetos do item que segue.

1.4 Os gêneros discursivos e a mídia: o discurso midiático e o seu leitor

Entendemos os gêneros do discurso segundo a perspectiva bakhtiniana: como enunciados que atendem a um propósito comunicativo, pois qualquer texto ou discurso que apresente uma função comunicativa pode ser agrupado em gêneros discursivos.

Para Bakhtin (1992), em todas as esferas a atividade humana (isso inclui também a comunicação midiática) se realiza pela/na linguagem. Cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que se vai diferenciando e ampliando à medida que a própria esfera se desenvolve ou fica mais complexa.

Entendemos que a atividade midiática, como outras atividades comunicativas, possui seus "tipos relativamente estáveis de enunciados", compreendendo determinados gêneros discursivos, que devem ser estudados e entendidos de acordo com a extensão da atividade a que pertencem. Para tanto, é preciso entender os gêneros nas revistas e compreender as especificidades desse suporte: considerar as condições de produção que envolvem a função do discurso do veículo (essencialmente informativo) e a percepção de um público-alvo, uma vez que a mídia impressa "revista" sustenta gêneros diversos e apresenta textos voltados para diferentes públicos, com discursos baseados em distintas ideologias e funções.

Charaudeau (2009, p. 61) destaca que, "no discurso informativo, o *status* da verdade é da ordem do que já foi: algo que aconteceu no mundo, e é esse novo conhecimento proposto no instante de sua transmissão-consumação, que vai dar credibilidade aos fatos transmitidos".

A finalidade do gênero também está ligada ao suporte material (no caso, a revista). Como afirma Maingueneau (2005), ao haver uma modificação no suporte, pode-se mudar muito o gênero do discurso, e, para dominar um gênero de discurso, é necessário ter uma consciência clara dos modos de

encadeamento de seus constituintes em diferentes níveis: dos menores (da frase) para os maiores (do texto).

Segundo o autor, há suportes diferentes, públicos diferentes, formatos diferentes e, assim, efeitos de sentido diferentes. O gênero é um contrato, tem aspecto cooperativo e é regido por regras, pois “todo gênero de discurso exige daqueles que dele participam a aceitação de um certo número de regras mutuamente conhecidas e as sanções previstas para quem as transgredir”. (MAINGUENEAU, 2005, p. 69). Cabe ao jornalista, ao escolher o gênero notícia ou reportagem, apresentar o fato com objetividade, respondendo aos seguintes questionamentos: o que aconteceu, quem se envolveu no que aconteceu, como aconteceu, quando aconteceu, por que aconteceu e onde aconteceu, porque o leitor procurará por essas informações. Além disso, segundo o autor, os sujeitos envolvidos estão implicados em papéis, assim como o gênero de discurso também está implicado num jogo com regras pré-estabelecidas, que, se forem transgredidas, lançarão os participantes para “fora desse jogo”, como destaca Amin (2007).

Nesse contexto, o gênero midiático é entendido tal como afirma Charaudeau (2009, p. 206): é o resultado do cruzamento entre um tipo de instância enunciativa (origem do sujeito falante e seu grau de implicação; da própria mídia ou fora da mídia), um tipo de modo discursivo (transformação do acontecimento midiático em notícia ou reportagem – relatar o acontecimento –, em editorial – comentar o acontecimento – ou em debate – provocar o acontecimento), um tipo de conteúdo temático (que constitui o macrodomínio abordado pela notícia – acontecimento de política nacional ou estrangeira; acontecimento esportivo, cultura ou outras – e seção e rubrica não se distinguem). Todos esses gêneros são inerentes ao discurso jornalístico e podem mudar com o tempo, com a evolução da própria tecnologia dos suportes.

Os diferentes gêneros, segundo Charaudeau (2009, p. 207), “são fundadores dos modos de escritura jornalística oral ou escritural, qualquer que seja o suporte midiático”. Cada suporte possui, no entanto, sua especificidade

e esses diferentes suportes tratam, cada um à sua maneira, o tema, constituindo-se, assim subgêneros. (CHARAUDEAU, 2009, p. 210).

Assim, os gêneros inscrevem-se numa relação social de reconhecimento, trazendo uma codificação que lhes é própria – própria ao seu contexto sociocultural – e podem, então, variar de um contexto a outro e de uma época a outra. (CHARAUDEAU, 2009, p. 211). Além disso, para o autor, os gêneros de informação têm um contrato midiático que se reparte numa relação triangular entre a instância de informação, o mundo a comentar e a instância consumidora. O gênero de informação é construído a partir de desafios: desafio de visibilidade (as notícias que precisam ser reconhecidas imediatamente; precisam ter um "efeito de anúncio"); desafio de inteligibilidade (operar hierarquias) no tratamento das notícias: encenação verbal (escritural), visual (montagem icônico-verbal) e auditiva (a fala e os sons); desafio de espetacularização (provocar emoção, mexer com o imaginário).

Ao pensarmos nos suportes como carregados de uma imersão desenfreada de gêneros de informação (GREGOLIN, 2003), focalizamos os gêneros carta do leitor e reportagem principal. O primeiro gênero é considerado como a conversa, que não exige nada de particular quanto ao *status* dos participantes nem quanto ao tema tratado. Já a reportagem jornalística é considerada um fenômeno social ou político. (CHARAUDEAU, 2009, p. 221). Esta é vista como um "fenômeno social por ser uma série de fatos que se produzem no espaço público, cuja combinação e/ou encadeamento representa uma desordem social ou um enigma no qual o homem está implicado". É vista também como estado de fenômeno porque já é do conhecimento da maioria, não está ligada diretamente a autoridade, mesmo quando se ancora nesta. Portanto, a reportagem, nas palavras do autor, deve, ao mesmo tempo, propor um questionamento sobre o fenômeno tratado (princípio da inteligibilidade) e adotar um ponto de vista distanciado e global (princípio para o público-leitor: seu distanciamento em relação aos fatos). (CHARAUDEAU, 2009).

O 11 de setembro de 2001 está repleto de uma pluralidade de efeitos de sentido, pois foi objeto de uma dupla construção: feita ao vivo ou pela leitura e olhar da instância midiática, que foi uma encenação que passou a

ser transmitida, e do leitor-ouvinte-telespectador que a recebeu e a interpretou. Os efeitos de sentido construídos são múltiplos, por estarem atrelados às encenações visuais, aos relatos e aos comentários jornalísticos, todos se influenciando mutuamente. (CHARAUDEAU, 2009). A reportagem possui um roteiro que se caracteriza por ser um anúncio desencadeador de um conflito, a exibição das imagens posteriores ao conflito, que se detêm no resultado dos "estragos" materiais e das vítimas; ser a ação de socorro. Os roteiros sempre põem em cena os "atores": as vítimas, os responsáveis e os salvadores. Insistem, dependendo do fato, ou nas vítimas, para produzir um efeito de compaixão, ou no agressor, origem do mal, para produzir um efeito de antipatia, ou ainda no salvador, reparador do mal, para produzir um efeito de simpatia. (CHARAUDEAU, 2009, p. 244).

Os sentidos materializados nos textos ou gêneros que circulam na sociedade criam interdiscursos que não podem ser apreensíveis em sua totalidade, pois fazem parte de uma construção discursiva que o sujeito pode interpretar por alguns fios encontrados em maior evidência nas teias de sentidos que invadem o campo real social. (GREGOLIN, 2003, p. 97). Ainda segundo a autora, o "efeito de unidade e coerência do sentido é construído por agenciamentos discursivos dos enunciadores que controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão" (GREGOLIN, 2003, p. 97) e permitem que um texto possa "estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível". (FOUCAULT, 1986, p. 123).

A mídia, na visão de Gregolin (2003, p. 103), desempenha um papel de mediadoras entre os leitores e a realidade, ou, melhor dizendo, elas permitem ao leitor produzir formas simbólicas de representação de si e da realidade, pois não podem reproduzir a realidade, mas apenas construir imagens simbólicas (efeitos de sentido) no imaginário social, como se os gêneros midiáticos fossem carregados de uma unidade do sentido, o que, no entanto, "não passa de ilusão".

Além disso, a mídia, na era da informação ininterrupta e em tempo real, usa técnicas de disciplina e vigilância sofisticadas que exigem reordenamentos discursivos. Pela ótica de criarem a ilusão de liberdade, por meio de seus apelos e de constituição do imaginário, a própria resistência passa a ser uma mercadoria a ser negociada, (re)produzida e transformada em discurso, de modo que neutraliza a subversão, destrói os contradiscursos. (GREGOLIN, 2003, p.108).

Segundo Navarro-Barbosa (2003), os gêneros midiáticos são fontes privilegiadas da percepção acalorada dos eventos diários, com todo agitamento e dispersibilidade, mas também são carregados de uma visão interpretativa do sujeito-jornalista, pois este não consegue distanciar-se, à medida que precisa dar uma explicação ao fato noticiado. A mídia tem, como objeto da prática, o presente, transmutado em acontecimento jornalístico, ou em espetáculo e carregado de um estatuto histórico. Isso desloca o lugar de produção do acontecimento: o do discurso da história para o da mídia (é no interior da comunicação de massa que a história do tempo presente é construída sob a tirania do acontecimento para a sociedade).

Os *mass media* usam estratégias de manipulação do real e, pelo sensacionalismo, transformam o acontecimento em uma montagem de escolhas orientadas que de fato garantam a impressão de se ter vivido o fato. Como pondera Charaudeau (2009, p. 61), “no discurso informativo, o *status* da verdade é da ordem do que já foi: algo que aconteceu no mundo, e é esse novo conhecimento proposto no instante de sua transmissão-consumação, que vai dar credibilidade aos fatos transmitidos”.

Vale ressaltar, ainda segundo Navarro-Barbosa (2003, p. 116-117), que, na prática midiática, a história é, na maioria das vezes, simbolicamente manipulada pela memória ou pelas memórias coletivas (há um confronto de ideologias), pois, há a heterogeneidade constitutiva. Várias pessoas falam: “o jornalista, o fotógrafo, o cartunista, o chargista, o cientista político, o sociólogo, o historiador, entre outros” de modo que “história, memória e esquecimento são acionados na produção dos sentidos vinculados aos textos dessa ordem discursiva”.

Segundo Charaudeau (2006, p.19), “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”, pois “a mídia é responsável por reconstruir os fatos de acordo com seus próprios critérios, porque ela não tem espaço para inserir tudo o que acontece ao seu redor”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 61). Assim, cabe-lhe selecionar os fatos e dar o devido tratamento ao conteúdo que será publicado (no caso da mídia escrita) ou que irá ao ar (no caso da mídia televisiva/radialista).

A mídia usa sua fonte de poder ao tentar firmar o seu compromisso de retratar a realidade e levá-la ao conhecimento do público. Como assevera Charaudeau (2006, p. 63), “o discurso informativo não tem uma relação estreita somente com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder”. Informar é possuir um saber que o outro ignora, ter a aptidão (poder de dizer) para transmiti-lo a esse outro e ser legitimado nessa atividade de transmissão.

De acordo com o autor, a mídia exerce seu poder e sua influência sobre o público usando seu discurso de informação, pois, a rigor, ela não possui autoridade, não está capacitada para isso, como acontece, por exemplo, no poder legislativo ou no poder judiciário (ambos têm a competência para fazer cumprir palavras ou decisões). Isso corrobora a afirmativa de Charaudeau (2006, p. 124): “o respeito das mídias, o poder de que se pode falar é o de uma influência através do fazer saber, do fazer pensar e do fazer sentir. Visar a tal autoridade seria um desvio do contrato de informação”.

A mídia escrita não precisa assegurar coincidência entre o tempo do acontecimento (surgimento), da produção da informação (redação) e de sua divulgação. Nesse aspecto, observamos que *Veja* e *Caros Amigos,* utilizando-se dessa estratégia, retomam o acontecimento de 11 de setembro, dias ou meses depois do atentado às Torres Gêmeas, por meio de diferentes gêneros discursivos, numa forma de convencer o leitor de que o que está escrito ali é realmente “verdade”, “foi assim que aconteceu”, para dar legitimidade ao seu discurso.

Para Charaudeau (2006), as condições de produção do discurso ligadas às estratégias postas em funcionamento pelas mídias, de modo

consciente ou não, constituirão a identidade das instâncias midiáticas. Essas instâncias midiáticas constroem-se na instância de produção do discurso midiático: há vários “atores” envolvidos no processo de comunicação (na estruturação de um jornal impresso ou de uma revista), que farão parte da equipe de direção do jornal ou da revista. São os diagramadores, os colunistas, os chargistas, o departamento comercial, além do jornalista, que assumirá diversos papéis nesse processo de produção: de repórter, de editor, de produtor, de editor-chefe, de repórter fotográfico. Todos serão responsáveis pela construção de “uma enunciação aparentemente unitária e homogênea do discurso midiático” e de “uma co-enunciação que, por ser assumida por esses atores, representa a ideologia do organismo de informação”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 73).

Desse modo, o jornalista:

> [...] se apresenta como revelador da informação oculta e, nesse sentido, assume o papel de adversários dos poderes instituídos e de aliado do público, procedendo a interrogatórios, instruindo questões, aspirando aos papéis de juiz ou de detetive [...]. (CHARAUDEAU, 2006, p. 78).

Em outros momentos, o jornalista passa a ser um intérprete dos acontecimentos, buscando-lhes as causas e situando-os. Enfim, “na realidade, a instância midiática pode apenas simplificar as explicações, o que não é a mesma coisa que explicar simplesmente”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 79).

Pode-se dizer que a instância midiática segue alguns critérios de coerência e constrói uma representação a partir de suas palavras e ações. Os veículos de comunicação de massa, como a mídia impressa (o suporte revista, por exemplo), são porta-vozes intermediários dos discursos que circulam na sociedade: veiculam os discursos alheios, sob o uso da terceira pessoa na elaboração do discurso midiático, da inserção dos discursos dos vários “atores” sociais e de conceitos de objetividade e neutralidade para construir uma imagem de mediadores. (AMIN, 2007). A mídia constrói uma identidade respaldada na instância de produção e amparada na dualidade: há uma voz

própria que manipula as estratégias para aproximar os discursos com os quais se identifica e dos quais se distancia.

Além disso, tem-se que considerar, na enunciação jornalística, o silêncio. Segundo Amin (2007, p. 35), “o silêncio percorre, no entanto, de uma ponta a outra, todo o discurso jornalístico. É um silêncio que não cessa de se deslocar, à medida que o jornalístico prossegue incansavelmente a sua representação discursiva”. O silêncio atravessa formas de expressão por estar ligado aos aspectos de argumentação e de persuasão do discurso jornalístico. Portanto, segundo a autora, a instância midiática posiciona-se por meio do interdiscurso, dos modos de citação, dos “conteúdos”, do silêncio e até mesmo da escolha dos gêneros.

O posicionamento marca sua identidade enunciativa, os valores que o sujeito do discurso defende e a posição que ele ocupa no jogo discursivo. Por exemplo, as revistas *Caros Amigos* e *Veja* firmam sua identidade junto aos seus leitores. Quando estes adquirem um exemplar, eles podem escolher aquela com que se identifica. Assim, as revistas mantêm uma relação simbólica com o seu público, uma relação ancorada na credibilidade, na objetividade, na maneira como fazem os fatos falarem. Garantem esse efeito de sentido ao utilizarem estratégias, como o apagamento da voz das revistas por meio da construção do discurso em terceira pessoa, a preferência por gêneros do discurso jornalístico que se classificam na modalidade de reportagens e artigos (*Caros Amigos*), ou pontos de vista, textos informativos e reportagens (*Veja*).

Maingueneau (2005, p. 59) assevera que “existem denominações que não pertencem ao léxico corrente, são próprias de certas profissões: os jornalistas, por exemplo, utilizam um vocabulário específico, ensinado nos cursos profissionais”, e essas caracterizações específicas devem ser analisadas, escavadas no discurso, pois há “pistas” que estão ali silenciadas.

Buscando aprofundar a origem dos gêneros midiáticos, recorremos a alguns estudiosos do jornalismo. Melo (1994, p. 39) pondera que o alicerce do estilo jornalístico está na “tentativa de fazer o relato do cotidiano utilizando uma linguagem capaz de estar sintonizada com a linguagem de vida”. Ou seja: é o estilo (de linguagem) que determina os gêneros, porque o estilo nasce da

relação dialógica entre jornalista e público, e o gênero se restringe a espaços culturais delimitados.

Beltrão (1969) sistematizou e classificou os gêneros jornalísticos em categorias de acordo com as funções (informar, explicar e orientar) que desempenham junto ao público: jornalismo informativo (notícia, reportagem, história de interesses humanos e a informação pela imagem); jornalismo interpretativo (reportagem em profundidade); jornalismo opinativo (editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor).

Melo (1994) discordou dessa classificação criada por Beltrão e questionou alguns pontos, especialmente no que se refere ao gênero opinião do leitor (que é um dos focos de interesse de nossa pesquisa), de modo que o autor, a partir da classificação criada por Beltrão, classifica os gêneros em categorias: jornalismo informativo (nota, notícia, reportagem e entrevista); jornalismo opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta). Portanto, para Melo (1994, p. 63), o jornalismo está articulado em "dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa)", o que implica as modalidades: descrição e versão dos fatos.

Alguns anos depois, Melo reformularia sua classificação observando que havia outras formas de discurso que não se encaixavam nos tipos de gêneros definidos por ele (como o caso do serviço classificado como nota e das enquetes: entrevistas com expressão quantitativa, sem identificação dos interlocutores).

Chaparro (1998), com base em Melo, porém reconhecendo a evolução dos gêneros e da própria imprensa, elaborou uma nova classificação para os gêneros. O autor aponta que o paradigma opinião/informação é falso, pois "o jornalismo não se divide, mas constrói-se com informações e opiniões". Nesse sentido, Chaparro (1998, p. 110) esclarece como a ação discursiva do jornalismo atua opinando e informando: "[...] face à dinâmica e ao grau de complicação das interações que o jornalismo viabiliza no mundo actual, já não é possível explicar e entender a ação discursiva do jornalismo pela dicotomia Opinião/Informação". A cada leitura de um jornal ou de uma revista fica

evidente a ruptura das fronteiras pela “inevitabilidade da valoração jornalística, graças à interferência interessada e legítima dos vários sujeitos do processo”. (CHAPARRO, 1998, p.110).

Concordamos com o autor: informação e opinião andam juntas e, assim, a classificação de Chaparro (1998) guia nossas análises, porque acreditamos que o leitor deixa-se influenciar pela ideologia que a revista ou o jornal fazem circular. Os jornalistas, ao elaborarem os textos que serão publicados pelas revistas ou jornais em que trabalham, imprimem suas impressões, suas leituras e vivências, mesmo que inconscientemente.

Silveira (2007) afirma que os textos de imprensa chegam a milhares de pessoas e estas, dependendo das culturas, de suas crenças, convicções, de sua própria memória dos fatos passados, farão leituras diversas. Isso justifica o estudo de como a imprensa, por meio das “representações sociodiscursivas, atua na própria memória e no imaginário do leitor e, a partir do imaginário do leitor”. (SILVEIRA, 2007, p. 12). Ou seja, para a autora, os textos que são veiculados pela imprensa envolvem subjetiva e sentimentalmente o leitor, influenciam o comportamento, opiniões e ideias do outro. Articulando as marcas subjetivas presentes na estrutura linguística dos discursos (via linguagem), é possível estabelecer uma representação do sujeito, cujo conceito e constituição são discutidos no próximo item.

1.5 A identidade do sujeito interpelado pela ideologia: constituído na história e pelo outro

Para tratarmos de representação, adotamos a teoria de Pêcheux (1990, p. 82):

> [...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que destinador e destinatário se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Para Orlandi (1999), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para constituir seu dizer, e os discursos produzem efeitos de sentido

toda vez que o sujeito enuncia, pois revelam o lugar social, a posição de onde o sujeito fala e os discursos são perpassados por outros discursos.

Já em relação ao conceito de sujeito do discurso, Pêcheux (1988, p. 188) postula a partir dos pressupostos teóricos de Althusser, que todo indivíduo só se torna sujeito quando é interpelado por uma ideologia, ou seja, passa a ser assujeitado e fala do interior de uma formação discursiva, regulada por uma formação ideológica. Dessa maneira, segundo Guerra (2008), o sujeito é cindido, interpelado pela ideologia, dotado de inconsciente e sem liberdade discursiva, pois que atravessado por uma memória, por sentidos já cristalizados na sociedade, no imaginário coletivo.

Para Authier-Revuz (1990), toda fala é heterogênea; é a representação que um discurso constrói em si mesmo de sua relação com o outro, pois o sujeito é dividido entre consciente e inconsciente. O sujeito não é a fonte absoluta do significado, do sentido; não é a origem, pois se constitui por falas de outros sujeitos. Para Bakhtin (2003), o sujeito é o resultado da interação de várias vozes (eu-outro), da relação com o socio-ideológico. (BAKHTIN, 2003).

Já no que tange ao conceito de identidade, apropriamo-nos dos pressupostos teóricos de Hall (2000, p. 9), advindos dos Estudos Culturais:

> A identidade é assim marcada pela diferença; a diferença é marcada pela exclusão [...] Em certo sentido, somos posicionados e também nos posicionamos a nós mesmos de acordo com os “campos sociais” nos quais estamos atuando. (p.30).

Não existe, pois, na concepção do autor, uma identidade plena, pois o sujeito é fragmentado, não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas, em instâncias diferentes, assume identidades diferentes, não mais unificadas em torno de um “eu” coerente. Podemos dizer que as identidades são construídas social e culturalmente e existem diversas identidades dentro de nós, sendo todas contraditórias e em constante deslocamento.

Para Bhabha (1998), o sujeito tem sua identidade fragmentada, híbrida, pois é constituída no multiculturalismo. Além disso, para o autor, vivemos numa época culturalista pós-colonial, na qual o discurso contemporâneo representa a necessidade urgente de uma intervenção no discurso hegemônico ocidental, que tem a função de “normalizar” as diferenças históricas entre povos, nações e comunidades. Os sujeitos formam-se nos entre-lugares e, assim, o novo discurso emerge dos discursos das classes desfavorecidas (minorias) e das divisões geopolíticas existentes entre as nações: países de primeiro mundo e terceiro mundo. Assim, retomando a base lacaniana, pode-se dizer que o sujeito está no entre-lugares, entre-culturas, entre-línguas, pois há a outra identidade no discurso do outro.

Os sujeitos constroem as representações da realidade de acordo com o lugar de que enunciam, com as experiências vivenciadas e sua ideologia. Os sujeitos, segundo Grigoletto (2006, p. 27), constroem suas identidades na relação com o outro, dentro das concepções da sociedade e evoluindo com ela. Os sujeitos possuem identidades fragmentadas e proteiformes que se mobilizam num mundo pós-moderno midiático, pois as referências também são fragmentadas e cambiáveis. Na constituição do sujeito pelo outro, há, segundo Coracini (2003, p. 151), heterogeneidade: “vozes diversas o constituem e, por vezes, emergem na sua fala”.

Pode-se dizer que as representações ou identidades são construídas nos processos de interação e, com a globalização, com a chegada do sistema capitalista, o indivíduo foi levado ao deslocamento e ao “desenraizamento”, tendo que romper com os princípios mais sagrados do ser humano (família, amigos, etnia, pátria, identidade, cultura, território e religião), conforme pondera Guerra (2010, p. 31). Pode-se afirmar, todavia, que a mídia contribui também para esse esvaziamento de princípios, pois, segundo Lipovetsky (2005), o sistema capitalista exigiu uma produção em massa de indivíduos reduzidos a “nichos” de mercado, interpelados por uma ordem em expansão identificada aos vários consumismos. A fixação de limites e a reação contra os excessos de permissividade individual, tecnológica, capitalista dos

veículos de comunicação reforçaram as atitudes de responsabilidade. (GUERRA, 2010).

Para Lipovetsky (2005), a extinção da religião e do dever leva a um caos desorganizador e a um processo de reorganização ética, que é estabelecido por meio das próprias normas individualistas (era pós-moralista). A sociedade e o mercado não se autorregulam eticamente, porque são os valores que definem os interesses e não o contrário. Seria necessária uma política de ética para que essa regulagem acontecesse. (LIPOVETSKY, 2005).

Para o autor, a crise das utopias, a queda do muro de Berlim e a instauração do neoliberalismo configuraram uma sociedade pós-moralista que menospreza a retórica do dever rígido e que se caracteriza pela falta de obrigação de consagrar a vida ao próximo, à família e à nação. “A idéia[2] de sacrifício de si mesmo está deslegitimada, sendo estimulado o usufruto do presente, o templo do “eu” e do corpo”. (GUERRA, 2010, p. 23).

Gregolin (2003, p. 96) menciona “o movimento de resgate da memória e de estabelecimento do imaginário de uma identidade social”, em que o arquivo midiático passa a ser um verdadeiro dispositivo produtor de identidades, subjetividades e singularidades, a partir da mobilização, recorte e repetição de redes de memórias. O discurso jornalístico contribui para a produção de representações e imagens, vistas como legítimas e como a sedimentação de um efeito de passado no presente a ser mantido como verdadeiro, influenciando a edificação e a sustentação de uma memória de e para o futuro. (MORAES, 1998).

É como se a identidade fosse demarcada pelo social, obedecesse a uma hierarquia social, e toda desigualdade e toda dominação pudessem ser justificadas por essa “lei” da hierarquia: o poderoso tudo pode; ao fraco resta apenas a obediência, a submissão, pois o poder está na posição social que o sujeito ocupa, na simbologia dos bens, dos interesses políticos da classe dominante, nas diferentes práticas discursivas desenvolvidas nas relações sociais, ou seja, vai depender de como um constrói a imagem do outro.

---

[2] A palavra foi usada tal como apareceu na obra da autora, mantendo-se o acento em sua grafia.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que as identidades não estão prontas, não estão nos sujeitos; elas emergem na interação entre os sujeitos durante suas práticas discursivas, pois estes falam de uma determinada posição, de modo que não podem dizer o que querem em determinados lugares, ou seja, suas identidades são construídas no e pelo discurso (no momento discursivo e pelo discurso do outro).

Ao falarmos em identidade, aliamos a noção de língua, pois a identidade está relacionada à nacionalidade, à cultura ou pertencimento a um local ou Estado. A identidade movimenta-se na história, transforma-se; ela não é aprendida, mas é constituída por processos de memória afetados pelo inconsciente e pela ideologia. O movimento da identidade se dá na articulação entre unidade e dispersão, como um percurso na história, com determinações e deslocamentos. Pode-se dizer que não há menosprezo à "injunção a ser-se o mesmo na relação com o Outro que, por sua vez, nos identifica". (ORLANDI, 2001, p. 203 - 205).

A identidade individual, de grupos ou de uma etnia (no caso dos islâmicos e dos norte-americanos) é, portanto, definida pela maioria e como um mérito majoritário; sempre conteve um traço de racismo (crenças, aparência física, língua, cultura e outros hábitos) que exclui certas pessoas e aceita outras. Mesmo se a identidade étnica tiver uma qualidade positiva, o racismo (crença) será negativo, pois há uma seletividade de pessoas, ou seja, haverá exclusão em vez de inclusão. (MEY, 2001).

Nas palavras do autor, "o racismo é a condição de poder e domínio em que a sociedade atual se baseia, e que determina as estruturas [da sociedade] no mundo inteiro. Racismo está intimamente ligado às formas passadas e presentes do colonialismo". (MEY, 2001, p. 85). Assim, as comunidades e suas línguas devem suas condições de subsistência e sobrevivência às condições da sociedade capitalista, às condições de mercado, pois o mercado é um

> instrumento direto do poder de classe, manipulado pelo capital em seu controle do trabalho, além de ser um meio do novo imperialismo, no qual economias capitalistas avançadas, com a

> ajuda do Estado, estão impondo ‘disciplinas’ de mercado no Terceiro Mundo e nas novas democracias”. (MEY, 2001, p.87).

O conceito de “etnia”, nesse contexto de uso, serve para mascarar verdadeiras formas de opressão e de dominação.

Seguindo a ótica da representação da linguagem, buscamos em Pêcheux (1990) os conceitos de imagem. Assim como acontece no momento discursivo, tanto o sujeito que fala como o interlocutor têm dois nortes imaginários ao longo dos quais se deslocam na enunciação, refletindo sobre si (“quem sou eu para lhe falar assim” e “quem sou eu para que ele me fale assim”) e sobre o outro (“quem é ele para que me fale assim”): a imagem que ambos têm de si e do outro. Isso acontece no jornalismo: o sujeito jornalista que enuncia tem uma imagem sobre si, seu papel e sua identidade. Essa imagem está alicerçada na verdade e na credibilidade inscritas nas condições de produção do discurso, em que o jornalista constrói uma imagem de seu leitor, mesmo que não seja real, pois todo ato comunicativo, face a face ou não, como no caso da comunicação midiática, implica a presença do “para quem se fala”, para quem o sujeito-enunciador imagina estar falando. Portanto, o gênero e a identidade (no caso do jornalista – “quem diz” - e do leitor – “para quem diz”) constituem-se no reconhecimento das regras discursivas, durante a relação intersubjetiva direta ou indireta (no jornalismo).

Em face do exposto e considerados os objetivos desta pesquisa e o referencial teórico que a sustenta, torna-se relevante refletir sobre a globalização, a que a questão da identidade está fortemente ligada, como veremos a seguir.

1.6 Globalização: transgressão de identidades e o Estado-Nação

Na prática, existem culturas e cultura, o que é uma das dimensões da identidade. Desse modo, ao mesmo tempo em que uma nação é única, contém uma pluralidade que a identifica: os aspectos históricos, sociais, econômicos, étnicos e culturais. Bauman (2007) afirma que somos habitantes de um mundo líquido, o *mundo líquido moderno,* um mundo de incertezas,

onde as identidades estão em movimento, não são rígidas. Num mundo globalizado, os marcos e fronteiras são cada vez mais transgredidos e apagáveis.

Em tempos da globalização, fala-se em ressurgimento do nacionalismo, tal como assevera Castells (2008), que sofre críticas de Bauman (2007), pois este entende que, num momento em que há uma reavaliação do pacto tradicional entre nação e Estado, há a erupção da soberania nacional, ou seja: é para o autor muito mais que um ressurgimento de nacionalismos, pois há reivindicações de autonomia identitária por grupos étnicos, culturais, dentro de um contexto de pluralidade de identidades, como se fosse uma luta contra o Estado por privilegiar uma identidade única.

Nesse sentido, Hall (2005) afirma que a identidade passa pela alteridade e que as culturas nacionais constituem um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade, ou seja, há divisões internas que são unificadas por meio do exercício de diferentes formas de poder cultural. (HALL, 2005, p. 62). A globalização simbolizou uma ameaça às identidades dentro de um Estado-nação; trouxe mais injustiças e desigualdades sociais. Um exemplo dessas divisões unificadas pelo poder cultural é a da Europa Ocidental, que não possui qualquer nação que seja constituída por um único povo, uma única etnia ou única cultura. Portanto, o que acontece é que as culturas nacionais tentam “costurar as diferenças numa única identidade”. (HALL, 2005, p. 62).

Segundo o autor, a identidade cultural é formada ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes; é incompleta, sempre está em formação, um processo em andamento. O sujeito está se fragmentando, constituindo-se por várias identidades, muitas vezes contraditórias ou não resolvidas, pois a identidade cultural está calcada no pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais. Somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, em meio a uma multiplicidade de sistemas de significação e representação cultural. (HALL, 2005, p. 13). O sujeito, nesse sentido, é perturbado pela diferença. (HALL, 2005, p. 41).

De acordo com Bauman (2007), pertencer a uma nação é uma convenção árdua, pois cabe à cultura definir a(s) identidade(s), acima de tudo. Além do mais, é a identificação dos indivíduos com certos valores particulares, que não têm um caráter universal.

A identidade nacional, segundo Castells (2008) e Bauman (2007), está marcada pela junção Estado-nação. Por sua vez, a emergência do Estado é o acontecimento organizador das sociedades históricas, o que nos leva a entender, tal como afirma Silveira (2007), que, assim como o acontecimento, a identidade nacional é também construída no discurso; é produto do discurso. “É ao mesmo tempo uma comunidade imaginada e uma construção mental, um complexo imaginário de idéias, de elementos que definem a unidade coletiva”. (SILVEIRA, 2007, p. 59).

Segundo a autora, a instituição Estado-nação está atualmente, em crise, pois o indivíduo renuncia ao seu direito natural a fim de ser ordenado pelos objetivos da comunidade. O indivíduo é privado de seus direitos naturais por uma doutrina da soberania, pela força sem fim e a violência imediata de um Estado e por ter seu destino dominado. O divino não é mais o referencial nesse novo mundo, profano e histórico, mas sim a norma do justo e das conquistas e revoluções. “Quem governa, agora depende apenas das ações e vontades humanas. Os homens serão livres apenas se seu princípio estiver neles mesmos, e não fora deles, ou seja, na natureza ou no divino”. (SILVEIRA, 2007, p. 60). O mundo é pensado como histórico, e não mais como religioso ou natural. Foi o que aconteceu com os EUA; o seu Estado passou a ter um governante centralizador e monopolizador depois do fim da Guerra dos 30 anos. Implantou-se um nacionalismo moderno, em que a nação, como conjunto de cidadãos, tornou-se lugar de poder, e cada um de seus membros podia considerar o Estado como seu.

Nessa disputa, o Estado passou a ser o centro e poder absoluto, que gerenciava tanto o Bem como a violência, o Mal. Assim, pode-se dizer que o Estado foi o fator essencial para a sedimentação dos povos e culturas e a construção da identidade nacional. Segundo Castells (1999, p. 45), “[...] o nacionalismo contemporâneo [...] tende a ser mais cultural que político, logo a

se orientar mais em direção à defesa de uma cultura já institucionalizada do que em direção à edificação ou à defesa de um Estado". Ou seja: a cultura une os indivíduos, dando a eles um sentimento verdadeiro de nacionalidade.

Nesse sentido, segundo a autora, mesmo as identidades coletivas sofrem distanciamentos dos fiéis ou diminuição de pertença, pois a globalização assinalou a perda de fronteiras religiosas, de tal modo que ou elas são sustentadas, ou rejeitadas. Um exemplo dessa rejeição é o que acontece com os muçulmanos: eles veem a cultura ocidental como materialista, corrupta, decadente e imoral. O poderio ocidental é considerado por eles uma ameaça a sua sociedade e a suas crenças. (HUNTINGTON, 1996, p. 267).

Para tanto, a identidade é construída no acontecimento – "no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo" (FOUCAULT, 2002, p. 5) –, ou seja, a identidade está contida no acontecimento, que é trazido para o discurso por meio do resultado de uma leitura, que revela a leitura feita pela mídia e a do leitor-ouvinte-telespectador que a recebe e a interpreta. Em outras palavras, segundo Charaudeau (2009), o ato de construir e veicular/transmitir um acontecimento é um ato de persuasão, pois a mídia usa argumentos para conquistar seu público e satisfazer interesses da grande indústria midiática. Os textos jornalísticos nem sempre estão em relação com o fato, mas ao trabalho de ordenamento do sentido ao qual se entrega o sujeito.

Para Charaudeau (2006, p. 12), a argumentação de um texto pode estar escondida até mesmo no que não é dito: "a informação é essencialmente assunto de linguagem e a linguagem não é transparente para o mundo: ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo".

Todo texto produzido é portador de efeitos de sentidos possíveis e, assim, "as mídias são espelhos que, deformando, refletem, embora cada um a seu modo numa parcela simplificada, amplificada, estereotipada do mundo". (CHARAUDEAU, 2006, p. 12). A percepção do sujeito está inscrita numa rede de significações sociais, estabelecida por meio de sua própria experiência, pensamentos e crenças. O atentado de 11 de setembro é o fato,

acontecimento, interpretado como ato de fundamentalistas, muçulmanos que odeiam o Ocidente, como forma de vingança, de mensagem contra o império americano, efetuado por Bin Laden ou Saddam Hussein. Portanto, tal interpretação é resultado do “olhar interpretante do sujeito, de suas ideologias e crenças”. (SILVEIRA, 2007, p. 104).

No decorrer desse percurso teórico, elencamos os conceitos fundamentais dentro da AD e dos Estudos Culturais para análise dos discursos midiáticos de *Veja* e *Caros Amigos* sobre o acontecimento de 11 de setembro. E assim partimos para as condições em que esses discursos foram (re) produzidos.

CAPÍTULO II - CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: A MÍDIA COMO REPRODUTORA DA IDENTIDADE NACIONAL DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO?

> A nosso ver, é a cultura que dita o que considerar ordinário ou extraordinário. E os seres humanos, os grupos, as culturas e as sociedades lidam com suas representações pessoais ou coletivas, com aspectos culturais, com a memória. Deste modo é que, ao observarmos a narração do acontecimento, através do discurso, não podemos fazê-lo sem considerar aspectos sócio-culturais. Os aspectos culturais de uma nação não são mais algo espontâneo, mas um construto, que forja uma identidade e a faz coincidir com as fronteiras geográficas de um Estado. Esta identidade nacional, no entanto, ao mesmo tempo é fator de inclusão e de exclusão, e se dá também a partir do que se caracteriza como alteridade. O Outro, estrangeiro, é o que pode trazer o mal para dentro de minha comunidade. (SILVEIRA, 2007, p. 20).

Neste capítulo, descrevemos o percurso traçado para a realização deste trabalho. Num primeiro momento, descrevemos os procedimentos utilizados para a constituição do *corpus* de análise; logo em seguida, apresentamos um breve histórico sobre a constituição das revistas *Veja* e *Caros Amigos,* desde o surgimento até a transformação. Tendo em vista que o objetivo desta pesquisa é analisar os discursos dessas revistas, a partir do acontecimento – os atentados ao *World Trade Center* –, faz-se imprescindível descrever as condições de produção que situam esses dizeres, o que implicou uma descrição do momento histórico em que se encontravam os EUA e o Islamismo.

2.1 Técnicas de subjetivação: *Veja* e *Caros Amigos*

Embora não tenha um “método” específico, mas “princípios e procedimentos” (ORLANDI, 2001), a AD propõe-se descrever as articulações entre a materialidade dos enunciados, seu agrupamento em discursos, sua inserção em formações discursivas, sua circulação por meio de práticas, seu

controle por princípios relacionados ao poder e sua inscrição em um arquivo histórico. (GREGOLIN, 2003).

Por comungarmos com Gregolin (2003) a premissa segundo a qual os discursos circulantes na mídia produzem a "cultura do espetáculo", entendemos que nos cabe analisar o papel que a mídia exerce na produção e circulação de sentidos, pois esta transforma práticas discursivas: a política, a língua, a história e a cultura são transformadas em espetáculo. A mídia, segundo a autora, cria uma "dessubjetivação" da história: cria a aparência de uma história que se faz por si mesma, sem sujeito, sem ideologias, entre uma atualidade e domínios de memórias. Parece que ela se atribui a função de "porta-voz", de um "sujeito" capaz de descobrir a verdade por trás dos véus e de revelá-la aos espectadores, leitores, com objetividade. (GREGOLIN, 2003).

Desse modo, recorremos aos arquivos instaurados na mídia impressa para constituirmos nosso *corpus*, utilizando-nos de recortes retirados da revista *Veja* nº. 1718, ano 34, nº. 37, de 19 de setembro de 2001, e da *Caros Amigos*, nº. 55, ano V, de outubro de 2001. Nessa seleção, priorizamos os discursos presentes nos gêneros reportagem e carta do leitor. Esses recortes foram selecionados de acordo com os objetivos traçados: problematizar as representações sociais (os modelos identitários revelados nos gêneros reportagem e cartas do leitor) e identificar formações discursivas e ideológicas, bem como relações de poder construídas pela mídia sobre o acontecimento discursivo do *World Trade Center,* ocorrido no dia 11 de setembro em 2001, nos Estados Unidos da América, e seus efeitos de sentido.

Definimos os discursos como práticas que obedecem a regras e procuramos descrever como o campo se constitui, enquanto rede que se relaciona com os diversos saberes nela presentes. Investigamos a origem dos saberes, buscando justificar os fatores que interferem na emergência, permanência e adequação das práticas discursivas, recorrendo a procedimentos metodológicos que auxiliassem na análise e na interpretação dos recortes de enunciados (FOUCAULT, 1995). Passemos às condições de produção dos discursos de *Veja* e *Caros Amigos.*

2.1.1 *Veja*, o ver que se transformou, *versus Caros Amigos*: amiga ou inimiga?

É possível supor que qualquer que seja o suporte midiático, este tem o poder de destruir identidades ou construí-las, como veremos no capítulo III, ao analisarmos o suporte revista. Tomemos como exemplo o pensamento ocidental que nos legou o consumismo exacerbado, consequência da globalização e da potencialização do sistema capitalista, estreitamente relacionados ao desenvolvimento das políticas destinadas ao consumo e ao acúmulo de bens. A partir desse pensamento, tornou-se difícil separar o conteúdo das mídias e das mercadorias, porque ambos estão incorporados em um só produto (JAMESON, 1997, p. 284), podendo-se dizer que grande parte desse discurso neoliberalista advindo da globalização e do desenvolvimento acelerado do capitalismo promoveu uma relação de vassalagem entre países considerados potencializados, como os EUA e países periféricos.

Nesse sentido, nós nos perguntamos: *Caros amigos* é amiga ou inimiga? Esta é uma pergunta um tanto pertinente e, ao mesmo tempo, arriscada para nós, pois entendemos que a mídia é uma reprodutora das atividades ligadas aos sistemas de produção capitalista e assume uma postura pedagógica, legitimada pela instituição escola, estando, pois, ideologicamente respaldada nos "princípios" ou aparelhos do Estado. Assim, qualquer revista ou veículo de comunicação pode assumir uma posição de "amiga" ou de "inimiga", a depender do "lado" em que "joga" nessa manipulação do poder, uma vez que há a espetacularização da política, da história e da língua pela mídia, visando à manutenção da individualização dos sujeitos, por meio de técnicas de subjetivação (governamentalidade[3]).

Pensando o jogo discursivo que *Veja e Caros Amigos* criaram após o atentado do *World Trade Center,* observamos que essas revistas instauram-

[3] Recorremos à Governamentalidade de Foucault (1979, p. 287-293), Microfísica do poder, que a partir dos textos do "anti-Maquiável de La Perriére, Foucault (1979) caracterizou a "arte de governar", como sendo exercer o poder sobre as coisas e não sobre o território e seus habitantes. "Coisas" seriam, portanto, a relação dos homens com suas riquezas, territórios, costumes, hábitos, recursos, etc.. Governar seria, então, "governar as coisas". Dessa maneira, Foucault questiona o que é ser um soberano, sua forma de governo e define-a como "para ser um bom soberano, é preciso que tenha uma finalidade: 'o bem comum e a salvação de todos'". O bem comum para Foucault está associado à maneira correta de dispor as coisas.

se na disputa pelo poder, nesse mercado capitalista, como verificamos em RV5 "*Revista Veja, edição de 26 de setembro de 2001, páginas 60 e 61, citadas pela Revista Caros Amigos, p. 27".* Quando o enunciador da *Veja* retoma o dizer de *Caros Amigos* publicado sobre o mesmo acontecimento, a primeira entra em disputa de poder com esta última, na tentativa de atrair o leitor, de sobressair-se nas vendas dos exemplares sobre o fato, como se o discurso de uma não fosse verdadeiro, cabendo somente a uma dizer a verdade. Ao reproduzir a página, a *Caros Amigos* desconstrói, de forma irônica, o discurso de sua "oponente". Ao usar esse artifício, traz para a cena enunciativa as duas vozes e, na própria cena, contesta ou replica o dizer da *Veja.*

Isso nos leva a entender que cada uma das revistas articula seus dizeres a partir do dizer da outra, muitas vezes como um contradiscurso, tal como Foucault (2004) preconiza: onde há poder há resistência. Assim, cada revista constitui sua identidade negando a identidade da outra, ou seja, ilusoriamente acredita que o outro (entendemos aqui a outra revista enquanto sujeito enunciador) não a constitui. Uma vez que somos perpassados pelos dizeres do outro, só existe o eu porque existe o ele.

As revistas assumem o papel de porta-vozes da verdade, pois ocupam um lugar de destaque e, ao enunciarem sobre o acontecimento do *World Trade Center*, são levadas pela ilusão da evidência de que, ao informarem ou ao exporem seus pontos de vista, estariam cumprindo seu dever social em relação à falha do Estado (este que não tem mais relação com o dever inquestionável mantido pela religião). (SOUZA, 2008). Portanto, as revistas, por serem periódicas, imprimem seus olhares por meio de uma interpretação, de ideologias. Como observamos em RV5, "Só se pode imaginar [...] o planeta está agora obcecado pela segurança", o enunciador de *Veja* imprime sua ideologia, sua subjetividade, ao usar o advérbio "só", o verbo "imaginar" e o adjetivo "obcecado", marcando, assim, o que pensa sobre o acontecimento. Como se observa em RCA2 "Hoje, vivemos sob a ditadura dos veículos de comunicação", o sujeito enunciador também marca sua subjetividade ao usar do verbo na primeira pessoa do plural e emitir juízo de

valor sobre os outros meios de comunicação, tentando isentar de culpa o suporte para o qual trabalha.

Observamos que a mídia, na condição de autorizada para dizer o que está na ordem do discurso e daquela que sabe o que diz – como se ninguém mais além dela tivesse presenciado o acontecimento –, mesmo não retratando o acontecimento no aqui-agora, mas sim na ordem do já dito, do que já foi, imprime um efeito de real no imaginário dos sujeitos leitores.

Portanto, faz-se necessário "mapear" ou compreender esses discursos já ditos que se projetam no imaginário do sujeito jornalista, que são mantidos por uma ideologia e estão "arquivados" na memória discursiva, no dizível, tanto do jornalista quanto dos leitores, pois se supõe que a ideologia do sujeito jornalista movimenta relações de poder para com seu público-leitor.

Diante do exposto, fizemos um breve percurso da constituição de *Veja* e de *Caros Amigos*, objeto do item que segue.

2.1.2 *Veja*: um breve percurso histórico

A Revista *Veja,* por ser de grande circulação nacional, compõe nosso foco de investigação por acreditarmos que manipula ideologias e é um "arquivo" de investigação riquíssimo para "escavações". Para tanto, buscamos traçar seu perfil desde o seu surgimento até os dias de hoje.

Segundo informações encontradas no exemplar *A Revista no Brasil*, publicado em 2003, a primeira Revista *Veja foi* editada em 11 de setembro de 1969, durante o regime militar e trazia na capa símbolos do comunismo. A primeira revista vendeu 700 mil exemplares, o que levou ao esgotamento da edição, mas esse primeiro exemplar impresso não agradou aos leitores. Havia muitos textos e poucas imagens. Por isso, o exemplar seguinte não obteve muita procura. Após sete anos, a revista foi reformulada e chegou, em 2000, em 4º lugar entre as maiores revistas semanais de notícias do mundo, atingindo uma tiragem de 1,7 milhão de exemplares semanais, ficando atrás das revistas americanas *Times, Newsweek e U.S. News.* (SCALZO, 2003, p. 31).

A primeira equipe de redação da *Veja,* formada pela Editora Abril, era composta de 50 jovens de vários lugares do país, que passaram por um curso de jornalismo de empresa. *Veja* despontou por apresentar um conteúdo político, pois surgia numa fase de violenta censura à imprensa, o que dificultou sua edição até 1970. Àquela época, *Veja* lançava a edição de número 15 e tinha o "papel de dizer com imagens, eventualmente de forma subliminar, aquilo que não podia ser dito com palavras". (SCALZO, 2003, p.103).

A *Veja* foi criada pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta e é a revista de maior circulação no Brasil. De acordo com Scalzo (2003), a revista aborda temas do cotidiano brasileiro e mundial sobre política, economia, cultura, comportamento, tecnologia, economia e religião, além de conter seções fixas de cinema, literatura, música, entre outras. Os textos são elaborados, na maioria das vezes, por jornalistas, mas nem todos são rubricados. Excepcionalmente, a revista edita exemplares que abordam assuntos regionais, como *Veja São Paulo* ou *Veja Rio*. Conta com 80% dos seus exemplares publicados, assinados e apresentados nas bancas aos domingos, porém assinala na capa a data das quartas-feiras.

Em 2009, a revista digitalizou e liberou o acesso a todas as suas edições anteriores e atuais, num projeto firmado em parceria com o Bradesco. *Veja* tem sido objeto de inúmeras críticas relativas à sua parcialidade, como as feitas pelo jornalista Luis Nassif, em seu blog, e pelo jornalista, ex-editor da revista, Mino Carta, em sua revista *Carta Capital*, entre outros.

Uma das críticas apresentadas sobre a *Veja* é que ela tem agido na construção da hegemonia do neoliberalismo de maneira sistemática, didática e política, como percebido durante o período Collor. A revista manteve-se coerente com a postura anticomunista e de direita (politicamente falando): *Veja* apoiava a estruturação do Estado capitalista e mascarava a corrupção em que o Brasil vivia. Tentava manter um papel jornalístico imparcial, mas, além de divulgar os fatos, enunciava seus juízos de valor. (SCALZO, 2003).

Já quanto à estrutura, o logotipo da revista, sempre no canto superior direito (para marcar a posição que esta ocupa na esfera política, a de direita), desde o ano de 1968, é baseado na família tipográfica Franklin Gothic,

que acompanhava a expressão “e leia”. Por volta de 1975, perdeu a expressão “e leia” do logotipo. Na década de 1980, adotou um contorno no logotipo, como adorno, e cores variadas. Já nos anos 2000, *Veja* adicionou um sombreado interno ao logotipo e, atualmente, adiciona um “gradiente” (efeito degradê) às letras. Em 1968, a ilustração ou foto em sua capa era única, com uma ou duas chamadas. Dos anos 2000 até os dias de hoje, a revista inseriu subchamadas de outras matérias em sua capa, numa hierarquia entre matérias e reportagens. A quantidade de páginas, em 1968, era grandiosa por edição e abordava temas sobre política, economia, ciência, esporte, lazer, tecnologia, cultura, entre outros. Até os anos 1970, *Veja* já contava com 100 páginas por edição e os mesmos temas. Na década de 1980, apresentava, nas páginas centrais, textos e imagens em preto e branco, com eventuais exceções, e passava a contar com 250 páginas. De 1968 até a década de 1970, os textos e imagens eram quase sempre em preto e branco. A partir da década de 1980, começaram a ganhar um colorido nos títulos. Já nos anos 1990, as edições eram quase totalmente coloridas e suas imagens seguiam um enquadramento nos de 84 a 94 em seu tamanho. Em 1980, as fotos ganharam recursos criativos, chegando, em 2004, com um contorno, decorrente da mudança que sofreu a arte gráfica nos anos 1990.

Passemos à trajetória histórica de *Caros Amigos*.

2.1.3 Da formação à transformação: *Caros Amigos*

A Revista *Caros Amigos* também compõe nosso foco de pesquisa por ser revista de imprensa alternativa.

Segundo Souza (2007*)*, a *Caros Amigos* destacou-se porque havia grandes nomes do jornalismo, da cultura e da política que escreviam na revista. Nesse sentido, seu editor, Sérgio de Souza, dizia que montar uma revista independente e com matérias de diferentes autores era uma ideia muito antiga, só se concretizando em 1997, graças à sociedade firmada com uma microeditora fundada entre vários companheiros, os “caros amigos iniciais”: João Novo, Roberto Freire, Jorge Brolio, Francisco Vasconcelos, José Carlos

Marão, Alberto Dines (autor do nome da revista), Hélio de Almeida e Mathew Shirts. Após o primeiro exemplar da revista, só permaneceram quatro integrantes e Sérgio.

De acordo com informações prestadas pelo editor Sérgio, *Caros Amigos* tinha como objetivo ser uma revista "futurista", que abordasse um mundo novo oferecido pelo avanço tecnológico, ou ser uma revista paraliterária. Seu propósito foi, no entanto, modificado: passou a ser uma publicação de interesses gerais que se posicionava contrariando o "pensamento único" que circulava pelas outras mídias do país. Para tanto, a revista passou a ter publicação mensal, de diversas autorias, com reportagens, artigos, colunas, seções, humor, fotografia e uma grande entrevista, intitulada "Explosiva". Todos os textos levariam assinatura; não poderia haver pseudônimos, e cada autor decidiria o tema a ser abordado a partir da proposta "fale sobre algo que o esteja incomodando muito ou agradando muito". Apenas as entrevistas de capa e as reportagens seriam decididas em conjunto.

O editor argumenta ainda que a revista *Caros Amigos* é uma revista de "publicação institucional e não alternativa", tem periodicidade mensal e atende a todo o país por intermédio da DINAP - Distribuidora Nacional de Publicações, do grupo Abril, mantém *site* na internet e é produzida por profissionais (área editorial, comercial e administrativa).

Segundo Scalzo (2006), a *Caros Amigos* é uma revista brasileira de publicação mensal que surgiu em abril de 1997, tendo como responsável por sua edição a Editora Casa Amarela. Apresenta-se estruturada pelos seguintes gêneros: editorial – publicação de uma entrevista com alguma personalidade de destaque, com conteúdo mais denso; diversos artigos de pensadores representativos da esquerda; reportagens investigativas; ensaios fotográficos; charges; ilustrações e opiniões de leitores (cartas do leitor). *Caros Amigos* publica artigos de autores de toda a "esfera esquerdista brasileira", como, por exemplo, o senador Eduardo Suplicy, o sociólogo Emir Sader; Frei Betto e João Pedro Stédile.

Ainda segundo o *site*, a revista *Caros Amigos* tem como principal característica a não filiação a partidos políticos ou governos, o que a difere dos

demais veículos de comunicação brasileira. Vale ressaltar também que, em relação à estrutura, de acordo com o site *www.cartamaior.com.br,* quando a revista completou 10 anos de existência jornalística, Sérgio, em entrevista, comentou que *Caros Amigos*

> [...] surgiu nas bancas de São Paulo, grande, em preto e branco, com muitas letras e poucas figuras, diferente e até um pouco dificultosa para os olhos. Mas as vantagens da novidade eram que nem sempre se tinha necessidade de espiar dentro para saber o que estava a nossa espera.

O editor, em entrevista, afirmou que quando *Caros Amigos* surgiu, o "neoliberalismo de FHC estava no auge". Comentou ainda que a revista

> tinha responsáveis para cada seção: a história da resistência política da Teologia da Libertação com Frei Betto; Roberto Freire, o cara do Soma do Sem Tesão não há solução; o maestro Diogo Pacheco, falando de futebol; Plínio Marcos e seu submundo teatral; Zé Hamilton, que perdeu sua perna cobrindo a Guerra do Vietnã; Jaguar, o símbolo máximo da boemia e do humor dos bons tempos.

Além disso, ressaltou que a revista trazia "progressistas, destoantes de superfluosidade e neoliberalismo meio jornalístico". Depois de 10 anos, *Caros Amigos* tornou-se, nas palavras do editor, "uma nova liberdade de ler e fazer jornalismo".

Segundo Pereira Filho (2004, p. 29), pode-se dizer que "*Caros Amigos* é uma recriação criativa, inovadora e recontextualizada das experiências e propostas consagradas na década de 70 pela imprensa alternativa e independente." Desde sua origem, ainda segundo o autor, esta discursiviza o anseio de proporcionar aos seus leitores um jornalismo interpretativo e cidadão, representando, na imprensa brasileira, outra possibilidade de leitura e interpretação dos fatos do mundo, edificando-se a partir da inscrição histórica dos sentidos de resistência no jornalismo, em que pese a desautorização do sentido dominante legitimado como o único passível de ser dito. A revista é, portanto, considerada hoje como representante da imprensa "alternativa", à medida que promove a circulação de sentidos

dissonantes daqueles impostos pela chamada “grande imprensa”. Marca, assim, uma espécie de síntese das experiências já ditas pela imprensa “alternativa” dos anos 1970. Foi idealizada pelos jornalistas Sérgio de Souza e José Carlos Morão, ambos vindos da revista *Realidade* (um dos primeiros intentos de uma imprensa “alternativa” no Brasil). (PEREIRA FILHO, 2004).

Diante desses perfis apresentados, emergem representações ou imagens de distintas ordens para esses referentes: um é representado como o mais lido (viés mercadológico);o outro, como fruto de uma imprensa alternativa (viés “ideológico”), o que aponta para a existência, em cada uma das revistas, de dispositivos específicos para fazer circular dizeres, uma vez que ambas são objetos de saber-poder e se constituem de gêneros de informação (como o artigo, a reportagem, o editorial, a entrevista, as cartas, entre outros), que são suficientes para nos fornecer a “verdade” inscrita na ideologia que se materializa nesses suportes textuais.

A seguir, abordamos as condições em que (ou sobre as quais) as duas revistas se pronunciaram em setembro e outubro de 2001.

2.2 O terrorismo na história e o *World Trade Center*

Após uma imensa produção de discursos sobre o acontecimento do atentado ao *World Trade Center* que passaram a circular na/pela mídia, fomos instigados a estudar, como e por que isso ocorreu, numa tentativa de compreender se a representação criada pela mídia sobre o atentado terrorista e os EUA tinha relação somente com o islamismo.

Para tanto, nossa primeira tarefa pareceu ser definir “terrorismo”, o que não é nada fácil, porque não chegaríamos a uma definição simples ou consensual, mesmo porque esse conceito envolve certa “condenação moral”, o que, por sua vez, também se inscreve em condições de produção. Embora esse não seja nosso foco de pesquisa, buscamos fazer um breve percurso do surgimento do terrorismo até a contemporaneidade, buscando, na memória do dizer, como os EUA foram alvo dos atentados discutidos ou problematizados nas revistas aqui analisadas.

Ao longo da história, segundo Marx; Engels (1997), a violência era praticada por pessoas diretamente ligadas às classes superiores (o rei, os senhores feudais, entre outros), porque os escravos (a classe proletária) eram pessoas totalmente despossuídas de poder, eram impotentes diante daqueles que as dominavam. Em face dessa impotência, a classe proletária não era ouvida em relação aos maus tratos que sofria; camuflavam-se as mortes de inocentes, a matança somente pelo poder. Não havia igualdade de direitos; valia a lei do mais forte e, pois, instituía-se a exclusão.

Com o passar dos tempos, algumas vozes surgiram para expressar o horror das guerras e dos conflitos. O século XX, por exemplo, trouxe a democratização (MARX, 1989), e o horror da vítima da guerra e dos conflitos étnicos ou sociais passou a ser percebido: as vozes do segundo sujeito do conflito passaram a ser ouvidas. Isso se apresentava até o atentado de 11 de setembro, pois, após a queda das Torres Gêmeas do *World Trade Center*, houve um novo redimensionamento em relação ao terrorismo, sobretudo em relação às questões sobre o terrorismo internacional (os povos islâmicos passaram a ser vistos como o novo inimigo dos estados nacionais e do mundo livre, capitalista e democrático), interpretado como resistência ao Estado-Nação. (COIMBRA, 2000).

Buscando definir o terrorismo, em sentido de dicionário, pode-se dizer que este é o “modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas, ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror, pelo emprego da violência”. (FERREIRA, 2001, p. 670). O que não é dito por Ferreira (2001), em decorrência das condições de produção de seu discurso, de que emerge um sentido “genérico”, é que terror e a violência estão diretamente relacionados à luta pelo poder e que as diferenças sociais, étnicas e ideológicas causam conflitos marcados pela violência: riqueza/pobreza, escravidão/liberdade. Assim concebido, “terrorismo” pode ser definido como “sistema de governo por meio do terror ou de medidas violentas; conjunto de atos subversivos, violentos e intimidadores, sobretudo de cunho político” (AMORA, 2009, p. 718). Neste caso, o efeito de generalização desloca-se para uma especificação, que também não atende à polissemia do termo. A palavra também pode ser usada,

entre múltiplos outros usos mais restritivos, para lançar um rótulo negativo contra “inimigos”: Israel, por exemplo, chama de terroristas diversos grupos palestinos, que respondem acusando Israel de praticar terrorismo de Estado.

Às diferentes definições, generalizantes ou particularizantes, deve-se acrescentar o fato de que, historicamente, atos que seriam enquadrados como terroristas foram considerados heroicos quando correspondiam à luta contra a opressão de uma ditadura ou pela libertação nacional. É o caso da Resistência Francesa, que combateu a ocupação nazista, que, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e após esta, terá praticado “atos de terror”. Nesse particular, o que distingue a rede *Al Qaeda*, de Osama Bin Laden (apontada como autora dos atentados aqui discutidos), é que o grupo consolidou o uso indiscriminado da violência, na esfera internacional, sem distinção social, política, de nacionalidade e de religião. (MEAD, 2006).

Os atentados de 11 de setembro de 2001, por exemplo, contra os EUA, mataram cidadãos comuns de vários países, incluindo árabes. A retórica do ex-presidente dos EUA, George Walker Bush (popularmente conhecido como George W. Bush), levou muitos a associar o terrorismo à religião islâmica; no entanto, grupos fundamentalistas existem em todas as religiões (ou outros campos): são aqueles que enxergam, nos textos “sagrados” de sua crença, a única orientação possível para a organização do Estado e da sociedade. É uma posição obscurantista, que recusa a democracia e se opõe à perspectiva secular adotada desde a Revolução Francesa (1789), quando os negócios de Estado se separaram das convicções religiosas. (CHOMSKY, 2002). Isso nos leva a entender que a crença do Islã, tal como no cristianismo ou no budismo, não deve ser associada a nenhum ato de violência. Assim, atos terroristas não podem ser justificados na/pela religião.

Para tanto, cabe ressaltar, segundo o autor, que a democracia é indiferente ao cristianismo, ao budismo, ao islamismo, ao judaísmo. O cristianismo, por sua vez, pode ser excludente, intolerante e persecutório contra aqueles que não comungam seus dogmas, assim como todas as outras religiões ou seitas. Parece que nenhuma religião é, em si, compatível com a

democracia; todas as religiões parecem ser o fardo do homem civilizado. (CHOMSKY, 2002).

2.3 O outro (re)construído: o islâmico

Segundo Castells (2008), na década de 1970, com o nascimento da revolução tecnológica no Vale do Silício, o capitalismo global começava a se reestruturar; no entanto, no mundo muçulmano, o capitalismo adquirira um significado diferente, pois surgia o renascimento, a purificação e o fortalecimento do Islã (Hégira), significando uma verdadeira revolução cultural e religiosa que tomou conta dos países muçulmanos, sendo vitoriosa no Irã, mas subjugada no Egito, e propulsora de uma guerra civil na Argélia.

O reconhecimento do Islã pelas instituições estatais do Sudão e de Bangladesh causou incômodo ao Estado-Nação islâmico, que estava integrado no capitalismo global, como na Arábia Saudita, Indonésia ou Marrocos (CASTELLS, 2008, p. 30). Havia uma "luta pela identidade cultural e pelo destino político de aproximadamente um bilhão de pessoas nas mesquitas e nos distritos das cidades muçulmanas superpovoadas pela urbanização acelerada e desintegrada pelo fracasso da modernização". (CASTELLS, 2008, p.30).

No cerne desse fracasso, surgia, como projeto político, o fundamentalismo islâmico, fruto de uma identidade reconstruída. Nesse aspecto, nas palavras do autor, o mundo muçulmano, ancorado no Islã, ganhou sentido religioso. "Islã", em árabe, significa 'submissão': um muçulmano é alguém que se submete à vontade de Alá, e todo o Islã seria fundamentalista porque as sociedades e suas instituições estatais devem ser organizadas de acordo com os princípios religiosos incontestáveis. São, no entanto, múltiplas as interpretações desses princípios religiosos preceituados pelo Alcorão e que são comuns a todo o Islã, as sociedades e as instituições islâmicas.

Nessa ótica, o autor afirma que a maioria das sociedades islâmicas tradicionais segue a *sharia* (lei divina, construída pelo Corão e os *Hadiths*), que vem do verbo *shara'a* (no árabe clássico), significando 'caminhar em direção a uma fonte'. O fundamentalismo islâmico tem seu Corão ancorado na fusão de

sharia e *fiqh,* nas interpretações e aplicações de princípios criados por juristas e autoridades seguidoras da *sharia.* Nesse sentido, há que se considerarem as variáveis: o fundamentalismo radical (os escritos de *Al-Mawdudi ou Sayjid Qtub* nas décadas de 1950 e 1960) e o fundamentalismo conservador (representado pela Casa de *Saud*).

O Islamismo foi instituído pelo Profeta Maomé, porém só ganhou força após a morte dele, quando os beduínos que viviam nos desertos passaram a seguir o Alcorão, sob a crença em que o Islamismo deveria ser convertido por meio da guerra santa firme. Assim, a Arábia foi unificada, grandes construções de mesquitas e palácios surgiram, e o Governo Islâmico proibiu a circulação da Bíblia em línguas nativas, especialmente na cristã, restringindo-a à islâmica, e os Sheiks (‘anciãos’, em árabe) passaram a ensinar os princípios do Alcorão, a palavra de Allah, de modo que os trabalhos desses missionários islâmicos se fizeram possíveis graças ao fato de sua língua também ser ensinada, tornando-se, assim, oficial e obrigatória em todo o Império. (CASTELLS, 2008).

O Islamismo expandiu-se entre os povos muçulmanos, divididos em sunitas e xiitas. Os sunitas subdividem-se em quatro grupos menores: hanafitas, malequitas, chafeitas e hambanitas. Já os xiitas são partidários de Ali, marido de Fátima, filha de Maomé. São líderes continuadores da comunidade de missão espiritual de Maomé. Hoje, o Islã é o segundo maior grupo religioso do planeta, e a maioria dos muçulmanos se concentra na Ásia e na África, mas, entre os americanos, eles já somam quase sete milhões. Há que se admitir também que os muçulmanos ocupam países paupérrimos, como o Sudão, e controlam áreas produtoras de petróleo em grande escala.

Nessa perspectiva histórica, a guerra no *Kwei*t foi a convocação de Saddam Hussein aos muçulmanos para uma “guerra santa”, chamada *Jihad,* contra os EUA, pois este último protegia Israel. Vinte e seis países entraram em uma guerra, gastaram bilhões de dólares, levaram os EUA a uma recessão, tudo na tentativa de combater um homem que lutava por razões religiosas: unificar os países islâmicos. Houve, no entanto, cem atos “terroristas” cometidos contra a América e a Europa no mesmo mês de “batalha”.

Entre tantas religiões universais, nenhuma alcançou uma expansão tão acelerada como o Islamismo. Em apenas quatro séculos, milhares de habitantes converteram-se à religião do profeta Maomé. Essa época foi chamada de Idade de Ouro do Islã. O Islamismo foi o mais poderoso instrumento de igualdade entre os homens, pois pregava a caridade e a fraternidade como pontes que ligavam os extremos sociais e aplainavam os preconceitos contra os pobres.

Atualmente, são inúmeras as diferenças, em relação aos ensinamentos desses documentos religiosos, entre a tradição Shiaxiita (inspira *Khomeini*), a tradição Sunnisunita (constitui a crença de mais ou menos 85% dos muçulmanos) e os movimentos revolucionários, como a *Front Islamique de Salvation* (FIS) da Argélia ou a *TakfirWal-Hijarah* do Egito. A história do Islã é reconstruída para demonstrar a eterna submissão do Estado à religião. (CASTELLS, 2008, p. 31)

Nessa ótica, pode-se dizer que o principal objetivo dos muçulmanos é acabar com a atual oposição entre Dar al-Islam (o mundo muçulmano) e Dar al-Harb (o mundo não muçulmano). Vale ressaltar que os homens são os protetores e os mantenedores das mulheres porque têm mais força e as sustentam.

Ainda segundo Castells (2008), a identidade islâmica foi reconstruída pelos fundamentalistas em oposição ao capitalismo, ao socialismo e ao nacionalismo árabe ou de qualquer outra origem, pois esses movimentos são ideologias fracassadas provenientes da ordem pós-colonial, dos efeitos negativos da globalização. O fundamentalismo é uma reação contra a modernização inatingível capitalista ou socialista. O autor afirma que o termo “fundamentalismo” teve sua origem nos Estados Unidos (EUA), inscrito no momento de crise que o país atravessava. A sociedade norte-americana buscava desenfreadamente a transformação social e a mobilidade individual, pois a globalização ameaçou a família patriarcal: muitos divórcios, separações, violência na família, filhos nascidos fora do casamento, casamentos tardios, redução nos índices de maternidade, estilos de vida solitários, casais de gays e lésbicas e a rejeição generalizada da autoridade patriarcal.

Nesse cerne também está o fundamentalismo cristão, segundo o autor, que se reafirmava em meio a tantos problemas pessoais em uma vida cada vez mais imprevisível e incontrolável. Rogava-se a Deus para receber a misericórdia divina, o perdão, em relação à restauração do *American Way of Life*. A Bíblia passava a ser seguida por todos os fundamentalistas cristãos, como um livro infalível. O fundamentalismo atuava nos processos políticos em defesa dos valores morais e cristãos e veio para combater a ameaça comunista que o governo norte-americano, o cristianismo e os Estados Unidos, como a nação escolhida, enfrentavam após o colapso da União Soviética.

A oposição era ao controle do país exercido por um "governo mundial", com autoridade sobre o Governo Federal dos EUA, sancionado pelas Nações Unidas (ONU), pelo Fundo Monetário Internacional e pela Organização Mundial de Comércio, entre outros, pois os fundamentalistas cristãos acreditavam que o novo "governo mundial" era o "anticristo", representava o "fim dos tempos". Assim, buscavam a reafirmação do controle sobre a vida e sobre o país em decorrência da globalização econômica e midiática.

Segundo Marx (1989, p. 16), o Estado cristão, ao se aperfeiçoar, não se tornou o Estado cristão, porque este não admitia o cristianismo como sua base (religião de Estado), o que o fez adotar uma atitude de exclusão diante de tantas outras religiões. O Estado cristão é, antes de mais nada, o não Estado, posto que o cristianismo não era uma religião, mas apenas o "fundo humano da religião cristã". Ou seja: o Estado cristão é a negação cristã do Estado; é o Estado imperfeito, pois a religião cristã servia de suplemento e de santificação da própria imperfeição, o que levou a religião a ser apenas um dos seus meios.

O Estado cristão só pode conduzir-se à sua própria maneira diante do judeu, isto é, como Estado cristão, segregando os judeus dentre os demais súditos, fazendo com que este sinta a pressão das outras esferas mantidas aparte, que a sinta com tanto mais força quanto maior o antagonismo religioso do judeu em face da religião dominante. Por sua vez, tampouco pode o judeu conduzir-se com relação ao Estado senão à maneira judaica, ou seja, como um estranho ao Estado.

Nas palavras do autor, “o Estado cristão tinha uma atitude política diante da religião e uma atitude religiosa perante a política. O povo do Estado cristão era apenas um não-povo, já sem vontade própria”. (MARX, 1989, p.17). Para Marx, quando o Estado admitia a Bíblia como sua Carta e o Cristianismo como sua Regra Suprema, o que importava eram as palavras da Bíblia, por ser a sua linguagem considerada como sagrada. Desse modo, considerava que o “poder da religião era a religião do poder”. A religião consagrou-se ideal porque era vista como a separação da vida individual (vida da sociedade civil) e da vida genérica (vida política). Portanto, o cristianismo expandiu-se, mas, segundo Marx (1989), o Estado “não pedia a ninguém que professasse o cristianismo, mas apenas que tivesse qualquer espécie de religião”.

Atualmente, os conflitos entre fundamentalistas continuam, mas, segundo Castells (2008, p. 27), com o surgimento da sociedade em rede, o processo de construção de identidade está fundamentado na “disjunção sistêmica entre o local e o global para a maioria dos indivíduos e grupos sociais e também na separação em diferentes estruturas de tempo/espaço entre poder e experiência”.

Ainda nas palavras do autor, “sujeitos, se e quando construídos, não são mais formados com base em sociedades civis que estão em processo de desintegração, mas, sim, como um prolongamento da resistência comunal” (CASTELLS, 2008, p. 28). Algumas sociedades em rede encontram consolo e refúgio na religião, como o fundamentalismo religioso, por serem seletivas e

> [...] concentrarem energias na aplicação das características mais adequadas à afirmação de sua identidade; à preservação da unidade de seu movimento, à construção de linhas defensivas para suas fronteiras e à manutenção dos outros à distância. Na concepção deles, os fundamentalistas lutam amparados por Deus. (CASTELLS, 2008, p. 29).

Segundo o autor, os fundamentalistas são reativos e reacionários por construírem uma identidade coletiva em consonância com as normas advindas da lei de Deus, que é aplicada por alguém conhecedor, que, ocupando uma posição de autoridade, atua como intermediário entre Deus e os homens. Dessa maneira, para Castells (2008, p. 43), tanto o fundamentalismo

cristão norte-americano como o fundamentalismo islâmico constituem-se como um “conjunto de crenças e experiências que incluem a fé na absoluta inspiração divina”.

A construção da identidade islâmica contemporânea decorreu, no entanto, de uma reação contra a modernização capitalista ou socialista, em face dos efeitos negativos da globalização e do colapso do projeto nacionalista pós-colonial. Já a construção da identidade do fundamentalismo cristão norte-americano ocorreu pela ameaça da globalização e, mais precisamente, pela crise do patriarcalismo: o individualismo ancorado na família, as características culturais do país, o pragmatismo e o relacionamento com Deus de modo personalizado e com os desígnios de uma vida incontrolável e imprevisível. (CASTELLS, 2008, p. 43).

A era globalizada veio reconstruir identidades com fundamento na nacionalidade, em oposição ao estrangeiro: “os nacionalismos não passam de tribalismos ou quaisquer outros tipos de comunidades orientadas a esse fim, que por sorte, esforço ou circunstâncias, formas bem-sucedidas em transformar-se em uma força eficaz sob as condições da realidade moderna”. (CASTELLS, 2008, p. 44).

Os movimentos nacionalistas são racionalizadores dos interesses de uma dada elite e criam uma “propaganda política alucinógena”, que faz com que os integrantes desses movimentos sejam capazes de morrer por sua nação.

Nas palavras do autor, “os anseios de expressar a própria identidade e de tê-la reconhecida de forma concreta pelos outros são cada vez mais contagiantes. Uma cultura não é o que as pessoas compartilham, mas sim algo pelo qual resolvem lutar”. (CASTELLS, 2008, p. 45). Muitas nações são formadas ou grupos de nacionalistas étnicos surgem por se assemelharem à institucionalização de uma “religião alternativa”.

Desse modo, os grupos excluídos ou os que são resistentes à individualização da identidade nas redes globais de riqueza e poder, as comunas culturais de cunho religioso, nacional ou territorial, acabam sendo a principal alternativa para a construção de significados na sociedade.

Identidades defensivas servem como refúgio, fontes de solidariedade ou formas de proteção contra o mundo externo hostil por serem construídas culturalmente (comunidades de fiéis, ícones do nacionalismo, geografia do local). Portanto, são comunidades construídas por reações ou projetos determinados por fatores históricos e geográficos. (CASTELLS, 2008, p. 85).

Dessa maneira, tem-se o fundamentalismo islâmico como um exemplo de comunidade cultural que se articulou na resistência. Ao se dissociar das sociedades civis e instituições do Estado, rompeu com a modernização econômica do Irã, com o nacionalismo de estados árabes e com os movimentos nacionalistas do Estado-Nação. Cada grupo possui sua identidade. O Islamismo tem suas raízes no Alcorão, na história, enquanto os fundamentalistas construíram suas normas como uma forma de resistência à própria cultura local dominante. Pode-se dizer que o acontecimento de 11 de setembro trouxe, para o cenário atual, a "grande fatura mítica explorada e construída por diversos autores, em livros ou ensaios, o choque entre Ocidente e Oriente, ou mais especificamente ainda, entre Ocidente e islã", entendido como religião. (SILVEIRA, 2007, p. 18). O Ocidente representa a cristandade (o eixo do Bem) e o Oriente é o islã, o islamismo (o eixo do Mal).

Se pensarmos nos países e seu poder político, o Iraque e o Paquistão passaram por uma guinada política depois dos atentados de 11 de setembro de 2001. Os ataques foram atribuídos à rede Al Qaeda, que tinha a proteção do Taleban, o grupo governante no vizinho Afeganistão. Musharraf, que apoiava o Taleban, uniu-se aos EUA, cedendo uma base aérea para os ataques ao Afeganistão. Em troca, obteve ajuda financeira e conseguiu terminar com sanções econômicas que prejudicavam seu país. Os integrantes da Al Qaeda se ofenderam, pois utilizavam há anos, como base de suas operações, parte do território paquistanês, o Waziristão, região fronteiriça com o Afeganistão. (RESENDE, 2005).

Assim, entendemos que os ataques terroristas foram fruto de anos de ocupação militar comandada pelos EUA no Afeganistão e no Iraque. Esses países, mesmo após a dominação norte-americana, continuaram vivendo um cotidiano de sangue e destruição. O grupo islâmico radical, o Talibã, derrubado

do poder pela intervenção militar em 2001, reorganizou-se e manteve forte atividade militar, sobretudo no sul do país. A intervenção militar iniciou-se semanas após os atentados de 11 de setembro, e ocorreu porque o regime do Talibã, que então comandava o país, dava abrigo ao líder da Al Qaeda, Osama Bin Laden, considerado o mentor dos ataques contra os EUA. Com a derrubada do *Taleban*, foi instalado um novo governo, presidido por Hamid Karzai, mas que teve dificuldades para administrar a capital Cabul e outras poucas regiões do país. Isso fez com que a maior parte do Afeganistão continuasse sendo dominada por milícias locais, comandadas pelos "senhores da guerra" (chefes tribais ou étnicos que lideravam grupos armados e dominavam regiões do país).

O Irã também era um dos alvos principais do governo Bush. A república islâmica do Irã, dirigida por religiosos xiitas, era acusada por Bush de fornecer armas e auxílio ao grupo libanês islâmico *Hezbollah,* e as milícias xiitas que atuavam no Iraque Bush começavam a pressionar o regime islâmico em relação ao programa nuclear iraniano de produção de armamentos atômicos, pois desafiava o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Bush, em seus discursos, chamou o Irã de "maior ameaça à segurança mundial" e "principal patrocinador do terror", citando como beneficiários da ajuda iraniana os grupos *Hezbollah*, *Hamas* e *Taliban.*

A preocupação não parou por aí, pois o Irã é quase todo constituído por muçulmanos xiitas (uma das vertentes do Islã), e os xiitas também são a maioria no Iraque. (RESENDE, 2005). Portanto, ao longo da história observamos que os conflitos existentes entre os povos do Oriente Médio devem-se a questões políticas e religiosas, pois não há opiniões governamentais unificadas, e que os EUA estiveram envolvidos diretamente em guerras contra os muçulmanos, o que talvez tenha contribuído para os atentados de 11 de setembro de 2011.

2.4 Os Estados Unidos da América: estigmas da exclusão social

Segundo Burns (1978, p. 763), o país que hoje é chamado de Estados Unidos da América do Norte (EUA) é constituído por habitantes

originários da Europa e foi a partir do século XVII que os americanos começaram a pensar em seu país como uma nação individualizada e, assim, com o passar dos tempos, esta adquiriu outras características típicas da nação que só crescia e se tornava mais poderosa, chegando a superar a maioria dos países europeus.

O governo norte-americano manteve uma doutrina que previa o ataque a qualquer país que os EUA considerassem uma ameaça à sua segurança. No aspecto econômico, no caso do Iraque, estava em jogo o acesso às grandes reservas de petróleo, matéria-prima que movia a economia norte-americana. As disparidades deram origem à Guerra Civil, conhecida como Guerra de Secessão (1861 a 1865).

Os EUA desenvolveram-se muito e sentiram-se estimulados a buscar novos domínios. A nação estendeu-se do Atlântico ao Pacífico e passou a disputar, com as potências europeias, territórios pelo mundo. Baseada na doutrina da "América para os americanos", a potência emergente ansiava por espalhar sua influência por terras mais distantes e dominar outros países. Durante essas dominações, Cuba cedeu aos EUA, e, de 1901 a 1909, a "política do grande porrete" (*big stick policy),* do presidente *Theodore Roosevelt*, tomava forma, sob o lema "fale macio, carregue um grande porrete e irá longe". (BACIC OLIC; CANEPA, 2003).

Em meados do século XVIII, as 13 colônias britânicas da América do Norte que foram fundadas entre 1609 e 1682 modificaram sua maneira de pensar e os seus ideais, que divergiam dos da metrópole. Tal acontecimento levou o sistema econômico ao amadurecimento, e os americanos ganharam confiança no mercado, ganhando, assim, independência econômica, libertando-se da política mercantilista do governo britânico por meio de revoluções (Revolução Americana ou Guerra da Independência; Guerra dos Sete Anos, entre outras).

Essas revoluções ocorridas na América entre 1775 e 1781 tiveram as suas bases ideológicas calcadas no pensamento de líderes políticos coloniais, o que conduziu alguns estados a alterar os fundamentos da aristocracia e outros a separar a Igreja e o Estado ou abolir as qualificações

religiosas para a elegibilidade aos cargos políticos. Além disso, certas leis econômicas radicais entraram em vigor. (BURNS, 1978, p. 765).

A doutrina isolacionista foi pregada pelos EUA por meio da Doutrina Monroe, porque esta previa que qualquer tentativa das potências europeias de se firmarem no Novo Mundo seria entendida pelos EUA como uma ameaça à sua paz e à sua segurança (BURNS, 1978, p. 786). E a doutrina promoveu o sucesso norte-americano pelo mundo.

Os EUA adotaram uma nova postura em relação à política externa; seus interesses iam além do Hemisfério Ocidental. As rivalidades dos grandes impérios asiáticos e a manutenção do equilíbrio de poder na Europa lhes interessavam.

Apesar de a Europa manter-se corrupta, degenerada, envolvida em guerras dinásticas e em lutas pelo equilíbrio de poder, a América conservava-se nessas disputas europeias, tal como afirma Burns (1978, p.785). Era imprescindível o isolamento dos EUA do resto do mundo, mantendo o comércio, a paz e até a amizade com todas as nações, mas alianças comprometedoras, pois era à independência absoluta que visavam os EUA. Pode-se concluir que os EUA, seguindo estratégias de dominação, ocuparam vários continentes com seus militares e lideraram guerras.

Podemos dizer, então, que as guerras pelo poder não pararam; pelo contrário, tornaram-se mais longas e envolveram diversos países, cada qual com suas razões políticas. Cada Estado-Nação era absolutamente soberano e tinha o direito de seguir a política exterior que parecesse mais adequada aos seus interesses, como o que aconteceu com os EUA, em 1904. *Roosevelt* reservou a eles o direito de intervir na América latina sempre que os países se apresentassem em desordem social e política. Desde então, os EUA passaram a intervir em várias partes do globo para assegurar seus interesses econômicos e políticos. A ex-colônia rebelde tornara-se uma grande potência mundial e passava a construir um enorme império, baseado na força militar e na economia.

Assim, se um Estado-Nação, a fim de obter matérias-primas ou melhorar as suas defesas, achasse conveniente lançar as suas “garras” sobre

o território de um vizinho “fraco”, fazia-o sem trepidar e não havia ninguém para lhe negar tal direito. A maioria das grandes nações da Europa tentava conseguir a segurança para si, estabelecendo uma espécie de equilíbrio de forças; porém, para Burns (1978), cada uma tentava garantir a balança a seu favor, formando alianças para mais tarde fortalecê-las ao máximo. Isso levava as nações excluídas dessas alianças à formação de contra-alianças. Desse modo, potências imperialistas rivais guerreavam entre si para manter-se no poder ou em defesa dos países “fracos”.

O governo de Bush foi marcado pela ênfase dada à atividade bélica. Além disso, o país manteve base militar em 62 países ou territórios pelo mundo e seus gastos militares cada vez cresciam mais. Bush iniciou dois conflitos durante seu mandato: um contra o Afeganistão, em 2001, e outro contra o Iraque, dois anos depois.

O presidente norte-americano apontava vários países como inimigos dos EUA. Esses países foram classificados pela Casa Branca como “postos avançados da tirania”: Coreia do Norte, Irã, Iraque (eixo do mal, assim chamado pelo presidente), Cuba, Mianmar, Belarus, Zimbábue, Venezuela e Síria. Em sua guerra contra o terror, outros alvos eram os extremistas sunitas e xiitas que atuavam no Iraque, o grupo libanês *Hezbollah*, a *Al Qaeda* e o grupo Talibã, derrubado do governo do Afeganistão, mas que mantinha a luta contra as tropas da *OTAN* (aliança militar ocidental, liderada pelos EUA) que ocupavam o país.

Depois de 2001, do atentado ao *World Trade Center*, em 11 de setembro de 2001, “os olhos do mundo” voltaram-se para o Oriente Médio, “cenário dos mais graves conflitos globais” (SILVEIRA, 2007). A região vivia em instabilidade permanente desde que o petróleo; no decorrer do século XX, se tornara a principal fonte de energia da economia global.

A partir de 2001, o agravamento da situação tem relação com o crescimento do fundamentalismo islâmico, com o “terrorismo”, com o declínio das reservas de petróleo e com a eclosão da guerra no Iraque. A presença das tropas norte-americanas na região acirrou as contradições e tornou mais agudos os antigos problemas. Pode-se dizer que o “reforço de tropas de Bush

conseguiu estabilizar partes de Bagdá e diminuir as baixas". (O ESTADÃO, 2008). O Iraque vive uma desagregação profunda, por haver muito sofrimento causado pelos atentados suicidas, confrontos com as tropas de ocupação e conflitos entre xiitas e sunitas, que marcam a sociedade iraquiana, desde muitos anos, apagando uma era em que esta foi uma das nações mais desenvolvidas social e culturalmente no Oriente Médio.

Após os atentados ao *World Trade Center*, o mundo se colocava em guerra, "parecia que o Apocalipse estava acontecendo; tal como no evangelho profético, em que as forças do bem e do mal se concentravam no grande dia de Deus para travarem batalha em Harmagedon", graças às convocações de Bush. (BURNS, 1978, p. 853). O combate ao "terrorismo, inimigo sem exército regular", exigia outra disposição de forças. Os EUA mantinham bases no exterior, mas investiam no treinamento e na formação de parceiros para atuar como aliados regionais, pois, com isso, dividia o pesado custo humano e material das ações militares. (RESENDE, 2005).

O presidente George W. Bush terminou seu governo batendo recordes de impopularidade, sobretudo pela rejeição do povo à guerra contra o Iraque e pela crise na economia. Bush deu à sua administração um eixo de luta contra o terrorismo e enfatizou a presença militar norte-americana em várias partes do mundo. A política de segurança dos EUA foi chamada de Doutrina Bush e defendia o uso da força de modo unilateral, ou seja, sem consulta aos organismos multilaterais, e de forma preventiva contra qualquer país que os EUA considerassem ameaçador. Tal unilateralidade fez que os organismos multilaterais, como a ONU, perdessem importância.

Considerando todas essas posições históricas e teóricas e partindo do pressuposto de que nos discursos estão silenciados outros dizeres (ORLANDI, 2007), entendemos que as revistas em questão inserem-se em uma temporalidade e lugar, mas também não são livres para dizer o que pensam e a seus modos. Assim se fazem emergentes, por parte do analista,

gestos interpretativos[4] para observar alguns efeitos de sentido instaurados nesses dizeres (ORLANDI, 2001), como veremos no próximo capítulo.

[4] Comungamos com Orlandi (2001, p. 25): “Quando falo em gesto de interpretação – aproximando a noção de interpretação a de gesto – estou considerando a interpretação como uma prática simbólica, uma prática discursiva que intervém no mundo, que intervém no real dos sentidos”.

CAPÍTULO III - O ATENTADO DO *WORLD TRADE CENTER* 2001 SOB A ÓTICA DE *VEJA* E *CAROS AMIGOS*

> A memória discursiva seria aquilo que, face a *[sic]* um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e resultados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

A partir dos aportes teóricos da Análise do Discurso de tradição francesa e dos Estudos Culturais, analisamos os gêneros cartas do leitor ("O que incomoda o terror"*,* da *Veja*, e "Caros Leitores"*,* da *Caros Amigos*) e reportagens (as principais), publicados na edição intitulada *O Império Vulnerável*, de número 1718- ano 34- 19/09/2001, da Revista *Veja*[5]*,* e na edição intitulada *A Guerra de Bush*, de nº. 55, ano V – outubro de 2001, da Revista *Caros Amigos*[6], uma vez que consideramos os dizeres desses órgãos de imprensa um campo de pesquisa importante para observar e problematizar os sentidos, a constituição e representação dos sujeitos produtor-enunciador e leitor-enunciatário inscritos na linguagem.

Para tanto, analisamos a materialidade linguístico-discursiva de textos da *Veja* e da *Caros Amigos*, focalizando representações sociais, formações discursivas e ideológicas e efeitos de sentido instaurados sobre o acontecimento discursivo ocorrido em 11 de setembro de 2001, envolvendo as Torres Gêmeas do *World Trade Center* nos Estados Unidos da América, a partir das marcas de heterogeneidade enunciativa presentes nesses discursos.

Primeiramente, recorrendo à memória discursiva, procuramos "mapear" discursos já ditos que se projetam no imaginário do sujeito jornalista e

---

[5] Os recortes foram retirados das reportagens intituladas: "A descoberta da vulnerabilidade; este mundo nunca mais será o mesmo"; "O inimigo número 1 da América"; "Assassinato em nome de Alá".

[6] Os enunciados foram retirados das reportagens intituladas: "Dos cérebros às bombas"; "Alternativas do Império"; "Más notícias"; "O crash-crash de Nova York"; "A Nona Cruzada"; "Washington ou Cabul? Porto Alegre").

em seu dizer, movimentando, pela ideologia, relações de poder. Assim, visando atingir ao objetivo específico proposto (identificar as formações discursivas e ideológicas, as relações de poder e os efeitos de sentido construídos pela mídia sobre o acontecimento discursivo em questão), buscamos analisar esses já ditos imbricados no intradiscurso das revistas.

Analisamos as reportagens e as cartas do leitor de cada revista intercalando-as. Da *Veja*, foram selecionados seis recortes, que receberam o código RV, quando se referem às reportagens analisadas, e RVCL**,** quando se referem às cartas do leitor. Da *Caros Amigos*, foram também analisados seis recortes, denominados RCA, referindo-se às reportagens, e RCACL, às cartas do leitor.

Em segundo plano, analisamos as representações que as revistas constroem do norte-americano em relação ao islâmico, pensando na pergunta de pesquisa – "Quais são as representações que os suportes midiáticos veiculam acerca do povo islâmico e do povo norte-americano?" – e em nosso objetivo geral: problematizar as representações sociais desse discurso.

Importa, aqui, evocar Bakhtin (1992), para quem a ideologia é um conjunto das interpretações da realidade social, natural dos reflexos que o sujeito armazena em seu cérebro e se expressa por meio de palavras ou outras formas sígnicas. E a mídia, que ocupa um lugar de destaque no âmbito dessa realidade, é levada pela ilusão de que, ao informar ou ao expor seu ponto de vista, estaria cumprindo seu dever social em relação à falha do Estado (este que não tem mais relação com o dever inquestionável mantido pela religião). (SOUZA, 2008). Assim, mesmo dizendo-se imparcial, a mídia carrega uma ideologia para manter sua posição social, como veremos a seguir na análise dos dados, a partir de eixos mais recorrentes.

Comecemos pela representação dos EUA e do Islã, a partir do eixo mercadológico.

3.1 Os discursos do capitalismo/mercadológico: a representação dos EUA e dos Islâmicos

Chaparro (1998, p. 110) esclarece como a ação discursiva do jornalismo atua opinando e informando, “face à dinâmica e ao grau de complicação das interações que o jornalismo viabiliza no mundo atual”, uma vez que “não é possível explicar e entender a ação discursiva do jornalismo pela dicotomia Opinião/Informação”, pois qualquer leitura dos suportes de grande circulação deixaria “evidente que as fronteiras entre opinião e informação são destruídas pela inevitabilidade da valoração jornalística”: há influência legitimada pelos interesses dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração dos enunciados que constituem um relato ou comentário da atualidade.

Partimos do princípio de que a mídia não se mantém imparcial pelo fato da valoração jornalística e pela influência dos interesses particulares dos sujeitos envolvidos no processo de elaboração dos gêneros discursivos. No primeiro recorte selecionado (RV1), retirado da reportagem principal da Revista *Veja* nº. 1718, ano 34, nº. 37, de 19 de setembro de 2001, analisamos as formações discursivas e ideológicas que estão presentes nos arquivos de memória dos sujeitos enunciadores (jornalistas) da revista e alguns efeitos de sentido que esses discursos projetam no imaginário do sujeito leitor:

> **RV1**: Até sexta-feira passada, o número oficial de mortos já ultrapassava 5 000, cinco prédios nova-iorquinos tinham desabado, ameaçavam vir abaixo. Dez anos atrás, depois do colapso da União Soviética, o presidente George Bush, pai de George W., anunciou uma nova ordem mundial, cuja base era o triunfo dos valores americanos e da democracia liberal. Parecia que o derradeiro desafio da humanidade era promover o comércio global. Vive-se agora uma realidade muito mais perigosa. A única superpotência tornou-se alvo de fanáticos dispostos a tudo. (*VEJA*, 2001, p. 50, grifos nossos).

Em RV1, o sujeito enunciador nos remete às formações discursivas do capitalismo (presentes nos trechos “promover o comércio global” e “o triunfo dos valores americanos”), da história (marcada pelo advérbio temporal “dez anos atrás”), do discurso jurídico oficial (como se observa em “ordem mundial”), e da política mundial (pelo uso do termo “democracia liberal”), ao relatar que “após o colapso da União Soviética, o presidente Bush anunciou uma nova

ordem mundial". Por meio do marcador temporal "dez anos atrás" e do adjetivo "nova", observamos que o passado é retomado no presente da enunciação para confirmar que o país conquistou um poder inabalável - "todo poderoso" - numa transição do antes ao agora (de como era esse país antes de Bush assumir o comando do agora, depois de sua ascensão ao poder).

No tocante ao enunciado, essas formações discursivas retomam momentos históricos anteriores, os "já ditos", como sendo "formações discursivas emergentes, pois são constitutivas de diferentes formas históricas e carregadas de transformações, em que o discurso do outro traz as marcas da Tradição, da Verdade, da Justiça e da Lei." (GUERRA, 2010, p.35).

Recorrendo ao sentido do verbete "anunciou", temos, entre outros, os seguintes significados: 'dar a conhecer'; 'noticiar'; 'pôr anúncio de'; 'indicar', prenunciar'. (FERREIRA, 2001, p. 48). No enunciado, o sentido que prevalece é este último: é atribuído ao sujeito presidente um poder de ditar as regras ou ordens no mundo, como se ele tivesse o poder de um "anjo", o que nos remete ao efeito de sentido de "profetizou", de "anunciação", no discurso religioso, bíblico, reportando-nos ao "dia fixado pela Igreja para se comemorar a Anunciação à Virgem Maria, pelo Arcanjo Gabriel, no mistério da encarnação". A imagem de Bush está associada, então, à condição de um ser advindo de Deus para os americanos e, por pretensão, para o mundo capitalista, numa franca provocação ao mundo não capitalista.

Pelo uso de "anunciou", o jornalista mantém a imagem de poder construída sobre os norte-americanos e a pretensa superioridade do país, como se apagasse a fragilidade dos EUA, inscrita na memória do discurso: em 1929, os EUA sofreram com a crise da superprodução, de que decorreram altos índices de desemprego e a queda da moeda, marcando, assim, o declínio da economia norte-americana (embora não de sua hegemonia no mundo capitalista). No período pós Segunda Guerra Mundial, os EUA vivenciaram a chamada Guerra Fria – uma guerra ideológica contra a União Soviética.

Esse colapso com a União Soviética significou para os EUA a "quebra" do país que, até então, representava seu maior inimigo ideológico, porque o socialismo ameaçava o surgimento do capitalismo. Os EUA só

chegaram à ascensão, à hegemonia, a ser a maior potência, depois da Segunda Guerra Mundial (de 1945 em diante) e espalharam um novo estilo de vida para o resto do mundo: *The American Way of Life*.

Nesse sentido, essa voz legalizadora e legitimadora é atravessada pelo discurso jurídico, oficial, de autoridade, e constrói a imagem de um sujeito poderoso, supremo, dominador. Tal como Pêcheux (1990, p.82) postula, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formação imaginária que designa o lugar que destinador e destinatário se atribuem, cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”.

Além disso, estão imbricadas, no enunciado em análise, as formações ideológicas do dominador e do dominado, pois essas vozes são constituídas no imaginário coletivo. Os discursos constituem-se nos “já ditos” (PÊCHEUX, 1988), na repetição, nas paráfrases de conceitos presentes no imaginário coletivo e até mesmo no senso comum como estereótipos. (GUERRA, 2010), como se observa, em RV1, “Dez anos atrás, depois do colapso da União Soviética, o pai de George W., anunciou uma nova ordem mundial”, em que o sujeito-enunciador retoma os estereótipos de que Bush foi o responsável pela ascensão econômica do país para continuar mantendo a imagem de superpotência, de um país “todo poderoso”, mesmo depois dos acontecimentos de 11 de setembro.

Para refletirmos sobre a relação dominador e dominado, recorremos a Foucault (1979): “o poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder. O poder é algo que se exerce que se efetua, que funciona, que se dissemina por toda a estrutura social”. Para Gregolin (1998, p. 118), “o poder mostra alternância entre uma positividade e uma negatividade que lhe é atribuída, mantendo a ideia de prosperidade e exercício de um único soberano, ou de uma minoria sobre uma maioria”.

Nesse movimento interpretativo de RV1, a voz condicionante era a do presidente, cuja representação, no imaginário coletivo, era do sujeito supremo, aquele que tinha voz oficial, que afirmava a seus “súditos”, aos condicionados, sujeitos dominados, que a humanidade dependia desse triunfo

da economia americana e da democracia liberal, que somente “eles”, os americanos, poderiam fazer isso ou colocar tudo a perder.

Em consonância com os significados dos verbetes “triunfo”, “democracia” e “liberalismo”, baseando-nos no dicionário[7] (FERREIRA, 2001), entende-se que o “triunfo” ou a vitória dos americanos se estenderia a toda a humanidade, a quem restava curvar-se à soberania e supremacia americanas. O discurso do dominante “conclamava” os líderes dominados dos outros países a participar dessa “luta”, por meio de um discurso que legitimava seu governo, o democrático.

No enunciado “Parecia que o derradeiro desafio da humanidade era promover o comércio global”, os significados do verbete “derradeiro”: ‘último’, ‘extremo’, ‘final’ (FERREIRA, 2001, p. 210) reafirmam essa relação de poder, num efeito de sentido “ou é agora ou nunca mais”, ou seja, o presidente utiliza-se do discurso de autoridade para atrair o povo e os demais países, como se houvesse uma “guerra” e precisasse vencê-la, uma guerra econômica de todos e não apenas dos líderes dos EUA. O verbo “parecer”, empregado no pretérito imperfeito, é irônico, pois ao mesmo tempo há uma voz que diz “o remédio é esse”, e há outra que afirma que “não é”. Vozes que levam a um efeito de sentido: o jornalista usa o verbo “parecer”, que implica ‘não ser’, e o faz no pretérito imperfeito (ação passada, de ação contínua e inacabada) para esquivar-se da responsabilidade de seu dizer, como uma forma de mostrar que isso não era uma verdade, numa tentativa de silenciar no seu dizer marcas de subjetividade, apagar sua ideologia (valores).

Verificamos, nesse contexto, que a representação do presidente Bush é resgatada a partir da imagem coletiva positiva que seu pai, George Bush, obtivera em sua trajetória política, enquanto líder governamental dos EUA, responsável por tornar os EUA a maior potência econômica mundial.

---

[7] **triunfo**: ‘entrada pomposa, solene, dos generais vitoriosos; vitória; êxito brilhante’.
democracia: ‘governo do povo, soberania popular; doutrina ou regime popular baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder’.
liberalismo: ‘atitude dos que defendem a propriedade privada, as reformas sociais graduais, as liberdades civis e a liberdade de mercado’.

Assim, tal como afirma Foucault (2002, p. 57), “os discursos são conjuntos de acontecimentos discursivos regulados e descontínuos uns em relação aos outros”. Em outras palavras, é a exterioridade, associada às regularidades discursivas, que vai representar as condições sócio-históricas que se inscrevem na materialidade linguística. (GUERRA, 2010 p. 46; CARDOSO, 2003). Essas formações ideológicas (esses valores) constituídas nessa relação de classe (ascensão: EUA e subalternidade: países que não se aliarem a ele) é o que determina o que pode e deve ser dito. Portanto, “a identidade é assim marcada pela diferença; a diferença é marcada pela exclusão [...].” (HALL, 2000, p. 9). Neste caso (no discurso do jornalista), o presidente é marcado pela posição de líder oficial, do detentor do poder, do país que tem mais força, de modo que os países devem “entrar na ordem”, sob pena de ficarem à margem, excluídos. Estes, por sua vez, são marcados por uma representação de “fracos”, “incapazes” sozinhos.

Desse modo, retomando ainda o enunciado de RV1, observamos, buscando, na memória do discurso, sobretudo, no discurso não democrático socialista-comunista dos russos, que o triunfo dos EUA foi marcado pela luta, disputa do mercado mundial, decorrente do fim do sistema totalitário, no colapso da União Soviética, quando o capitalismo vence o socialismo. Um declínio que ficou marcado: por ter a União Soviética seu poder centralizado na Rússia, as repúblicas soviéticas foram levadas a se desligar e a perder o seu “poder” mundial: o socialismo rendeu-se ao capitalismo.

Nesse sentido, então, Gadet; Hak (1988, p. 81-83), fazendo uma releitura de Pêcheux, postulam que as formações imaginárias determinam o lugar que o(s) interlocutor(es) do discurso atribui(em) a si e ao outros, isto é, a imagem que fazem do referente. Assim, a imagem dos EUA construída pela mídia, no caso a revista *Veja*, é de um país todo-poderoso, mesmo após o atentado do *World Trade Center*.

Ainda percorrendo nosso fio condutor de análise sobre as representações e recorrendo às formações discursivas, a memória discursiva e os efeitos de sentido instaurados nos discursos midiáticos, como “ferramentas” para nossa análise, buscamos analisar outro recorte selecionado, RCA1,

retirado da outra revista - Revista *Caros Amigos* nº. 55, ano V – outubro de 2001:

> **RCA1**: A “terra maravilhosa cujas riquezas e abundância nem a guerra, nem a peste e nem a opressão poderiam destruir”, no dizer dos historiadores, a terra da concórdia, da paz e da integração de culturas e religiões tão diversas, como hinduístas, zoroastrianos, jainistas, budistas, fetichistas, cristãos católicos, ortodoxos armênicos, se converteu, segundo o historiador Shamsudin Elia, no reino do terror, da repressão e da colonização cultural sob os britânicos nos séculos 19 e 20. Além de várias etnias, o Afeganistão possui vários dialetos e sua resistência aos invasores é histórica, a começar por Alexandre, o Grande. Outros povos tentaram invadir o país, mas foram rechaçados. Em 1842, durante a resistência contra os britânicos, mais de 16.000 invasores foram abatidos nas batalhas de Cabul, em 6 de janeiro, e Gandamak, no dia 13. A história registra que houve apenas um sobrevivente entre os britânicos: o cirurgião Brydon, que chegou cego ao forte de Jalalabad. O mais recente confronto foi contra o poderoso exército soviético, que depois de quase dez anos de luta acabou abandonando o país. (CAROS AMIGOS, 2001, p. 20, grifos nossos).

Observamos, em RCA1, por meio das retomadas metafóricas (anáforas diretas): “terra maravilhosa”, “terra da concórdia” e “reino do terror”, que a primeira e a segunda referem-se aos países muçulmanos no passado e a terceira refere-se a estes também, porém no presente (hoje).

Instaura-se ainda, no discurso direto, marcado por aspas, “terra maravilhosa cujas riquezas e abundância nem a guerra, nem a peste e nem a opressão poderiam destruir”, a formação discursiva da história, uma vez que a voz do outro está presente no discurso do jornalista de *Caros Amigos,* explicitando a transição do passado para o presente (a história é trazida à tona para ser comparada ao passado) e que produz o efeito de sentido “o Afeganistão hoje resiste ao que outro reino não conseguiu: ser dominado pelos invasores”. Além disso, o discurso direto nos leva a entender que “parecia impossível que os islâmicos perdessem a imagem de ‘terra maravilhosa’”, pois já haviam passado pela peste e pela opressão, no entanto, “graças” às

invasões ambiciosas britânicas, tornaram-se no “reino do terror”, “da repressão” e “da colonização cultural”.

Para melhor entender os enunciados em RCA1, deslocamos os verbetes do dicionário Aurélio (FERREIRA, 2001), presentes nos termos recategorizadores utilizados pelo jornalista para referir-se ao países islâmicos: “a terra maravilhosa”; “a terra da concórdia, da paz e da integração de culturas e religiões tão diversas”; “o reino do terror”. O artigo definido “a”, presente nesses termos recategorizadores, aponta para o efeito de sentido de que não se trata de qualquer “terra”, mas a “prometida” segundo os ensinamentos religiosos e que foi destruída, tornando- se “no reino do terror”, tal fato pode ser atribuído em conseqüência da “conversão” forçada pelas invasões repressivas e colonizadoras dos britânicos.

Temos, então, “terra”: ‘pátria’; ‘solo’; ‘localidade; povoação’; “reino”: ‘monarquia governada por um rei’; “converter”: ‘conduzir a religião que se julga ser a verdadeira’; ‘transformar (uma coisa) em outra de forma e/ou propriedade diferente’. Desse modo, trazendo os sentidos desses verbetes, observamos que os países islâmicos eram uma única nação (pátria), onde todos viviam em plena harmonia, mesmo convivendo com as diferenças culturais e religiosas, antes das invasões britânicas; depois destas, os povos se converteram, passaram a seguir uma única religião (a verdadeira para esses seguidores islâmicos) e, assim, os conflitos entre os povos islâmicos surgiram. A discórdia começava, fruto das invasões ocidentais.

Recorremos aos sentidos dos verbetes “invadir”: ‘entrar à força ou hostilmente em; tomar, dominar’ (FERREIRA, 2001, p. 399); e “abater”: “matar; enfraquecer, debilitar; rebaixar-se, humilhar-se”. (FERREIRA, 2001, p. 3); para problematizarmos a relação sinonímica que RCA1 articula à imagem dos muçulmanos e dos EUA. Os islâmicos, até a invasão inglesa, eram pessoas “de bem”, preservavam a vida e eram integralizadores de culturas, dialetos, etnias e religiões; depois, tornaram-se pessoas más, sem coração, lutando para combater as invasões a qualquer preço, tratam pessoas como animais e preferem a morte a serem dominados pelos países do Ocidente.

Em RCA1, o sujeito enunciador articula seu discurso numa direção argumentativa diferenciada do discurso da Revista *Veja*, trazendo a formação discursiva muçulmana, que instaura, pela memória discursiva, também o confronto entre os EUA e os soviéticos (observado em RV1), com o fito de sugerir que todos que agem de forma opressiva acabam abandonando o país, insinuando que o mesmo poderá ocorrer com os EUA nessa luta contra o terrorismo. Numa tentativa de desconstruir a imagem positiva dos EUA, utiliza-se de um acontecimento histórico, semelhante ao do *World Trade Center*, marcando, assim, a transição do antes e do agora, pois, ao longo dos tempos, há um discurso estereotipado, cristalizado, insinuando que "sempre foi assim com os países poderosos e dessa vez não será diferente". É como se o sujeito enunciador dissesse "olha o que aconteceu com a União Soviética, o que fizeram com o país, com os líderes arrogantes e prepotentes".

Nesse excerto, o jornalista tenta desconstruir todos os discursos ditos "verdadeiros" pela revista *Veja* sobre a imagem dos "atores" principais do *World Trade Center,* construindo uma narrativa sobre o *World Trade Center* interpelada pela ideologia, a partir de posicionamentos aparentemente diferentes dos do jornalista de *Veja*. Por isso, concordamos com Foucault (1995, p. 13), ao afirmar que "o novo não está no que é dito, mas no acontecimento do seu retorno". São essas redes discursivas que possibilitam a emergência de temas e de figuras do passado na memória do presente. (GREGOLIN, 2001).

Para Gregolin (2007, p. 40), "a história do presente" é construída pela mídia como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento, pois essa historicidade é que nos atravessa e nos constitui e é essa identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente. Nesse sentido, o sujeito-enunciador da *Caros Amigos* e o sujeito-enunciador da Revista *Veja* articulam os seus dizeres, buscando, na memória discursiva, o acontecimento da União Soviética. "O acontecimento é pensado como a emergência de enunciados que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentidos". (GREGOLIN, 2007, p. 41). O mesmo acontecimento é, entretanto, tomado de perspectivas

divergentes: cada qual fala interpelado pela ideologia e pela posição que ocupa, tendo em vista o seu público leitor.

Foucault (1969, p. 32) afirma que no “enunciado existe uma articulação dialética entre singularidade e repetição: de um lado, ele é um gesto; de outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único, mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro”. Nessa perspectiva, cada sujeito enunciador instala suas representações sobre o povo norte-americano e o povo islâmico, de modo que forja diretrizes que orientam a criação simbólica das identidades desses povos. (GREGOLIN, 2007, p.50). Essas duas mídias fazem circular as representações desses sujeitos de maneira que as definem como positiva ou negativa, pois tentam manter uma credibilidade perante seu público. Cada uma impõe determinados recortes, instaurando espaços de silêncio (ORLANDI, 1998, p. 172). Assim, se o processo identitário é multifacetado, é contraditório, entendemos que ao mesmo tempo os sujeitos jornalistas de *Veja e Caros Amigos* aplaudem e vaiam os EUA e os islâmicos, pois *Veja* parece silenciar o islâmico e ressaltar o americano e a *Caros Amigos* parece dar voz a eles e silenciar os norte-americanos. Há, porém, sempre a outra identidade no discurso do outro. O outro me constitui. O jornalista de *Veja*, quando denega o jornalista de *Caros Amigos*, é porque já se apropriou do discurso do outro e o mesmo acontece com o outro jornalista, o de *Caros Amigos*. É, portanto, por meio dessa denegação que o sujeito se constitui.

Desse modo, em RCA1, observamos as mesmas formações discursivas (do capitalismo, da história, da política mundial e do discurso oficial), pois o sujeito enunciador retoma o mesmo acontecimento na história abordado pelo jornalista de *Veja*, em RV1, porém usa outros marcadores temporais (“o mais recente confronto e depois de quase dez anos de luta”) e o adjetivo “poderoso” para qualificar o exército soviético, como um contradiscurso à *Veja*, tornando o efeito de sentido contraditório ao discurso de RV1. Tal como Bakhtin (1988, p. 145) assevera, “as réplicas são gramaticalmente separadas e não são integradas num contexto único”; são “a reação da palavra à palavra”.

Nesse enunciado, ao utilizar “o mais recente confronto”, o passado está na ordem do discurso também, pois é retomado no presente da enunciação para confirmar que os EUA disputaram o poder econômico com a União Soviética, para marcar que a luta/disputa pelo poder econômico mundial teve dez anos de duração e, como foi muito longa, fez que os EUA se rendessem. Isso aponta para as “fraquezas” que os EUA possuem, desqualificando-se, assim, a imagem positiva atribuída aos EUA pelo sujeito jornalista da *Veja* e passando essa imagem positiva de “todo poderoso” para a União Soviética. Observamos que a revista ‘midiatiza’ a política, a história, a língua, faz a ‘espetacularização’ destes, pelo jogo metafórico de enunciados, pelas retomadas, deslocamentos e inversões de sentidos que sobredeterminam um acontecimento. (GREGOLIN, 2007).

Continuando o nosso foco analítico em relação às representações dos americanos e dos islâmicos que a mídia nos repassa, e os efeitos de sentido presentes nesses discursos, trazemos outro recorte RV2, retirado de *Veja:*

> **RV2:** Os acontecimentos empurraram o presidente dos EUA para um teste de liderança que raros de seus antecessores enfrentaram. Em editorial, o influente Washington Post diz que mesmo o presidente Roosevelt, depois do ataque japonês em Pearl Harbor, podia ver um inimigo definido com clareza. “A enormidade que confronta Bush exige habilidades difíceis de encontrar em qualquer presidente, ainda mais em um com oito meses de mandato e sete anos de vida pública”, escreveu o jornal. O momento pertence aos guerreiros, reação natural diante da enormidade da agressão. Não é de espantar que, após os atentados, o tom do discurso americano tenha mudado. Desapareceu como por mágica o relativismo cultural e seu corolário, o respeito por aquilo que possa ser considerado politicamente correto. (*VEJA*, 2001, p.50-52, grifos nossos).

Podemos observar, em RV2, pelo discurso direto “A enormidade que confronta Bush exige habilidades difíceis de encontrar em qualquer presidente, ainda mais em um com oito meses de mandato e sete anos de vida pública”, que o sujeito jornalista tenta, ao mesmo tempo, manter a imagem de vítima dos americanos diante dos fatos e elevar o poder de seu governante (mesmo

principiante, é capaz de enfrentar tamanho problema), justificando-lhe até a perda do respeito pelo que “possa ser considerado” politicamente correto.

A representação de Bush – que, por seu turno, representa o americano – é de um “guerreiro”, vítima de uma agressão sem precedentes, e, pois, mesmo querendo manter o respeito pelo “politicamente correto”, foi obrigado (“empurrado” pelos islâmicos) a “transgredir“ esse “corolário”. Assim, qualquer reação americana será por culpa do islâmico.

O jornalista, pela memória discursiva, remete-nos ao acontecimento da 1ª Guerra Mundial, quando fala sobre a tragédia que os japoneses provocaram em Pearl Harbor, comparando-a aos atentados de 11 de setembro e evocando as reações e habilidades do ex-presidente Roosevelt.

Desse modo, mantém-se, em RV2, a imagem de Bush como o filho do grande construtor da maior potência econômica mundial, conforme observamos no enunciado de RV1, aquele que tem a voz absoluta, de verdade, até mesmo de um “anjo”, do bem. A imagem de Bush está associada, então, à condição de um ser advindo de Deus para os americanos e para o mundo capitalista. Os islâmicos continuam sendo representados como o mal, o terrorista.

Com o fito de prosseguir nossa análise e continuar traçando o perfil dessa outra revista, observemos como a representação do islâmico e do americano é (des)construída pela mídia *Caros Amigos*, ano V, nº. 55 de outubro de 2001:

> **RCA2**: Hoje, vivemos sob a ditadura dos veículos de comunicação, cuja representante maior é a empresa norte-americana CNN. É, sem dúvida, a maior empresa de *press release* do mundo. Ela mais do que ninguém, é a imagem do Big Brother de Orwell. Se os americanos derrubam um avião civil egípcio, assassinando mais de trezentos passageiros, vale uma nota de duas linhas. Quando aviões americanos destroem uma indústria farmacêutica no Sudão, ou atacam a população civil do Iraque durante o mês sagrado do Ramadã, os *press releases* inundam o mundo com o inexplicável. Se assassinam com bombas a filha de 5 anos de Kadhafi, mencionam-se falhas no ataque “cirúrgico”. Quem mais, a não ser um governo arrogante, apoiado por uma imprensa títere, a falar em ataques “cirúrgicos” tentando equiparar assassinos a uma das profissões mais nobres como a dos médicos? É muito mais do

> que uma questão de semântica. É a cultura do *dead or alive.* [...] Bush e seus assessores entendem que só há uma maneira de recuperar a economia dos Estados Unidos e manter o poder sobre o mundo. Realizar a nona cruzada. Por isso, a paz não lhes interessa, caso contrário, não manteriam no poder um terrorista e criminoso como Sharon, o Ariel que lava mais branco. (CAROS AMIGOS, 2001, p. 20, grifos nossos).

Não poderemos entender esses fragmentos sem nos remetermos a acontecimentos anteriores, às formações discursivas inscritas nesses enunciados. RCA2 remete-nos ao discurso político-religioso, pois, para Bush e seus assessores, a única forma de conduzir uma negociação, ou uma estratégia, seria a de efetuar mais uma "cruzada" (expedição militar-religiosa), no caso, a de número "nove" (nona) contra os "infiéis", os "bárbaros" – os islâmicos – para garantir o poder que os EUA exercem sobre os outros países, mesmo que isso acabe com a paz mundial. Nesse sentido, a representação que o jornalista de *Caros Amigos* faz do norte-americano em RCA2 é de um político extremamente capitalista, egoísta e tirano, que de democrata não possui nenhuma característica.

Tal efeito de sentido pode ser constatado em RCA2: "a paz não lhes interessa, caso contrário, não manteriam no poder um terrorista e criminoso como Sharon, o Ariel que lava mais branco". Ao apontar Sharon, um dos integrantes do governo Bush, como um "criminoso" e "terrorista", temos uma comparação irônica, por anáfora indireta, que recategoriza metaforicamente o anúncio publicitário "O Ariel, sabão em pó que lava mais branco, é capaz de eliminar toda a sujeira". Assim, ao comparar Sharon com o sabão Ariel, analisamos que, Sharon, experiente em terrorismo e criminalidade, não é capaz de eliminar/derrotar toda a sujeira que contamina os EUA, que é o seu povo.

Segundo Foucault (1980, p. 131), "a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apóiam e a efeitos de poder que ela induz e a reproduzem". A verdade é organizada e convencionada por instituições que estão ligadas à formação do sujeito, ou seja, o poder atinge ou constitui os sujeitos ideologicamente e penetra em suas atitudes cotidianas.

Notoriamente, por meio da memória discursiva, o sujeito-enunciador resgata o passado "negativo" de Sharon[8]: é um deles, mas atacou civis e soldados palestinos, no conhecido episódio do massacre de Qibya, no outono de 1953, quando cerca de 60 civis palestinos foram mortos num ataque na Cisjordânia; participou da Guerra do Líbano na década de 1980 e liderou as forças militares na Guerra do Yom Kippur. Esses discursos foram apagados ao longo dos tempos – esquecimento que Pêcheux (1988) chamou de ilusão discursiva de autenticidade –, porém, ao evocá-los, o sujeito-enunciador coloca norte-americanos no mesmo nível de Sharon (capaz de matar inocentes para manter a sua honra, tal como os terroristas, criminosos, fizeram ao WTC[9]) e reforça que, no sistema capitalista, a ideologia dominante é a ideologia dos burgueses, no caso a dos EUA. Portanto, ao recorrer à memória discursiva em RCA2, pressupondo que Sharon tenha sido um "terrorista" e que está aliado aos norte-americanos, o jornalista da revista *Caros Amigos* tenta mostrar como os americanos são capazes de "qualquer coisa" para manter seu poder. Aqui, ao contrário da *Veja*, eles não são vítimas; são tão terroristas quanto o outro a quem condenam.

Ainda em RCA2, o jornalista, para se referir aos EUA e, especificamente, a Bush, cria uma representação negativa, tentando colocar a imagem dele numa posição de inferioridade diante dos acontecimentos, como podemos observar nos efeitos de sentido imbricados nos adjetivos "arrogante", "títere" e "cirúrgicos". O sujeito-enunciador mobiliza esses vários termos-adjetivos para (des)qualificar os substantivos "governo", "imprensa" e

---

[8] Ariel Sharon nasceu em um assentamento israelense: Mandato Britânico da Palestina. Seu pai era um judeu de origem lituana e sua mãe uma judia russa. Os pais de Sharon fizeram parte da Segunda Aliá, um movimento sionista-socialista com orientação secular. Sharon foi importante para a criação do *Likud*, partido liberal de centro-direita, em julho de 1973. O *Herut*, o Partido Liberal e outros setores independentes foram incorporados ao *Likud* e Sharon tornou-se coordenador da campanha para as eleições, marcadas para novembro do mesmo ano. Todavia, duas semanas e meia depois do início da campanha eleitoral, eclodiu a Guerra do Yom Kippur e Sharon foi chamado para comandar as forças militares. Em dezembro de 1973, Sharon foi eleito para Knesset (Parlamento), mas um ano depois, cansado da vida política, renunciou. Sharon exerceu o cargo político de primeiro-ministro de Israel de 2001 a 2006. (Documentário: "Israel e os árabes: 50 anos de guerra").

[9] World Trade Center

“ataques”. Dessa forma, o sujeito de RCA2 tenta colocar em ascensão os islâmicos, estabelecer uma imagem positiva destes e negativa dos EUA, chamando os americanos de assassinos.

O sujeito de RCA2 cria uma imagem de Bush de governante arrogante, tirano, e alia essa imagem à da imprensa que, para ele, também exerce sua tirania, ditadura, pois, por possuir saber-poder, esta manipula opiniões a favor de um governo ditatorial, que não mede esforços para alcançar seus objetivos políticos. Imprensa que fala dos ataques terroristas como cirúrgicos, coloca-os num patamar nobre, no da medicina, igualando assassinos a médicos. Toda uma nação parece possuir apenas uma cultura, a do “viver ou morrer” (*alive or dead*), uma única identidade, negando assim o hibridismo cultural dos povos.

Para o sujeito-enunciador, não é possível simplesmente afirmar que foi uma questão de “semântica”, da palavra usada no lugar errado; há um deslocamento de um termo da medicina para os discursos midiáticos, cujos sentidos das palavras ressoam: assassinos são vistos como médicos, profissão nobre que salva vidas e não as tira a bel-prazer.

No fragmento analisado, é notório como o sujeito-enunciador representa a mídia internacional aliada aos EUA, ao usar de anáforas diretas para recategorizar a CNN: “representante maior da empresa norte-americana”, “maior empresa de *press release* do mundo”, “a imagem do Big Brother de Orwell[10]”. RCA2 retoma, pela memória discursiva, o livro de George Owell, cuja publicação gerou polêmica, pois o socialismo despontava denunciando a

[10] Segundo George Orwell, pseudônimo adotado pelo autor inglês Eric Arthur Blair, que publicou o livro Mil Novecentos e Oitenta e Quatro (em inglês: *Nineteen Eighty-Four*), considerado um romance distópico clássico por se referir à ação totalitária, assim como às tentativas de um governo em controlar ou manipular a informação com o propósito de controlar, apaziguar ou até subjugar a população. Também pode se referir à fala retorcida que diz o oposto do que realmente significa ou, mais especificamente, à propaganda governamental que dá nomes errados às coisas; no romance, o "Ministério da Paz" lida com a guerra e o "Ministério do Amor" tortura as pessoas. Desde a publicação do romance, o termo "orwelliano" tem-se tornado uma espécie de bordão para qualquer tipo de excesso ou desonestidade governamental e, portanto, tem múltiplos significados e aplicações. A frase *Big Brother is Watching You* ("O Grande Irmão está te observando") conota especificamente a vigilância invasiva frequente. Disponível em: www.estadao.com.br/.../impresso,o-big-brother-de-orwell-ainda-esta-de-olho-em-voce,383508,0.htm. Acesso em: 30/08/2011 às 10:42.

manipulação de informações que o governo totalitário exercia para controlar, apaziguar ou subjugar o povo.

Por meio dessas recategorizações, ecoa o efeito de sentido de que, com a imprensa internacional, a CNN, ocorre o mesmo: esta é manipulada pelo governo dos EUA. Quando islâmicos são mortos pelas invasões norte-americanas, ou seja, "a população civil do Iraque é atacada por americanos durante o mês sagrado do Ramadã", ou "uma indústria farmacêutica no Sudão é destruída", cabe matéria extensiva e com citações dos culpados, os islâmicos. Em "inunda o mundo com o inexplicável", emerge o efeito de espetacularização discutido por Gregolin (2003). Ao contrário, quando se trata de americanos que destroem os aviões de inocentes islâmicos, as matérias são bem curtas, como se pode observar no trecho "Se os americanos derrubam um avião civil egípcio, assassinando mais de trezentos passageiros, vale uma nota de duas linhas".

Mais uma vez, evocamos Bakhtin (1992), para quem a ideologia é um conjunto de interpretações da realidade social, natural dos reflexos que o sujeito armazena em seu cérebro e se expressa por meio de palavras ou outras formas sígnicas. Mesmo dizendo ser imparcial, a mídia carrega uma ideologia para manter sua posição. As práticas discursivas da construção do real produzidas pela mídia são carregadas de força e perigo, pois elas são a "dessubjetivação" da história: identidades são negociadas por meio da fusão entre idéias do passado e sua restauração na atualidade. (GREGOLIN, 2003).

Nesse aspecto, segundo Foucault (1979; 2004; 2005), se há saber há poder: o discurso midiático se desenvolve nas entrelinhas do poder, permite conhecer determinados saberes e não outros sobre seu objeto de informação.

No recorte analisado, pudemos observar como a revista *Caros Amigos* (des)constrói a imagem dos EUA. Vejamos no recorte abaixo, também retirado de *Caros Amigos*, como esse processo prossegue:

> **RCA3**: Os filósofos produziram a razão guerreira dos Estados europeus e definiram os slogans repetidos pela CNN e pelos governantes imperiais. O elogio da força nas relações externas, o desprezo pelos "povos bárbaros" que mereceriam a morte pelas mãos dos civilizados, a segurança nacional e axiomas

> conexos foram idealizados por gerações de teóricos europeus antes do século 20. [...] Cada Estado, define ele, age através da força e dos espiões, aranhas cujas redes envolvem os inimigos. [...] Hegel explica a guerra dizendo que não existe juiz do mundo. [...] já Fichte escrevera que seria "inevitável a guerra contínua entre os Estados, pois entre eles, ao contrário do que ocorre entre os cidadãos de um Estado [...], jamais se assegura o reino de um direito firme". [...] "incorporar sob ele a espécie inteira é conforme a um instinto enraizado por Deus na alma dos homens". Nação que não se expande encolhe. Essa é a norma a ser obedecida pelos países que não desejam ser escravos. Benefício pedagógico das guerras modernas, diz Fichte, é que nelas europeus ensinam aos povos bárbaros "de outras partes do mundo, pelo constrangimento, a obediência do domínio civilizado. Combatendo aqueles bárbaros, a juventude européia se fortifica". Na cena internacional "não há lei sem direito, exceto o direito do mais forte". Isso dá "ao príncipe direitos divinos de soberania sobre o destino e sobre a administração do mundo, elevando-o acima dos interditos da moralidade individual, até uma ordem ética superior cujo conteúdo material se inscreve na fórmula: *salus et decus populi suprema lex est*". (*CAROS AMIGOS*, 2001, p.12, grifos nossos).

Em relação à representação do povo islâmico, verificamos, em RCA3, que a revista tende a questionar os discursos negativos apresentados pela mídia internacional (como a CNN), trazendo para o leitor discursos que foram silenciados em virtude do capitalismo para o qual essas mídias trabalham, utilizando-se de enunciados que se constituem de outros dizeres, como se nota nos trechos marcados pelas formações discursivas deslocadas da Filosofia e do jurídico: "os filósofos [...] definiram os slogans repetidos pela CNN e pelos governantes imperiais" [...], "o desprezo pelos 'povos bárbaros', que mereceriam a morte pelas mãos dos civilizados" [...], "gerações de teóricos europeus antes do século 20" [...] "Cada Estado, define ele, age através da força e dos espiões [...]".

O sujeito-enunciador da imprensa deve dizer a "verdade", correspondendo ao desejo de conhecimento do leitor: a imprensa situa-se a partir de uma imagem de credibilidade perante a sociedade, perante seu público. Diante do exposto, os "acontecimentos discursivos utilizados pelas mídias tendem a construir uma nova identidade remetendo a elementos do

passado, não pelo que neles está dito, mas pelo modo como esse já-dito neles retorna" (SARGENTINI; NAVARRO-BARBOSA, 2004, p.123), ou seja, no acontecimento do seu retorno. (FOUCAULT, 1995).

Observamos também a impregnação do discurso do outro, uma tessitura dialógica, no sentido bakhtiniano, pela marcas linguísticas "aranhas cujas redes envolvem os inimigos". São outras vozes expressas na modalidade do discurso indireto, de modo que a voz do enunciador recobre a do locutor original, provendo o caráter polifônico da linguagem jornalística. A polifonia é a incrustação de outras vozes possíveis no enunciado, só sendo distinguíveis pelas marcas linguísticas e recursos de expressão.

Refletindo sobre os recortes dos enunciados retirados da *Caros Amigos*, observamos que os discursos utilizados sobre os "terroristas" e o "ex-presidente Bush" se diferenciam, pois a representação desses atores também é diferente. Bush é visto como aquele que não visa à paz, não mede "esforços" para manter seu "império". Já o povo islâmico é representado de "ângulos" diferentes, pois os discursos publicados pela rede de TV internacional, CNN, que a revista *Caros Amigos* retoma, trazem os islâmicos como "terroristas", sem distinção de país e religião; basta ser islâmico para ter esta característica.

Em RCA3, "O elogio da força nas relações externas, o desprezo pelos "povos bárbaros" que mereceriam a morte pelas mãos dos civilizados [...]", o islâmico é representado a partir de grupos étnicos a que pertence; não há um único islâmico, mas sim vários povos com culturas diferentes, de que resultam identidades formadas na relação inescapável e necessária com a alteridade, como se observa pelo uso do substantivo "povos", a marca plural não refere-se à existência de um grupo islâmico, mas de vários, mesmo porque não há exclusivamente um povo/nação que não tenha sido perpassado pela mistura de raças . O que reforça que as identidades dos sujeitos são fragmentadas, não estão prontas, estão em constante movimento, num mundo pós-moderno midiático como o nosso; assim são também as referências, cambiantes e fragmentadas (GRIGOLETTO; MAGALHÃES; CORACINI, 2006). Assim, os sujeitos-enunciadores constroem suas representações sobre a

realidade, os fatos, de acordo com o lugar de onde falam, com suas experiências e sua ideologia.

Prosseguindo o jogo de interpretações, em RCA3, é possível observar a heterogeneidade/o interdiscurso que perpassa o discurso do jornalista sobre a representação do islâmico.

Observa-se, então, em RCA3, que o sujeito-enunciador utiliza-se da heterogeneidade marcada (pelas aspas) (AUTHIER-REVUZ, 1990), de discursos filosóficos e do discurso legal constitucional (jurídico), ao se referir ao Estado (EUA), enquanto legitimador de direitos, cujas normas são ditadas pelos três poderes que ele organiza e estrutura, tendo por finalidade manter a ordem no país, na nação e até mesmo no mundo, como se observa pelo uso do substantivo “príncipe”, usado no sentido de presidente. Assim, entende-se que os países que não forem “ainda civilizados”, ou seja, não estiverem aliados aos EUA, serão postos em constrangimento, para, assim, obedecerem ao líder (presidente).

Esses discursos corroboram o apregoado por Bakhtin (2003, p. 32): “um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra, pois todo signo está sujeito aos critérios de uma avaliação ideológica”, como podemos observar em RCA3, em que o sujeito-enunciador busca, por meio do interdiscurso/heterogeneidade mostrada (por meio do uso das aspas e dos elementos recategorizadores metafóricos sublinhados “benefício pedagógico”, “ensinam”, “povos bárbaros”, “domínio civilizado”), desconstruir os discursos favoráveis aos EUA que circularam na mídia internacional, recorrendo à filosofia humanística e jurídica. Utiliza-se, ainda, de uma formação discursiva institucional pedagógica, a escola, como discurso autorizado. O sujeito-enunciador desloca esse sentido para os EUA, como sendo a escola que ensina o que é ser civilizado, que prepara o cidadão para viver em comunidade. Para tanto, basta ensinar aos países “bárbaros”, sob a lei do mais forte, em que não há juiz para ditar as regras: quem não quiser servir de escravo, siga os ensinamentos dos EUA.

Todas as vozes demarcadas no discurso do jornalista, em RV3, corrobora o que diz Foucault (1972, p. 97), o discurso é um conjunto de

enunciados regulados numa mesma formação discursiva, pois os dizeres de outros, advindos de outras formações discursivas, constituem o discurso do jornalista.

Em RCA3, percebemos que, por meio da heterogeneidade mostrada (pelas aspas), o sujeito-enunciador retoma os dizeres dos filósofos para contra-argumentar a favor daqueles que são silenciados e vistos unicamente como "povos bárbaros": os islâmicos. Isso corrobora as postulações de Authier-Revuz (1990): o discurso é constituído por outros dizeres; é a heterogeneidade na constituição do jornalista (diversas vozes o constituem e por vezes emergem na sua fala). O sujeito parece ser a origem de seu dizer, mas este se constitui por falas de outros sujeitos. (PÊCHEUX, 1988). Ele é o resultado da interação de várias vozes: eu-outro. (BAKHTIN, 2003).

Assim, as identidades são construídas social e culturalmente, porque nós nos deslocamos, somos instáveis, ocupamos diversas posições/lugares e nos transformamos, somos incompletos e plurais. (BHABHA, 1998). Ao utilizar-se da formação discursiva jurídica, o sujeito jornalista nos remete, pela memória discursiva, quando cita como "fórmula: *salus et decus populi suprema lex est*"[11], a algo que esteve expresso na lei da suprema corte de Missouri. O dizer de outrem é incorporado à do jornalista por meio de discurso direto, de modo que se produza autoridade para dizer algo, que parece não estar autorizado em dizer, do lugar que o jornalista ocupa, ou seja: o locutor estabelece limites discursivos à sua própria voz e à do outro. Isso justifica que somente o comentário não seria suficiente para sustentar a fala da revista, de tal maneira que o sujeito jornalista se vê coagido a entrar na ordem do discurso da Lei (do jurídico), trazendo outras vozes que demarcam seu índice de polifonia: uma voz que se incorpora à do locutor, produzindo diferentes

[11] Traduzimos primeiramente para o inglês as expressões latinas e em seguida para o português: The welfare of the people is to be the highest law (o bem estar do povo deve ser a lei suprema). From Cicero d*e Legibus*, book III, part III, sub. VIII. Quoted by John Locke in his Second Treatise, *On Civil Government*, to describe the proper organization of government. Also the state motto of Missouri. (Legibus, Cícero de. O livro III, parte III, sub. VIII. Citado por John Locke em seu Segundo Tratado, sobre o Governo Civil, para descrever a boa organização do governo. Também o lema do estado de Missouri).

posições subjetivas (do jornalista, do editor, do cidadão brasileiro, do leitor) na enunciação. (BAKHTIN, 1987).

Na verdade, trata-se de retomada, transformação, encobrimento, silenciamento de outros discursos já ditos, retomados pela repetição enunciativa, sendo esta possibilitada pela sua ligação com a memória. (ORLANDI, 1999). Parece haver uma banalização da política, um sensacionalismo desta na mídia. Quando o sujeito-jornalista se apropria de um discurso da Lei, do jurídico, parece que "a dinâmica dos direitos humanos, da globalização liberal" é ditada pela mídia. São os direitos dos mais fortes sendo garantidos, os econômicos e os políticos, e não os direitos que os sujeitos possuem como cidadãos individuais, quando se fala em democracia.

Dando sequência à análise sobre a representação dos EUA e dos islâmicos, passamos ao segundo eixo, o religioso.

3.2 Os discursos religiosos: a representação dos americanos e dos islâmicos

Na tentativa de prosseguir nossa análise em relação a como as duas revistas (des)constroem as imagens dos americanos/EUA e dos islâmicos, buscamos, pela memória discursiva e na formação discursiva mais recorrente (a religiosa) nos discursos dos sujeitos jornalistas de ambas as revistas, desestabilizar sentidos:

> **RV3:** [...] Por que os americanos, tão bem equipados tecnologicamente, tão armados de sistemas de segurança, não tomaram conhecimento de um movimento sequer desses criminosos? A última vez que os Estados Unidos testemunharam um ataque terrorista de grandes proporções foi em 1945, na cidade de Oklahoma, com 168 mortos. Foram rápidos em acusar fanáticos muçulmanos. Logo descobriram que o culpado era um fanático doméstico, Timothy McVeigh. Réu confesso foi executado em junho. A comunidade árabe nos EUA costuma usar o episódio como comparação de preconceito e de discriminação. Há mais de 1 bilhão de muçulmanos espalhados por quase todos os países. Na maioria, são moderados. A minoria radical, no entanto, tem uma disposição fanática para matar e morrer e se une num ódio incontrolável contra os EUA, em sua opinião um país satânico. Parte dos problemas em evitar os ataques decorre do caráter especial do terrorismo islâmico. Os espiões americanos

> têm dificuldade em infiltrar os grupos, pois não são bem-vindos nem podem contar com a colaboração das autoridades na maioria dos países muçulmanos. Mas operações de grande porte deixam pistas bem concretas. Para um homem-bomba na Palestina basta enrolar explosivos em torno da cintura e procurar vítimas indefesas entre os israelenses. A FAVOR DO TERRORISMO Palestinos comemoram atentados contra os americanos em um campo de refugiados no Líbano: alegria com a desgraça do "grande Satã". [..] "Em sua visão, atacar o demônio americano garante ao fiel um lugar de honra no paraíso" [...] Do ponto de vista do fundamentalismo islâmico, é bom que se diga, a questão da criação de um Estado palestino independente é um detalhe secundário numa guerra maior: a que a impor sua versão fanática do Islã a todo o mundo. [...] "Se é contra a civilização ocidental é porque não pode conviver com seus princípios básicos, notadamente a liberdade política e individual" (*VEJA*, 2001, p. 56-58, grifos nossos).

Em RV3, é visível a retomada do acontecimento sobre Oklahoma, com o objetivo de dar um efeito de sentido de "verdade" para assegurar a imagem de vítima dos EUA. O jornalista retoma o acontecimento como apelo e como uma estratégia para constituir, no imaginário do seu leitor, uma imagem positiva dos americanos/EUA e confirmar a imagem negativa dos islâmicos, de que são satânicos (o mal) e que o atentado foi uma vingança ao ocorrido na cidade de Oklahoma. Tal como afirma Gregolin (2003, p. 96), é "o movimento de resgate da memória e de estabelecimento do imaginário de uma identidade social", que, segundo Bakhtin (1992, p. 291), determina se "cedo ou tarde o que foi ouvido e compreendido de forma ativa encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte". O sujeito jornalista passa a afirmar que os muçulmanos são povos resistentes ao (re)produzir e transformar o acontecimento de Oklahama em seu discurso, de modo que tenta neutralizar a subversão, destruir os contradiscursos. (GREGOLIN, 2003).

Na era globalizada, a reconstrução das identidades encontra fundamento no nacionalismo em oposição ao estrangeiro. Nesse sentido, a mídia projeta discursos que contribuem para a produção de estereótipos que condenam nações inteiras à subalternidade ou colocam-nas como superiores a todas as outras. A mídia, por meio de certas determinações sociais, históricas e ideológicas, produz uma ilusão da realidade "que permite aos seus

destinatários produzirem formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta". (GREGOLIN, 1997, p. 47). É o silêncio atravessado nas formas de expressão (na esfera linguística), carregado de argumentação e de persuasão, típicas do discurso jornalístico, que vai garantir essa ilusão da realidade.

Observamos, em RV3, que o sujeito enunciador constrói uma imagem positiva dos EUA, enquanto os islâmicos são representados como maus ou portadores de uma visão equivocada, senão ingênua, do terrorismo. Para tanto, utiliza-se de uma construção condicional "se" (quando o jornalista usa-se de uma concessividade implica seus valores) associada a um enunciado de valor explicativo, de que decorre o sentido de falta de argumento para ser contrário aos princípios democráticos dos países civilizados do Ocidente: a liberdade política e individual. Em outras palavras, o não dito é que os países do Oriente são incapazes de conviver com a modernidade, com as mudanças no âmbito internacional político, e com a liberdade, evocando dizeres inscritos na memória - "*Si hay govierno, yo soy contra*", de Guevara – que o enunciador desloca ou desestabiliza.

Pelo uso das aspas e do discurso direto, observamos que o jornalista incorpora a fala de outrem à dele, de modo que se produza um discurso de autoridade, pois talvez o seu dizer não esteja na "ordem do discurso" de *Veja* e seu discurso por si só não seja suficiente para sustentar a fala da revista. Retomando a polifonia, segundo Bakhtin (1987), uma voz é incorporada à do locutor para produzir diferentes posições subjetivas na enunciação.

Nesse mesmo sentido, para Orlandi (2005), não há discurso sem memória. A memória é sempre retomada, deslocada e atualizada a cada dizer, pois os sentidos que já circularam, já foram ditos, ou esquecidos, apagados ou impossíveis de dizer, tornam-se as condições do dizer que determinam os discursos. Assim, a memória assegura que algo fala antes e já está inscrito na história, fazendo com que toda formação discursiva nova circule a partir de outras anteriores, de forma repetida ou por meio de rupturas ou paráfrases.

É o que ocorre nesse enunciado, em que retomamos a instauração de um projeto moderno à revelia das culturas locais, a contar os povos marginalizados e subalternos do Oriente. Um plano político hegemônico, construído pelos países ocidentais, na tentativa de levar esses países ao desenvolvimento econômico a qualquer custo, cuja base imperialista era excludente e dualista. Era o poder do Estado-Nação dos países capitalistas reforçando a “infidelidade moral”, “os fora da lei”, “os bárbaros”, e marcando o desenvolvimento do capitalismo e suas exigências: a dicotomia civilizado x bárbaro. Acentuava-se, assim, o discurso excludente, tal como o sujeito RV3 projeta no seu dizer, buscando, na história, que os EUA possuíam um poder hegemônico social e político advindo do capitalismo.

Pode-se dizer que, o discurso excludente, segundo Bauman (2007, p. 23) está atrelado “a mudança histórica que acontece porque os humanos são mortificados e irritados pelo que acham doloroso e desagradável em sua condição”, pois eles não querem que essas condições persistam e assim procuram uma maneira de aliviar e reverter seu sofrimento.

Nesse sentido, recorremos a Bhabha (2005), as identidades são assim, híbridas, pois não há povos puramente muçulmanos, e outros puramente norte-americanos, se há uma interculturalidade (misturas de crenças, hábitos, formas de pensar, religiões). Além disso, no agenciamento da memória discursiva, e por meio da formação discursiva fundamentalista, o sujeito de RV3 apela para o discurso religioso do Islã, segundo o qual, se os islâmicos atacarem os EUA (o jornalista utiliza-se de sinônimos como “demônio”, “o grande Satã” para se referir aos EUA), terão um lugar reservado no Paraíso e, assim, todo o povo muçulmano ficará feliz, mesmo que inocentes morram.

Assim, seguem entre aspas os enunciados “grande satã” e “em sua visão, atacar o demônio americano garante ao fiel um lugar de honra no paraíso”, que, além de apontarem para o efeito de sentido de autoridade, trazem em seu bojo as imagens dos EUA, ao mesmo tempo de anjo e de demônio, como podemos observar ao recorrermos ao dicionário. “Anjo”: ‘ente puramente espiritual, dotado de personalidade própria’; superior ao homem e

aos demais seres terrenos, segundo algumas religiões'; 'intermediário entre Deus e o homem, e que habita o céu'; '*da guarda*: espírito celestial, segundo a crença católica'. "Demônio": 'gênio do mal'; 'espírito maligno'; 'diabo'; 'satanás'; 'pessoa má, turbulenta ou feia'.

O jornalista de *Veja* produz uma imagem de anjo dos EUA, enquanto os islâmicos são representados como o malvado, anjo mau, satanás, demônio. Aqui se delineia a imagem do bem para os EUA, e do mal para os islâmicos, recorrendo à memória discursiva da religião, sobretudo quando o jornalista apropria-se dos dizeres de alguns grupos islâmicos fundamentalistas (generalizando toda uma nação por meio desses discursos), como um contradiscurso: "Palestinos comemoram atentados contra os americanos em um campo de refugiados no Líbano: "alegria com a desgraça do "grande Satã"" [...] "Em sua visão, atacar o demônio americano garante ao fiel um lugar de honra no paraíso". Para os islâmicos os EUA são o demônio e o Islã é o anjo. E o discurso de RV3 tenta passar essa imagem de anjo dos EUA, subvertendo os dizeres fundamentalistas. No entanto, se analisarmos o enunciado, colocando no singular o vocábulo "Palestino", temos outro efeito de sentido, de que havia um indivíduo dentre todos do grupo que comemorava os atentados contra os americanos, talvez fosse o líder.

Nesse jogo de identidades que atuam as representações como processo de identificação do outro com aquilo que pode ou não corresponder às expectativas do sujeito enunciador, como é o que acontece com o jornalista de *Caros Amigos*, ele subverte o discurso do Outro em alguns aspectos que não atendem às suas expectativas, pois este se encontra no entre-lugar: entre a posição que ocupa na revista e a posição que a revista ocupa na concorrência em um mercado capitalista, ou seja, o "eu" do jornalista de *Caros Amigos* se constitui a partir dos "outros" das outras revistas. O jornalista está retido entre o desejo e o atendimento à demanda, não encontra-se em uma posição fixa, pois é deslocado constantemente. Este tem que negociar posições: quando o discurso de uma revista vende mais, é conclamado a criar um contradiscurso, como estratégia de superar as vendas da outra. Assim, o jornalista, ou melhor dizendo, a revista não assume nenhum lugar específico no

mercado concorrente, pois sempre se coloca no lugar da(o) outra(o) também, numa negociação discursiva.

No que tange à representação norte-americana e do islamismo, analisamos que, em ambas as revistas, os discursos seguem a mesma linha ideológica.

Dando sequência a essa análise, trazemos mais um recorte da *Caros Amigos*:

> **RCA4:** Em 1917, o general Allemby, comandante do exército britânico que ocupou a Palestina, proclamou ao atravessar os portões de Jerusalém: "Hoje terminaram as cruzadas". Três anos depois, outro general, o francês Gouraud, assim que suas tropas ocuparam Damasco, correu até Mausoléu de Saladino e pronunciou uma frase que até hoje fere os ouvidos de árabes, sejam eles cristãos, muçulmanos ou judeus: "Voltamos... Saladino". Os dois generais afogaram seus rastros com sangue, a exemplo de seus antecessores, os cruzados que, não satisfeitos em matar e estuprar, promoviam festins de canibalismo, como está fartamente documentado. Confesso que reluto em crer que o terrível atentado contra o WTC tenha sido praticado por muçulmanos. Acredito que seja mais uma obra de fundamentalistas americanos ligados a McVeigh, o acusado de explodir o prédio de Oklahoma, porque um dos preceitos básicos do islamismo diz que durante uma luta, as mulheres e as crianças são sagradas e devem ser poupadas. E o que não pode ser transportado não deve ser destruído. O atentado ao WTC é a negação de tudo isso. Me assusta também que as autoridades americanas estão mais preocupadas em produzir provas contra os muçulmanos do que investigar os reais autores do atentado. (CAROS AMIGOS, 2001, p. 20, grifos nossos).

O jornalista, em RCA4, tenta dar voz aos silenciados pelos discursos estadunidenses, especialmente os discursos de Bush, os quais sempre colocam os islâmicos em uma posição de subalternos, bárbaros, não civilizados, para, assim, enaltecer a imagem dos EUA. Portanto, em RCA4 é notório que o acontecimento de RV3 sobre Oklahoma seja retomado também para dar um efeito de sentido de que o que é dito é "verdadeiro" e assegurar a imagem negativa dos EUA, inversamente a RV3, que representa os EUA/americanos de maneira positiva.

O sujeito-enunciador estabelece um contradiscurso/ uma réplica, subverte o discurso do sujeito-enunciador da Revista *Veja*. O jornalista de *Caros Amigos* tenta desconstruir a imagem mental que o jornalista de *Veja* construiu de uma comunidade única. Como define Silveira (2007), é a comunidade imaginada, uma construção mental, um complexo imaginário de ideias, de elementos que definem a unidade coletiva. Conforme pondera Hall (2005, p. 62), “há divisões internas que são unificadas por meio do exercício de diferentes formas de poder cultural”. (HALL, 2005, p. 62).

Para Bhabha (1998), o sujeito constitui sua identidade no multiculturalismo. Os sujeitos se formam nos entre-lugares e, assim, o novo discurso emerge dos discursos das classes desfavorecidas (minorias) e das divisões geopolíticas existentes entre as nações, que se dividem em países de primeiro e terceiro mundo. Assim, retomando a base lacaniana, pode-se dizer que há sempre a outra identidade no discurso do outro e que os jornalistas de *Caros Amigos* e de *Veja* encontram-se no entre-lugares, entre-línguas e entre-culturas.

Recorremos aqui ao dicionário para problematizar os sentidos dos verbos “atravessar” e “ocupar”. Em ambos os verbetes, encontramos, primeiramente, um sentido espacial, “concreto”, de que deriva efeito de abrandamento, de eufemização, de relações amigáveis, que são desconstruídas na sequência, evocando, pelo primeiro termo, ‘passar por cima de’ e, pelo segundo, ‘transgredir o direito de propriedade’ ou ‘invadir’ (FERREIRA, 2001): além do sentido espacial, emerge o efeito de dominação ou violência, que se vai materializar no restante do enunciado como verdade incontestável: “como está fartamente documentado”.

Deslocando do dicionário os significados de “afogar”, chegamos ao sentido que esse verbo assume no enunciado do jornalista: ‘fazer desaparecer’ (FERREIRA, 2001, p. 21), que aponta, por um lado, para o poder dos invasores e, por outro, para sua “capacidade” de ocultar provas, sua dissimulação, sentido que ecoa também em “festim”. Pela memória discursiva e pela memória histórica, o jornalista, pronunciando-se em primeira pessoa do singular – como a eximir a Revista da responsabilidade pelo que é dito – aponta que o

terrorismo era praticado pelos britânicos e franceses já há muito tempo, porém foi silenciado ou naturalizado na História: os atos dos dominadores não tiveram repercussão, como se fez com os atentados ao *World Trade Center*.

Assim, quando o discurso histórico (a voz da história) é trazido pelo enunciado da revista para dizer o que ela não tem autoridade para afirmar, observamos que o enunciado trabalha sobre outra memória. É a contradição entre os discursos que nos permite atestar (FOUCAULT, 1994) que são as diferenças entre os discursos que constituem aquilo que somos hoje. Nesse sentido, o poder está aí: no direito de dizer o que se deve, pois não é possível romper um fio sem romper o outro, desestabilizando o próprio dizer; é o acidente (FOUCAULT, 1994). Para o autor, o acidente demarca os limites da história, incapazes de nos mostrar com precisão que os acontecimentos se relacionam, embora sejam diferentes quanto à sua irrupção. É dessa perspectiva que o enunciador de *Caros Amigos* retoma a história, e o faz para desestabilizar o próprio dizer, criando um elo entre os acontecimentos na história.

O sujeito jornalista, por lapsos de subjetividade, posiciona-se como conhecedor de fato do que aconteceu com os EUA e, ao usar os verbos performativos na primeira pessoa do singular, “confesso”, “reluto” e “acredito”, busca subverter os discursos sobre os fundamentalistas islâmicos, atribuindo assim a culpa dos atentados aos fundamentalistas americanos. Há fundamentalistas em diversos países, e especialmente nos EUA: a memória discursiva nos remete aos primeiros fundamentalistas, cuja origem é norte-americana. O enunciador busca também atribuir *status* de autoridade ao que enuncia, apontando, pela referência ao Alcorão, que a cultura islâmica não é extremista ou assassina, mas poupa mulheres e crianças durante as lutas e não destrói aquilo que não pode ser transportado. O não dito é: “se mulheres e crianças foram mortas, não foi um ato praticado pelos islâmicos; mas pelos próprios americanos, “inspirados” em seus colonizadores.

Como afirmamos anteriormente, os discursos de ambas as revistas seguem linhas ideológicas diferentes em relação à representação do islamismo e do norte-americano. Assim, contrariamente à representação do sujeito-

jornalista de *Caros Amigos*, o sujeito-enunciador da Revista *Veja* tece uma representação negativa do fundamentalismo, como podemos constatar no excerto a seguir:

> **RV4:** [...] "É preciso também eliminar os santuários, os sistemas de apoio e acabar com os Estados que patrocinam o terrorismo" [...]. Como a nação mais poderosa do planeta pode proteger-se das atrocidades terroristas? - subsecretário de Defesa, Paul Wolfowitz [...]. (*VEJA*, 2001, p. 50). Só se pode imaginar como será travada a guerra da superpotência contra terroristas que escondem nos grotões do Terceiro Mundo. Com o fim das ideologias e depois dos atentados, o planeta está agora obcecado pela segurança. (*VEJA*, 2001, p. 53). [...] O universo dos fundamentalistas é aquele em que se queimam livros, se proíbem filmes e música. As mulheres são cobertas de véus e devem submissão ao poder masculino. Os fundamentalistas usam Deus como desculpa para todas as coisas – inclusive as mais terríveis atrocidades, como as cometidas em Nova York e Washington". O fundamentalismo islâmico é, em boa medida, a manifestação de uma elite que exerce sobre seus povos uma tirania milenar, baseada na religião e nos costumes imutáveis. A oposição à globalização já existia como fenômeno ambientalista, de minorias, das ONGs e dos sindicatos. Agora também deve levar em conta essa nova compilação: o Islã como fonte de preocupação para a paz mundial. A globalização incomoda a turma do turbante pela modernidade que traz no bojo. (*VEJA*, 2001, p 58). [...] O CHE GUEVARA DO ISLÃ. O saudita Osama bin Laden, provável mentor de uma tragédia anunciada, é a encarnação do mal para os americanos. Mas boa parte do mundo muçulmano o considera um ídolo. (Revista *Veja*, edição de 26 de setembro de 2001, páginas 60 e 61, citadas pela Revista C*aros Amigos*[12], p. 27, grifos nossos).

O fundamentalista é representado pelo sujeito-enunciador de RV5 como aquele que repudia a modernidade, terrorista, como se observa nos trechos "queimam livros, proíbem filmes e música, as mulheres usam véus e devem submissão ao poder masculino", e que justifica seus atos cruéis pela religião, como sendo obra divina. O sujeito jornalista tenta silenciar as vozes, os dizeres presentes no Alcorão, dar outro efeito de sentido (contraditório à

[12] Tentamos mostrar aqui, que os discursos de *Veja* são retomados em *Caros Amigos, c*omo uma forma de contradiscurso e como a negação do outro. Ou seja, esses enunciados foram publicados em *Veja* e foram republicados pela *Caros Amigos*.

doutrina islâmica), subverter os ensinamentos ali contidos em face dos avanços da humanidade.

SE, no entanto, buscarmos o que diz o Alcorão, veremos que o sujeito jornalista de RV4 manipula os fatos, numa tentativa de legitimar seu discurso, de forjá-lo como sendo verdadeiro. No Alcorão, a doutrina coloca o homem e a mulher em igualdade[13]; ambos têm obrigações e responsabilidades morais e religiosas. Além disso, os discursos em RV4 sobre a representação do islâmico tirano, de costumes imutáveis e capaz de atos bárbaros, não são compatíveis com a doutrina islâmica, que entende que cada ser humano é responsável por seus atos[14]. Conforme o Alcorão, nenhum islamita pode lutar contra outros muçulmanos ou fazer alguma aliança com não muçulmanos que seja voltada contra os muçulmanos.

As expressões "submissão da mulher", "queima de livros", "exerce tirania", aspectos marcantes do fundamentalismo islâmico (terrorista), que são condenáveis, reforçam a ideologia da revista, porque expressam seus valores e sua subjetividade, corroborando, assim, o que diz Pêcheux (1988): são as estratégias linguístico-discursivas que garantem a investigação das condições de produção, pois os sentidos são (re)configurados pelos sujeitos sociais, que, segundo Guerra (2010), são agentes históricos de determinadas práticas discursivas, que ressoam, no silenciamento discursivo, indícios das relações de continuidade que os enunciados estabelecem com a memória discursiva.

Nesse sentido, segundo Orlandi (1999), o silêncio fundador que existe nas palavras significa o não dito, necessariamente excluído. O efeito de silenciamento que o discurso religioso produz sobre a ordem do político está imbricado no outro, na história, na memória, nos já ditos. Como podemos observar, recorrendo à memória, o silêncio no discurso do jornalista está em

---

[13] "Deus investiu de dignidade o homem e a mulher e os fez coletivamente, seus administradores na Terra (ALCORÃO 17:70 e 2:30). "O marido é responsável pela manutenção e proteção da família, dentro de um quadro normativo de consulta recíproca" (ALCORÃO 2:233) e afeto (ALCORÃO 4:19). " A mulher, antes e depois do casamento, é livre para vender, comprar, contratar e dispor de forma independente de seus direitos de propriedade".

[14] "O único fundamento da superioridade de um sobre o outro é a retidão e o temos a Deus, não o gênero, a cor ou a nacionalidade" (ALCORÃO, 49:13).

que o fundamentalismo religioso foi gerado no protestantismo estadunidense, não sendo, então, uma criação islâmica, mesmo que esta seja comum entre os fundamentalistas.

O sujeito-enunciador de RV4 omite/silencia que Adolf Hitler e o Tribunal da Santa Inquisição queimaram livros. É o saber-poder que o sujeito de RV5 exerce. O poder, segundo Coracini (1991, 2003, 2007), cria regras de conduta que acabam camuflando os múltiplos "pontos de vista" responsáveis pelas contradições e conflitos que podem provocar mudanças internas e externas. E o discurso midiático é uma prática discursiva que opera nas várias dimensões temporais e que se "ancora no presente, seleciona, propaga os acontecimentos e os preceitos ideológicos, legitimando-os como memória, como história regional, local". (GUERRA, 2010, p. 69).

O sujeito enunciador de RV4 recategoriza o fundamentalismo ao qualificá-lo não como prática vinculada à religião (ou não apenas isso), mas, sobretudo, como prática política capaz de desestabilizar a paz mundial: "fundamentalismo islâmico", "santuários", "sistemas de apoio", "Estados", "terrorismo", "universo terrorista", "terroristas dos grotões do Terceiro Mundo", "manifestação de uma elite", "tirania milenar", "minorias", "fonte de preocupação para a paz mundial". Ademais, especialmente em "turma do turbante", há uma generalização que ironiza até os costumes "sociais" do povo islâmico, suas vestimentas típicas, atingindo o islamismo em seu todo e os fundamentalistas de todas as diversas ramificações "religiosas": passivas, moderadas e radicais/extremistas. Assim RV4, por meio de sua ideologia induz o sujeito leitor a crer que todos, sem distinção de nenhum adepto, são contraditórios à modernidade, são terroristas, atrasados, bárbaros e fanáticos pela religião.

Pensando nessa ideologia que RV4 leva seu leitor a crer que não há divisões/ramificações no islamismo, buscamos em Authier-Revuz (1998) justificar tal atitude, pois segundo a autora há sempre, por trás de uma aparente linearidade da emissão ilusória de uma única voz, outras vozes que falam. É na materialidade linguística que se vai constituir o processo de heterogeneidade/interdiscursidade e a representação que o sujeito faz de si, do outro e do referente sobre o qual se pronuncia.

Parece-nos que foi o restabelecimento do Estado israelita que também contribuiu para o aumento do islamismo fundamentalista. Se buscarmos entender o termo “terrorista” (que não é nosso foco), veremos que, para o Ocidente, este tem definição diferente daquela elaborada no/pelo Oriente, pois, para os muçulmanos, o terrorista é aquele que tenta alcançar alvos políticos e usa da violência contra civis e inocentes, porém, quando o assunto são os EUA ou Israel, o terrorismo é compreendido como defesa contra a agressão americana e israelense (o que eles chamam de *jihad* “guerra santa’ (BRITO, 2006): EUA e Israel são inimigos de Alá, de modo que os terroristas seriam os ocidentais. A história diz, no entanto, que *jihad* é uma ferramenta dos muçulmanos não fundamentalistas para difundir o Islã pelo mundo, mesmo se for necessária a violência (Idade Média). O Islã fundamentalista dividiu-se e é outra doutrina; não existe apenas um Islã, porém tanto os muçulmanos moderados como os extremistas creem nas mesmas coisas, mas estes últimos não põem em prática as ideias muçulmanas.

Nessa perspectiva, parecem fazer sentido as palavras de Lipovetsky (2007 [2006]): houve uma perda de confiança nas instituições sociais e políticas e uma generalização da indiferença dos acontecimentos a nossa volta, pois a “consagração e descrédito da democracia” concentra-se na esfera pública, em especial na política. Como se a política exercida por todos nós, cidadãos, estivesse ligada ao comportamento consumista. Pode-se dizer que a democracia vigente está marcada por uma “dinâmica dos direitos humanos, da globalização liberal e da influência da mídia.” (LIPOVETSKY, 2007 [2006], p. 43).

Assim, RV3 e RV4 desestabilizam e mobilizam vozes e a própria história, mostrando que o islâmico faz parte de uma cultura que recusa a modernidade, a tecnologia e, assim, silencia-o, utilizando-se do discurso do mais “forte”, do país que aparenta ser o mais “civilizado”, “dominador” e “detentor do poder e do saber”. Isso nos leva a entender que a democracia está atrelada aos direitos humanos do mais “forte”, aos direitos econômicos e políticos, e não aos direitos humanos do cidadão individual.

Os discursos utilizados pelos sujeitos enunciadores dos recortes analisados argumentam a favor dos EUA, tentam manter sua imagem positiva e “provocar repulsa e ativar preconceitos contra os povos islâmicos sem explicar ao seu leitor as nuances do rito”. (FIGUEIREDO, 2008, p. 7).

Nessa perspectiva, Souza (2003, p. 95-96) comenta a existência de sociedades periféricas, em que se inclui a muçulmana (o islamismo), cujos pressupostos são fundados na religião e na hierarquia do poder capitalista, ou em outros “procedimentos de exclusão”: a interdição, a separação e a rejeição (FOUCAULT, 2002, p. 9-10), tal como observa-se nesses enunciados, a sociedade muçulmana foi interditada, rejeitada e separada do mundo ocidental, sob a “alegação” de ser contrária à modernidade, às tecnologias, porém, tal como afirma Figueiredo (2008), “sem conhecimento das novas tecnologias uma ação como a de 11 de setembro de 2001 seria inviável”.

Nesse sentido, ainda, buscamos em Coracini (2007), compreender essa representação criada pelo jornalista em relação ao islâmico, pois para a autora, a identidade é interpretação de si – pelos outros e por si – e do outro – por si e pelo outro –, e traduzir é interpretar; logo, analisar o discurso de si e do outro é também interpretar. A identidade do sujeito é decorrente de ressignificações multifacetadas provocadas pelo estranhamento da presença do outro ou de outros, desestabilizando, deslocando a própria subjetividade. O jornalista, ao denegar os islâmicos, constitui-se por meio deste.

Inscrito em formação discursiva religiosa, o jornalista da *Veja* busca, pelo interdiscurso/memória discursiva, atribuir credibilidade à reportagem, porém seu discurso produz, pelo “esquecimento”, efeito de generalização, provocando a réplica do sujeito leitor ou do outro: não se mostra a diversidade interna da religião de Maomé: radicais islâmicos, sunitas, xiitas, Alá, ocidentais e cristãos, não terroristas e terroristas.

Diante do exposto, verifica-se que o sujeito enunciador não se mantém imparcial. A ideologia da Revista está explícita nas escolhas linguístico-semânticas, especialmente nas formações discursivas religiosas, que elevam os americanos e EUA em ascensão e o Islã em posição inferior. A

Bíblia, o cristianismo e a doutrina de Jesus são concebidos como superiores ao Alcorão, ao islamismo e à doutrina de Maomé.

O sujeito enunciador busca argumentar em defesa de Bush criando, para os Estados cristãos, uma imagem positiva, contrariamente aos estados teocráticos, no caso os islâmicos. Reportamos à memória discursiva para melhor compreender os discursos, porque o sujeito fala como fala buscando na história, no passado, os discursos religiosos (mesmo embora o jornalista pareça estar consciente do que está dizendo). Melville (autor da obra literária *Moby Dicky*) expressou: “somos o povo peculiar, escolhido, o Israel de nosso tempo. Carregamos a arca da liberdade do mundo”. Tal afirmativa inspirou Bush no combate ao terrorismo: “Deus me disse para atacar a Al Qaeda, e eu ataquei. Então ele me deu a ordem de atacar Saddam, e foi isso que fiz”.

Ancorado no discurso religioso, Bush justificou os atentados de 11 de setembro de 2001 como sendo “diabólicos” e assim pôde atacar os “bárbaros” sem que fosse culpado por assassinatos de inocentes e tendo a imprensa a seu lado: a nacional e a internacional. Um desses veículos foi a *Veja*, que, na análise de Figueiredo (2008, p.14), construiu o seu discurso sobre o mundo islâmico sinalizando o preconceito e trazendo desinformação para o leitor ao retratar de modo míope e parcial toda uma manifestação cultural. A revista *Veja* construiu seu centro argumentativo sobre os pilares da “forma que desinforma”. Tal evidência é marcada pela generalização dos povos muçulmanos (todos são terroristas) e não há esclarecimentos a respeito de que os terroristas são membros de organizações minoritárias. (FIGUEIREDO, 2008, p. 14-15).

Seguindo essa ótica, Figueiredo (2008, p. 15) afirma que “o desprezo de uma cultura em relação à outra finca as colunas do pensamento fundamentalista”. Que o local nem sempre está comungando com o global e mesmo assim, “o poder das identidades não deve ser menosprezado”. Para isso, deve-se acabar com a “armadilha da confusa e enganosa mistura entre tempo técnico e tempo social, visto que a cronologia de ambos é bem distinta”.

Assim, nessa conjuntura, “toda mídia vende identidade” (FIGUEIREDO, 2008, p. 16), pois de certa forma, o leitor é influenciado pelos

dizeres do jornalista, que imprime sua representação sobre alguém ou um povo (imprime sua subjetividade/valores em seu discurso). Além disso, a identidade do sujeito está intrinsecamente ligada à memória, aos saberes, às tradições que se transformam e que só retornam se tiverem sido esquecidos. (CORACINI, 2007, p. 16). Há que se recorrer ao arquivo (FOUCAULT, 1999), pois a identidade do sujeito é constituída pelo imaginário social: "ilusão de inteireza, de totalidade, de coerência [...] pelo imaginário construído na relação com o outro [...], como ele se vê e acredita ser visto." (CORACINI, 2007, p. 17-23). Nesse sentido, portanto, refletindo sobre as afirmativas do autor: "desprezo de uma cultura em relação à outra finca as colunas do pensamento fundamentalista", podemos dizer que os americanos também são fundamentalistas, pois, em seus discursos sobre a cultura islâmica, "endossados" pela mídia, há sempre um tom de desprezo.

O sujeito, ao reconstruir "verdades" conservadas e disseminadas pela sociedade, cai na ilusão de que as palavras são exclusivamente suas, todavia elas "são suas e do outro." (CORACINI, 2007, p. 24). O discurso é o lugar do equívoco, da falta, da incompletude. É o que acontece também com as representações nacionais e estrangeiras que são atravessadas pelo sentimento de identidade subjetiva, social e nacional. (CORACINI, 2007, p. 59). O sujeito é constituído pelo imaginário do nativo e do estrangeiro que tece "valores de verdades", medidos e disseminados pela mídia com generalizações de identidades. É essa valorização e desvalorização do outro nacional ou estrangeiro que configura a subjetividade e a identidade do sujeito da nação. (CORACINI, 2007, p. 71-75).

Nota-se, nos discursos de RV4, que a *Veja* faz uma representação do povo islâmico utilizando-se de discursos negativos que o marginalizam, que o colocam como sub-humanos que vivem em grotões, em lugares profundos nas cavernas, na escuridão, afastados como bandidos, isolados do mundo por serem perigosos. Fato que corrobora a preservação da imagem norte-americana, mesmo diante da vulnerabilidade da maior potência.

Segundo Coracini (2007, p.100-104), vencer esses estereótipos é uma questão de inclusão, pois esta é entendida como direito à cidadania, que é

sempre “concedida por alguma pessoa que possui o poder de domínio sobre o inferior”, de modo que conceder a inclusão ou a inserção social para aqueles sujeitos das subalternidades parece reforçar as diferenças, pois “O diferente parece ser sinônimo da inferioridade, da incompetência, da desigualdade.” (CORACINI, 2007, p.107-109). A cidadania deveria ser vista como sinônimo de hospitalidade, de cada indivíduo se expressar em sua singularidade, de se inscrever para se constituir numa “rede de identificações subjetivas, num movimento heterogêneo”, o que evidenciaria a identidade como “híbrida, constituída pelo outro” (CORACINI, 2007, p. 112). Hoje, os sujeitos estão cada vez mais vulneráveis a tornar as identidades uma ficção: produto de ilusão, de desejo do outro, de completude, tal como no cenário do século XXI (século das incertezas).

Pensando nessa cidadania tal qual assinala a autora e no discurso de RV4 que coloca os islâmicos como sub-humanos, bandidos, perigosos e exclui-os do resto do mundo por não se “enquadrar” no modelo civilizado latino-americano, observamos que, essa representação é marcada pela identidade latino-americana que se desenvolveu como um modelo no que se refere às civilizações europeia e norte-americana e que foi classificada como referencial da cristandade ocidental.

Em relação à representação do povo islâmico, em RV4, pode-se perceber “ângulos” diferentes. Se considerarmos, nesses discursos da *Veja*, a posição que ela ocupa no âmbito político-social, Osama Bin Laden é o “terrorista” porque é islâmico. Nessa perspectiva, o jornalista de *Veja* imprime sua ideologia, pois podemos dizer que as identidades sociais são fabricadas por meio da linguagem; é a partir do papel que desempenha essa linguagem nas lutas pelo domínio e controle da representatividade e legitimação do discurso do Estado que as relações de poder vão demarcar as posições ocupadas pelos sujeitos. (GUERRA, 2010). Vale dizer, tal como Castells (2008), que se faz necessário admitir que a identidade de um povo seja construída tendo por base sua história, geografia, biologia, memória coletiva, instituições produtivas e reprodutivas, fantasias pessoais, aparatos de poder e relações de cunho religioso.

Como podemos ver, na construção do(s) discurso(s), o sujeito-enunciador de *Veja* segue a mesma linha discursiva da *Caros Amigos*: as duas revistas usam estratégias argumentativas bem parecidas: usam o discurso direto, as aspas, retomam discursos de outros para dar autoridade ao que está sendo dito, recorrem à memória discursiva, à história, fazem recortes (escolhas) de enunciados que corroborem o que está sendo afirmado. A diferença está no posicionamento, na "ideologia": enquanto a primeira produz uma imagem positiva do povo americano – cristão, patriota, "moderno", não radical, vítima do Mal –, em contraposição a uma imagem negativa do islâmico – não cristão, fanático, fundamentalista, cruel, "antigo", não patriota, agente do Mal –, a segunda desconstrói essa imagem ou a desloca pela inversão.

Desse modo, observamos, em RV5, a presença do discurso direto, marcado pelas aspas: "É preciso também eliminar os santuários, acabar com os Estados que patrocinam o terrorismo", que marcam uma imagem positiva dos EUA, de vítima, diferentemente da imagem construída pelo jornalista de *Caros Amigos*, que a desconstrói e exime os islâmicos da culpa. Por criticar posicionamentos fundamentalistas, o enunciador de *Veja* não pode "defender" atitudes ou ações radicais (porque fugiria à ordem do discurso em que se inscreve) e, portanto, pelo uso das aspas, marca os limites entre o seu dizer e o dizer do outro, eximindo a si e à Revista da responsabilidade pelo dizer radical, marcado por "eliminar santuários" e "acabar com". Esse enunciado remete-nos à memória discursiva: ao ditado popular: "é preciso cortar o mal pela raiz" e à lei do "olho por olho; dente por dente".

Importa mencionar também que por meio da denegação, o sujeito-enunciador se constitui, quando compara Osama Bin Laden com CHE GUEVARA, pois deixa escapar lapsos, silencia em seu dizer (a referência ao "lendário" e ambíguo Che Guevara, revolucionário comunista argentino-cubano): assim como os cubanos consideram, equivocadamente ("mas"), Guevara um ídolo (este que não era exemplo para ninguém), os islâmicos-muçulmanos consideram Osama Bin Laden como tal; é a contradição entre os discursos que permite atestar isso. (FOUCAULT, 1979).

Portanto, podemos dizer que os jornalistas articulam, cada um a "seu desejo", pontos de vista diferentes, seguindo um "fio ideológico", buscando, por meio de seus discursos de "verdade", representar os fatos. Assim, a revista *Veja* mostra uma imagem positiva do norte-americano e negativa dos islâmico-muçulmanos, enquanto a revista *Caros Amigos* passa uma imagem negativa do norte-americano e desloca os islâmico-muçulmanos para uma posição de igualdade, imagem positiva, num discurso de defesa.

3.3 O gênero discursivo "carta do leitor": representações e ideologia do leitor e o saber-poder da mídia

"Um gênero é desenvolvido com o intuito de materializar o discurso adequadamente ao contexto situacional e, conseqüentemente, difundir a história de geração a geração". (MARTINS, 2007, p. 175). No caso, o gênero "carta" inscrito nas revistas é a manifestação opinativa, reivindicatória, cultural ou emocional do leitor. Enquanto prática jornalística, o processo industrial de comunicação, a carta é uma concessão ao leitor, administrada em proveito do jornal ou revista, em cujas mensagens o leitor só interfere acidentalmente. (ROMÃO; FARIA; MOREIRA, 2008).

De acordo com Charaudeau (2006, p. 124), a mídia exerce seu poder, sua influência sobre o público, e "ganha" respeito por sua "influência através do fazer saber, do fazer pensar e do fazer sentir. Visar a tal autoridade seria um desvio do contrato de informação".[15]

Continuando nossa análise, apresentamos alguns recortes que foram retirados das cartas do leitor da Revista *Caros Amigos* **RCACL1**, p. 5, de outubro de 2001, e da Revista *Veja* **RVCL1**, de 19 de setembro de 2001, p. 29, pois temos como hipótese que as duas revistas silenciam os posicionamentos e "ideologias" de seus leitores.

Comecemos pela revista *Caros Amigos*:

---

[15] Esse contrato na área da informação, que exige a presença física dos envolvidos, é firmado entre aqueles que integram o grupo jornalístico e o seu público, mas, no caso das mídias de imprensa escritural, não há a exigência da presença física dos envolvidos.

> **RCACL1:** Oficialmente, até o momento, não houve ninguém que assumisse a responsabilidade pelo ato do dia 11. Mesmo assim, Bush insiste em uma vingança dobrada para servir de lição a quem ousar fazer terrorismo contra os EUA. Dessa vez, ele escolheu o Afeganistão. Pergunto: quem realmente saiu ganhando com tudo isso, senão o próprio governo Bush? O que não foi mostrado nem discutido foi mais de 100.000 radicais de direita estadunidense comemorando o atentado de Oklahoma City, em abril de 1993, que matou mais de 165 estadunidenses. Esses radicais estadunidenses também seriam suspeitos, não? [...] Perdemos a razão nesse dia 11 de setembro, foi um ataque de 1,99 dólar contra a bilionária geringonça bélica americana. Partindo desse pressuposto, torçamos para que alienígenas invadam o planeta estrupício para nos ensinar, com letras grandes e figurinhas para colorir, a teoria e prática da civilização, módulo básico. (CAROS AMIGOS, 2001, p. 5, Cartas do Leitor).

Nota-se, em RCACL1, a mesma caracterização de Bush e dos islâmicos vista em RCA5. Bush, que representa (não só politicamente) o povo americano é novamente representado negativamente: é capaz de qualquer coisa (evocando o discurso filosófico “os fins justificam os meios”) para manter seu poder sobre os países do Oriente Médio é até mesmo acabar com a paz mundial.

O sujeito retoma o acontecimento de Oklahoma para atribuir um efeito de “verdade” a seu discurso, ratificando o dizer da revista: há radicais entre os estadunidenses.

Entende-se também que, ao usar os itens lexicais quantificadores “1,99 dólar” e “bilionária bélica americana”, o sujeito-enunciador leitor da *Caros Amigos* ironiza a grande potência mundial e o próprio capitalismo que os EUA representam, reativando a memória discursiva: os EUA são o grande produtor de armamento bélico e, por isso, são considerados como o “todo poderoso”; porém, a despeito dos inúmeros investimentos bélicos, redes antimísseis, serviços de espionagem, agentes no exterior, sistemas de vigilância eletrônica por satélites, projetos como a CIA, dos 30 bilhões de dólares gastos por ano em serviços de inteligência de alta tecnologia, o “todo poderoso” sucumbiu a

alguns aviões e a um muçulmano (invisível, subalterno, “atrasado”), pondo à mostra sua vulnerabilidade.

Em consonância com esse argumento, observamos que o sujeito-enunciador leitor, ao usar os verbos na primeira pessoa do plural (nós), exime-se de sua condição subjetiva singular (dele mesmo) e tenta dividir responsabilidade do que diz com outrem, significando que não é apenas ele quem pensa assim.

O sujeito-enunciador leitor, nesta perspectiva, tenta desconstruir a imagem dos EUA e, ao fazê-lo, orquestra, pelo “nós”, um coro, como se muitos outros leitores estivessem entendendo da mesma forma.

Desse prisma, observamos que o sujeito-enunciador leitor é influenciado pela ideologia da revista, pelo seu discurso de verdade, quando repete, parafraseia os discursos da revista: “foi um ataque de 199 dólar contra a bilionária geringonça bélica”; mas, ao mesmo tempo, traz outras leituras, identificações, outras formações discursivas (de sua religião/crença, constitucional, educacional), que marcam sua subjetividade, não reproduzindo exclusivamente o discurso da revista. Trata-se de transformação, encobrimento, silenciamento de outros discursos já ditos, retomados pela repetição enunciativa, sendo esta possibilitada pela ligação com a memória. (CORACINI, 2003).

O uso do item lexical “alienígenas” por parte do sujeito-enunciador leitor está atrelado à crença de que os alienígenas são os “únicos” que não estão “contaminados” pelas ideologias das civilizações que habitam este planeta. Nesse caso, entende-se que somente os alienígenas poderiam combater o mal que causou a destruição do “planeta estrupício” (os EUA); os “únicos” com poderes para lhes ensinar o que está na ordem discursiva da escola, na condição de instituição alfabetizadora.

> **RVCL1:** O ataque sofrido pelos Estados Unidos é covarde, absurdo, sem precedentes, apocalíptico! Qual seria a verdadeira intenção do ataque aos Estados Unidos? Destruir a imagem americana? Muito pelo contrário. Estão com os americanos, hoje, a opinião pública mundial de países poderosos, talvez até a Rússia e a China. (*Veja*, 2001, p. 29, Cartas do Leitor, grifos nossos).

Já em RVCL1, temos um sujeito-enunciador leitor que, ao mesmo tempo em que se deixa influenciar pela ideologia da Revista, também resiste (não se deixa dominar totalmente): a maioria de seus discursos reproduz (retoma) os dizeres da revista, mas, em alguns pontos se distancia dessa reprodução, ou seja: ora se identifica com o discurso de "verdade" apregoado pela revista, ora se desidentifica, tentando justificar o acontecimento, buscando, no discurso bíblico, no interdiscurso, uma possível explicação para o ocorrido: o final dos tempos "revelado" no livro de Apocalipse.

O apocalipse, segundo a Bíblia, representa o dia do juízo final, em que todos deverão se redimir diante de Deus, em decorrência de um acontecimento que extinguirá a humanidade, e que será provocado pela fúria da natureza contra o homem. Nesse ponto, o dizer do leitor remete-nos à imagem da besta contida no Apocalipse e que algumas religiões associam ao governo norte-americano. Segundo a Bíblia, o "carimbo" da besta marcará a testa ou a mão de seus seguidores (da besta ou de sua imagem) e quem não o tiver será excluído das relações e práticas sociais, porém ganhará o reino dos céus. Na falha ou no equívoco, o leitor acaba por fazer essa associação, "contrariando" a imagem positiva construída pela revista.

Nesse sentido, comungamos com Cardoso (2003, p. 45) ao afirmar que ideologia e cultura são entidades diferentes, já que a cultura por si só pressupõe necessariamente relações de poder. A ideologia pressupõe conflitos: de classe, de grupos (idade, sexo, raça, cor etc.), motivados por relações de poder.

O sujeito-enunciador leitor identifica-se com a Revista e com os americanos, ativando a memória discursiva e remetendo-nos à formação discursiva da política mundial –"estão com os americanos, hoje, a opinião pública mundial e países poderosos, talvez até a Rússia e a China" –. Seus argumentos marcam a voz da Revista, operando no interdiscurso. Pelo operador argumentativo "até", provoca o sentido de concessão: mesmo esses países que já estiveram guerrilhando contra os EUA, "hoje" são seus aliados. O

advérbio temporal “hoje” efetiva essa transição do antes do agora. Por meio de seus discursos, a revista estabelece uma relação de poder, que exerce sobre o leitor de forma inconsciente, pois o sujeito-enunciador leitor tenta também resgatar a imagem dos EUA, tal como faz a revista.

Desse modo, entendemos que o leitor ao resgatar a imagem dos EUA, faz a partir de uma memória, que segundo Pêcheux (1988), a memória discursiva é formada pelos sentidos já cristalizados, legitimados na sociedade e que são reativados no intradiscurso. O discurso se constitui sobre os primados do interdiscurso: todo discurso produz sentido a partir de outros sentidos já cristalizados na sociedade. (GUERRA, 2008, p.47).

Seguindo nosso fio de análise, constatamos que as revistas conseguem manter seu poder-saber sobre seu público leitor, exercer sua ideologia, pois, ao atentarmos para as marcas linguísticas, encontramos “pistas” que nos revelam a imagem que o leitor tem da revista que lê:

> **RVCL2:** Mais uma vez *Veja* sai na frente e mostra por que é a melhor revista semanal do Brasil, ao mostrar de maneira clara, objetiva e imparcialmente tudo o que aconteceu e o que poderá acontecer depois desse trágico episódio. O que será que esses idiotas loucos tinham na cabeça ao atingir prédios comerciais e fazer tantas vítimas inocentes, que nem ao menos entendi direito o que esses malucos querem? É pena que nessa briga intolerável inocentes paguem com a vida pela insanidade desses terroristas satânicos. (*VEJA*, 2001, p. 29, Cartas do Leitor, grifos nossos).

Em RVCL2, o sujeito-enunciador leitor usa expressões de valoração positiva em relação à revista: “mais uma vez”, “sai na frente”, “a melhor”, “de maneira clara, objetiva e imparcialmente tudo o que aconteceu”, qualificando-a e alçando-a a um *status* de superioridade em relação a todas as outras revistas lidas no Brasil. O sujeito leitor, assim como o sujeito-enunciador da revista *Veja*, passa uma imagem positiva dos EUA e negativa dos islâmicos: “terroristas satânicos”.

Nesse aspecto, os islâmicos são aqui, interditados, à medida que representados como “idiotas loucos”, “malucos”, “insanos”, que agem

exclusivamente em nome de sua fé islâmica (em nome do demônio), matando inocentes, numa “briga intolerável” pelo poder entre terroristas radicais e os EUA. Os mesmos termos utilizados pelo jornalista são retomados pelo leitor nesse enunciado, ou seja, “o dizer do sujeito é determinado sempre por outros dizeres, ou todo discurso é determinado pelo interdiscurso”. (GUERRA, 2008, p. 47). Todo discurso produz sentidos a partir de outros sentidos já cristalizados na sociedade, que são legitimados na memória discursiva e reavivados no intradiscurso; é apagado pela ideologia para produzir o efeito de homogeneidade. (GUERRA, 2008).

A representação que a revista faz dos islâmicos e dos EUA é a mesma que o leitor de RVCL2 faz destes, pois a revista, com seu poder, influencia as crenças, os valores, as identidades e a memória social de seu público leitor. (HALL, 2000). Assim, observamos que, “as palavras, expressões e proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as emprega”. (PÊCHEUX, 1988, p.160). A ideologia faz com que um dado discurso pareça transparente e homogêneo, porém este é constitutivamente opaco e disperso. A realidade é reconstruída de forma inevitável pela revista, que tem a finalidade de seduzir para atrair leitores diante do mundo capitalista e que consegue, pois seu leitor repete essas representações dentro da mesma ideologia da revista, nessa relação de poder-saber.

Para melhor observar o perfil do leitor de *Caros Amigos* e darmos sequência à análise iniciada em RCACL1, trazemos mais um recorte:

> **RCACL2:** Já não bastasse sermos invadidos diariamente por filmes hollywoodianos de todas as categorias, por músicas imbecilizantes, por altos níveis de colesterol, toda idolatração indireta, estou me sentido na própria metrópole de cores: azul, vermelha e branca. Basta andar pelas ruas e assistir ao desfile. Vamos lutar para conhecer novos horizontes, mas não ser manipulados por esses horizontes! (*CAROS AMIGOS*, 2001, p. 5 Cartas do Leitor, grifos nossos).

Observamos, em RCACL2, que o sujeito leitor assume a mesma postura de RVCL2, pois é também perpassado pela ideologia da revista que lê,

e que é diferente da que se inscreve na revista *Veja*. Essa diferença está na representação que esta faz da imagem dos EUA e dos islâmicos, tal como foi apresentada na análise anterior sobre representação. Os EUA são, assim, representados pelo sujeito leitor como “aquele que nos invadem dia a dia com tudo que tem péssima qualidade e é prejudicial à “saúde” cultural do brasileiro: filmes hollywoodianos, músicas imbecilizantes, altos níveis de colesterol, idolatração indireta. Para notarmos essa “invasão” (como se fôssemos obrigados a isso, não tivéssemos escolha), “basta andar pelas ruas e assistir ao desfile”. E, num pedido de socorro, para combater esse mal que nos flagela, adoenta, o sujeito leitor diz “Vamos lutar para conhecer novos horizontes, mas não ser manipulados por esses horizontes!”. Portanto, constatamos que o sujeito leitor é induzido pela ideologia da revista a representar os EUA negativamente e a falar sobre os islâmicos de forma positiva (como visto no primeiro recorte, em RCACL1), o que, neste recorte, é feito pelo não dito.

Os sujeitos enunciadores das revistas *Veja* e *Caros Amigos* constroem imagens dos EUA e dos islâmicos. Nessa construção, concorrem estratégias argumentativas que abrangem a heterogeneidade discursiva conduzindo seus leitores a identificar-se com suas ideologias. O jornalista da Revista *Veja* e seus leitores representam os EUA por uma imagem positiva, do país-povo todo-poderoso, e os islâmicos de forma negativa (bárbaros, subalternos, não civilizados, de país submisso). Já o sujeito jornalista da *Caros Amigos* e seus sujeitos leitores representam os EUA construindo uma imagem negativa - país arrogante, capaz de qualquer coisa para manter sua ascensão mundial, com terroristas estadunidenses, e uma imagem positiva dos islâmicos - país híbrido, com religião faccionada, com terroristas e não terroristas, civilizados. Assim, desconstrói-se imagem que *Veja* articula em seus discursos. A revista não dá voz aos que são silenciados, mas fala por eles.

Por fim, as revistas, por meio da linguagem jornalística, deixam “pistas” de que a linguagem não é transparente. Usam mecanismos linguísticos para manter suas relações de poder-saber e suas ideologias ao refletirem sobre os fatos, ao selecionarem os recortes dos acontecimentos e os operadores linguístico-argumentativos para construírem os diversos gêneros

que veiculam. Essa não transparência também ocorre nos discursos dos leitores de ambas as revistas, que se deixam influenciar e influenciam-se ao fazerem suas escolhas linguístico-argumentativas. Desse modo, confirmamos nossa hipótese: as duas revistas silenciam os posicionamentos e ”ideologias” de seus leitores.

À GUISA DE CONCLUSÃO: O DISCURSO MIDIÁTICO SILENCIANDO POSICIONAMENTOS E IDEOLOGIAS

Os dados analisados permitem-nos afirmar que as formações discursivas e ideológicas sobre o atentado ao *World Trade Center* ocorrido no dia 11 de setembro em 2001 e que os efeitos de sentido instaurados pelas revistas *Veja* e *Caros Amigos* seguem o mesmo fio ideológico, com representações diferentes sobre os EUA/americanos e os islâmicos: há um contradiscurso (desconstrução de imagens), conforme demonstram as marcas enunciativas presentes nos discursos analisados das cartas do leitor e das reportagens principais.

A constituição das formações discursivas do discurso midiático ocorre por meio de estratégias discursivas associadas às técnicas de seu funcionamento evocadas pela memória, pelos efeitos de sentido e pelas representações em relação à descontinuidade dessas formações discursivas e em face aos discursos que se contrapõem, dialogam entre si (SOUZA, 2008). O acontecimento, nesse sentido, coloca em evidência vários enunciados a respeito da religião Islâmica e da política dos EUA, ao apoiar-se no jurídico, na filosofia, na ciência, por meio da interdiscursividade com o texto bíblico, com o texto da lei e da política. Ou seja: as revistas constroem suas narrativas e cartas recorrendo aos diversos saberes para delimitar seu objeto discursivo, a partir da relação estabelecida com o terrorista e o país todo-podoroso (EUA).

Na primeira revista, projeta-se uma tentativa de mascarar o "atentado" de 11 de setembro de 2001 como não sendo fruto de uma possível "fragilidade" administrativa presidencial, mas de uma pessoa ou grupo que não estava ligado diretamente ao poder do Estado, pois foi graças ao pai do então presidente que o país alcançou o "triunfo": ser a maior potência econômica mundial. Esses sentidos ou efeitos podem ser observados quando o sujeito-enunciador pronuncia discursos que resgatam a imagem do ex-presidente Bush recorrendo a acontecimentos anteriores.

Já na segunda revista, há uma tentativa de (des)construir essa imagem positiva instaurada nos discursos midiáticos sobre o norte-americano e atribuir voz de defesa às culturas consideradas inferiores pelos norte-

americanos, como a cultura islâmica. Desse modo, constatamos que os discursos são perpassados por formações discursivas do capitalismo, religiosas, jurídicas, sócio-históricas, de autoridade, filosóficas, políticas; entretanto com sentidos diferentes. Os efeitos de sentido dos discursos instaurados por essa mídia mostram como os americanos são capazes de "qualquer coisa" para manter seu poder, como afirmar que terroristas só existem entre os islâmicos. A revista tenta, com esse discurso, mostrar que, por trás dos discursos americanos, há uma voz silenciada pelo seu capitalismo exacerbado, nessa disputa pelo poder: a voz dos islâmicos.

Ao compararmos os recortes dos enunciados retirados da revista *Caros Amigos*, observamos que os discursos utilizados sobre os "terroristas" e o norte-americano se diferenciam, pois as representações desses atores também são diferentes. O norte-americano (representado por Bush) é visto como aquele que não visa à paz, não mede esforços para manter seu "império". Já o islâmico é representado a partir de grupos étnicos aos quais pertence; não há um único islâmico, mas sim vários povos com culturas diferentes. São vistos de acordo com as diversas formações discursivas que perpassam a cultura islâmica.

A identificação da revista *Caros Amigos* é apresentada no desejo do Outro, de um encontro entre esta e um eu, da elisão da pessoa e do lugar. É na instância de interação que surge a possibilidade ou a impossibilidade da identidade, marcada por meio da ausência. O desejo do Outro está associado a uma política celebratória, oposicional, das margens ou minorias. (BHABHA, 1998). Em outras palavras, a mídia utiliza-se de estereótipos para representar os islâmicos e os EUA de forma simplificada, pois uma representação fixa, una, torna-se uma negação ao jogo das diferenças (essa negação é permitida por meio do Outro). A completude está sempre ameaçada pela falta. Os sujeitos do discurso são construídos dentro de um aparato de poder, que contém um "outro" saber. (BHABHA, 1998).

A revista projeta seu discurso como uma forma defensiva de guerra: signos de resistência espetacular. As palavras da revista *Veja,* projetadas sobre os EUA, tornam-se, aparentemente, o lugar do hibridismo, *lócus* em que

convivem o signo bélico, o nativo, de um lado, e os islâmicos, os subalternos, o outro estrangeiro, reunidos na diáspora: contratados, migrantes, refugiados, dispersos de seus mitos.

Essas identificações (processos) culturais e as interpelações discursivas que funcionam em nome do povo ou da nação tornam os sujeitos objetos de uma série de narrativas sociais (atividades), ou seja, a mídia contribui para o deslizamento contínuo de categorias, como a sexualidade, afiliação de classe, mistificação territorial ou diferença cultural, quando esta escreve a nação.

Dessa maneira, quando a mídia fala da história de um indivíduo, ela conta a história de uma coletividade (JAMESON, 2001). Em meio ao progresso e à modernidade, a linguagem da ambivalência revela uma política "sem duração", de modo que, para que a mídia escreva a história de uma nação, precisa articular aquela ambivalência arcaica que embasa o tempo da modernidade. Nessa perspectiva, a mídia cria uma visão homogênea e horizontal de uma nação, seja como subalterna, seja "elite", e apaga o tempo duplo e cindido da representação nacional. (BHABHA, 1998). Ao estabelecer nações minoritárias, homogeneizar nações inteiras a partir de um único indivíduo, a mídia, enquanto sujeito de representação, segundo Foucault (2006), cria, em suas relações discursivas, conflitos entre povos e passa a ser a detentora de um saber sobre a norma.

Pode-se dizer que uma das consequências da globalização e da potencialização do sistema capitalista está, de fato, relacionada ao desenvolvimento de políticas voltadas para o consumo e o acúmulo de bens. Estes, "por não serem exclusivamente materiais, estão na base do pensamento Ocidental, formando uma extensa rede na qual se torna impossível distinguir o conteúdo das mídias e as mercadorias, pois ambos estão incorporados num só produto". (JAMESON, 199, p. 284).

Os dados analisados apontam que a mídia *Veja* desestabiliza e mobiliza vozes e a história com o "intuito" de mostrar que o islâmico faz parte de uma cultura que recusa a modernidade, a tecnologia e, assim, silencia-o, utilizando-se do discurso do mais "forte", do país que demonstra ser o mais

“civilizado”, “dominador” e detentor do poder e do saber. Isso nos leva a entender que a democracia está atrelada aos direitos do mais “forte”, aos direitos econômicos, políticos, apenas, e não aos direitos humanos do cidadão individual.

Essa mesma revista cria um efeito de sentido homogêneo da identidade islâmica: toda pessoa islâmica é terrorista, parafraseando o discurso que está na ordem do sistema (país) dominante. São as formações discursivas arraigadas na memória que vão sustentar as formações ideológicas de um dado momento. Ou seja, a identidade islâmica é criada pelo outro (que detém o discurso legalizador oficial) e torna-se uma “verdade”, a partir dos recortes que a mídia faz desses discursos ditos oficiais, nos quais imprime também sua ideologia, sua subjetividade.

Ressaltamos que a identidade/representação dos sujeitos pela sociedade é interpretada no presente, mas o passado e o futuro estão imbricados nessa análise, e os efeitos de sentido são produzidos pelas palavras, pelos mecanismos sintáticos e enunciativos. (GUERRA, 2010, p. 87). É no retorno do dizer, no novo acontecimento discursivo, que o passado (já dito) surge no presente por meio da memória discursiva. As vozes do político, da ordem, do progresso e até mesmo do jurídico estão com o representante de um poder-saber, que passa a ser aceito e institucionalizado. (FOUCAULT, 2004). Assim, os discursos ditos oficiais, como no caso dos EUA, criam as leis de comércio, da política econômica mundial e “conjugam” identidades aos islâmicos, no sentido de silenciar/excluir/criar taxonomias para esse povo.

Nas palavras de Foucault (2004), essa exclusão é regulada pelo biopoder, que normatiza, silencia e disciplina as alteridades, ou seja, não aceitamos as diferenças sociais, culturais, entre outras, que criam vassalagens, que devassam uma nação inteira (muçulmana). Portanto, neste processo de análise, observamos que *Veja* usa discursos já ditos como verdades intocáveis e únicas, numa tentativa de preservar a identidade americana, enquanto *Caros Amigos* utiliza-se desses já ditos para (des)construir essa imagem positiva do norte-americano e dar voz ao povo islâmico, num discurso de defesa. Assim, ratificam-se as palavras de Hall (2006): é daquilo que lhe “falta” que toda

identidade se constrói, independentemente de que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado.

Nesse sentido, a mídia assume um discurso de autoridade, utilizando-se de uma retórica para afirmar a representação de um grupo cultural dominante (EUA) ou de grupos culturais subalternos (os islâmicos), “espetacularizando” a política, a cultura e a religião, por meio de imagens inspiradas no heroísmo ou em resistências, a fim de ludibriar seus leitores, pois a cultura instaurada pela mídia está a serviço do dinheiro. (JAMESON, 2001).

A mídia, portanto, por deter o poder-saber e o discurso de autoridade, influencia seu leitor, silenciando posicionamentos e ideologias, por meio de uma retórica que cria a ilusão de veracidade dos fatos. Isso reforça ainda mais a importância de se estudarem os discursos midiáticos, pois se faz necessário desconstruir esses discursos que se mostram como verdades inatingíveis e que, perpassados por ideologias, passaram a constituir nossas crenças, a habitar nosso imaginário, assujeitando-nos inconscientemente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDOUNI, Ali Mohamed. Entrevista: Ali Mohamed Abdouni. **Revista Veja**, Ed. 1914. 20/07/2005.

AMIN, Vanessa. **Um estudo dos gêneros discursivos**: o processo identitário de dois jornais impressos do Mato Grosso do Sul. Três Lagoas: UFMS, 2007. Dissertação de Mestrado.

AMORA, A.S. **Minidicionário da língua portuguesa**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. Celene M. Cruz e João W. Geraldi. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.19, jul./dez., 1990, p. 25-42.

BACIC OLIC, Nelson; CANEPA, Beatriz. **Geopolítica da América Platina**. 2. ed., São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Oriente Médio e a questão palestina**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Aurora Fornoni Bernadini *et al*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. & Voloshinov, Valentin N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico nas ciências da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento.** O contexto de François Rabelais. Brasília: Hucitec, 1987.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BELTRÃO, Luis. **A imprensa informativa**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.

_____. **Jornalismo interpretativo**. Porto Alegre: Sulina, 1976.

_____. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

_____. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 1992.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Miriam Ávila *et ali*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRANDÃO, Helena. N. **Introdução à analise do discurso**. 2. ed. rev. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

BRITO, Luisa. Livros didáticos distorcem o islamismo. **Folha de S. Paulo**, 29 mar. 2006. Caderno Cotidiano.

BURNS, Edward Mcnall. **História da civilização ocidental**: do homem das Cavernas até a bomba atômica – O drama da raça humana. 22. ed. Tradução de Machado, L.G.; Machado, L.S.; Vallandro, L. Vol. I e Vol. II. Porto Alegre: Globo, 1978.

CARDOSO, S. H. B. **Discurso e ensino**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CAROS AMIGOS. **A guerra de Bush***.* ano V, nº. 55, de outubro de 2001.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Trad. Gerhardt, Klauss Brandini. Vol. II. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra S/A, 2008.

_____. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A. v.1, 1999.

CHAPARRO, Manuel Carlos de. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jotejo, 1998.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias.** Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Discurso das mídias**. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Gênero de discurso. In: CHARAUDEAU, P. MAINGUENEAU, D. (org.). **Dicionário de análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHOMSKY, Noam. A nova guerra contra o terror. Palestra realizada no MIT em 18/10/2001. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, 2002, p.5-33.

COIMBRA, P. **Revista Cadernos do Terceiro Mundo,** número 224, 07 de out. 2000, p.11-22. Disponível em www.etm.com.br.

CORACINI, M. J. R. F. **A celebração do outro:** arquivo, memórias e identidade. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Miniaurélio Século XXI**: o minidicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2001.

FIGUEIREDO, W. S. **O mundo islâmico no discurso da Veja**: diversidade e uniformidade. Disponível em: www.revistaintellector.cenegri.org.br. Bauru: UNESP, 2008. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Comunicação)

FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-saber. In: Mota, Manoel Barros da (org.) **Poder e saber.** Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A ordem do discurso**. (1979; 2002). Trad. Laura Fraga de Almeilda Sampaio. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Microfísica do poder**. (1979). 19. ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **A arqueologia do saber**. (1972). Trad. Luiz Felipe Baeta Neves e Ver. Lígia Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1995.

GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas. Editora UNICAMP, 1997, p. 81-83.

GREGOLIN, M. do R. V. Discurso, história e a produção de identidade na mídia. In: FONSECA-SILVA, M. da Conceição; POSSENTI, S. (Org.). **Mídia e rede de memória**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

_____. **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. **As fadas tinham ideias:** estratégias discursivas e produção de sentidos. Araraquara: UNESP, 1998. Tese de Doutorado em Linguística. Faculdade de Ciências e Letras “Júlio de Mesquita”.

_____. Discurso e memória: movimento na bruma da história. In: **Cadernos da FFCH,** Marília, SP, v. 6, n. 2, 199, p.39-47.

GRIGOLETTO, Marisa; MAGALHÃES, Izabel; CORACINI, Maria José. (orgs.). **Práticas identitárias:** língua e discurso. São Carlos: Claraluz, 2006.

GUERRA, V. M. L. **O indígena de Mato Grosso do Sul:** práticas identitárias e culturais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____. **Práticas discursivas**: crenças, estratégias e estilos. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOBSBAWN, Eric J. **Sobre a História**. 5. reimp. São Paulo: Companhia de Letras, 2002.

HUNTINGTON, Samuel. P. **O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial***.* Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2001.

LIPOVETSKY, G. **A sociedade pós-moralista**: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. Trad. Armando B. Ara. Barueri: Manole, 2005.

MAGALHÃES, Laerte. ***Veja, Isto É*****, leia**. Teresina: Edufpi, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos da comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, S. A. F. O livro didático de ensino médio e as propostas de atividades com gêneros textuais. Disponível em: http://publicacoes.unigranrio.br/index.php/reihm/article/viewFile/55/59. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades.** Volume VI, nº. XXIV, Jan – Mar 2007.

_____. Frases de protesto: da afirmação à subversão do outro. In: NOLASCO, E.C.; GUERRA, V.M.L. (Orgs.). **Discurso, alteridade e gênero.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.

_____. Livros didáticos *versus* Parâmetros curriculares Nacionais: vozes que se complementam ou se contradizem? In: BERTOLDO, E. S. & MUSSALIN, F.

Análise do discurso: aspectos da discursividade no ensino. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Tradução de José Barata Moura. Lisboa (Portugal): Editorial Avante, 1997.

_____. **A questão judaica**. Trad. Artur Morão, Artur, 1989. Disponível em: www.lusosofia.net.

MEAD, Walter Russel. **Poder, terror, paz e guerra:** os Estados Unidos e o mundo contemporâneo sob ameaça. São Paulo: Jorge Zahar, 2006.

MELO, José Marques de. **Gêneros jornalísticos na *Folha de S. Paulo***. São Paulo: FTD, 1992.

_____. **A opinião no jornalismo brasileiro** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEY, Jacob L. Etnia, identidade e língua. Tradução: Maria da G. de Moraes. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998. p. 69-88.

MORAES, D. **Planeta mídia** – tendências da comunicação na era global. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

NABUCO, Wagner. **História da *Caros Amigos***. Disponível em: www.carosamigos.terra.com.br/index/.../historia-da-caros-amigos. Acesso em: 15/1/2011.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo. In: GREGOLIN, M.R. (Org.). **Discurso e mídia:** a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 59-74.

O *ESTADÃO*. Jornal *online*. **Bush precisa deixar de lado a retórica vazia**. Disponível em: www.estadao.com.br/estadohoje/.../not_imp117361,ophp. Acesso em: 30/08/2011 às 10:40.

_____. **O *big brother* de Owell ainda está de olho em você**. Disponível em: www.estadao.com.br/.../impresso,o-big-brother-de-orwell-ainda-esta-de-olho-em-voce,383508,0.htm. Acesso em: 30/08/2011 às 10:42.

ORLANDI, Eni. P. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2001.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

_____. Identidade linguística escolar. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. v.1. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas: Pontes 1990.

PEREIRA FILHO, F.J. B. ***Caros Amigos* e o resgate da imprensa alternativa no Brasil.** São Paulo: Anna Blume, 2004.

RESENDE, P. E. A. História, guerra, império, revolução. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. Editora PUC-SP, n.30, jan./jun., 2005.

ROMÃO, L. M. S.; FARIA, D. O.; MOREIRA, V. L. Sentidos de resistência no discurso jornalístico inscrito na revista *Caros Amigos*. **Revista Alceu**. v.9 - n.17 - p. 102 a 114 - jul./dez., 2008. Disponível em: publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu_n17_Romao.pdf.

SCALZO, Marília. **A Revista no Brasil**. Ed. Abril, 2003. Disponível em: http:www.scrib.com/doc/35393004/Revista-Veja-Revistas-que-fizeram-história. Acesso em: 16/1/2011.

SILVEIRA, Maria Cristina Santiago. **Narração do acontecimento e ideologia**: O exemplo do 11 de setembro na imprensa francesa. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro – Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas - UFRJ, 2007. Tese de Doutorado

SOUSA, C. P. M. **Discurso e mídia**: o mote do desarmamento em *Veja* e *Isto É.* Três Lagoas: UFMS, 2008. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, J. **A construção da subcidadania**: para uma política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, Sérgio de. Aos 10 anos, *Caros Amigos* continua ícone do jornalismo. In: GLASS, Verena. **Carta Maior - Arte & Cultura**. Disponível em: /templates/materialMostrar.cfm?materia.id=13925. 23/04/2007. Acesso em: 15/1/2011.

VEJA. **O império vulnerável**. Edição 1718, ano 34, nº. 37. Editora Abril. 19 de setembro de 2001.

MEMORIAL DESCRITIVO

“Escrever a história é um modo de nos livrarmos do passado." (Goethe)
"Todos sabem fazer história - mas só os grandes sabem escrevê-la." (Oscar Wilde)

Escrever um memorial, à primeira vista, me pareceu fácil, mas, quando atentei para o fato de que neste simples papel estaria reconstruindo experiências, histórias que muitas vezes são esquecidas ou apagadas da memória, entrei em desespero, pois não seria nada fácil voltar no tempo, num passado que fora muito difícil para mim. Contar a própria trajetória de vida parece-me uma autoavaliação, um instrumento confessional dos meus anseios de ver concretizada mais uma etapa de minha vida. Um revelar-se ao outro, mesmo sabendo da incompletude que me constitui, já que jamais somos seres completos, conforme Coracini (2007).

Não me lembro ao certo, mas a paixão pelo português veio das aulas tão gramatiqueiras, cheias de regras, de conjugações verbais. Era isso que me movia, que me fez apaixonar-me. Essa paixão não ficou só com o português; estendeu-se para o inglês. Não sei por quê, mas estava encantada com a língua estrangeira, desde o dia em que a professora disse suas primeiras palavras, cumprimentando-nos em inglês. Para muitos, aquela língua soava assustadora, porém, para mim, algo inusitado que adoraria aprender. Estava na quinta série, quando tive meu primeiro contato com a língua inglesa e posso afirmar que houve, naquele momento, um desejo interior que me levou a identificar-me com aquele “outro”, e sentia-me bem. Enquanto colegas a refutavam como objeto estranho, esta me completava, confirmando os estudos de Coracini (2007) sobre a postura dos sujeitos diante da aprendizagem de línguas estrangeiras.

Aprender a língua com fluência parecia, entretanto, muito distante, porque era filha de lavrador, estudava em escola pública... Como meu pai pagaria um curso, se mal tinha para nos sustentar? Éramos quatro: eu, minha irmã e meus dois irmãos. Eu, a mais dedicada aos estudos, sempre passei

horas lendo, estudando. O tempo passou, já estava no colegial. O desejo de passar em um vestibular tomava conta de mim: fazia telecurso de manhãzinha pela televisão, acordava às cinco da manhã, desde o primeiro colegial, para assistir às aulas. O terceiro colegial chegou, concluí, mas meu pai me disse que eu não iria fazer faculdade, pois não teria condições de me manter. Além disso, minha mãe era contra mulher sair de casa para estudar. Então, busquei uma solução para que meu sonho não acabasse ali.

Arrumei um emprego para ajudar nas despesas, pagaria minha faculdade, a mais próxima possível, mas não deixaria de estudar. Quebrei as regras impostas pela minha mãe, na certeza de que mais tarde ela entenderia. Comecei a trabalhar numa loja, como vendedora, onde fiquei uma grande parte dos anos da graduação. O meu sonho era fazer o curso de Direito, porém meus pais não me deixariam morar fora para estudar numa faculdade pública, e nem teriam condições para isso. Desse modo, resolvi fazer Letras com habilitação em Inglês. Ingressei em fevereiro de 1994 no curso de Licenciatura Plena em Letras/Inglês das Faculdades Integradas de Jales, em Jales, Estado de São Paulo, uma cidade vizinha da minha (eu morava em Palmeira d'Oeste, SP). Afinal, o português e o inglês, a identidade do outro já me constituíam. Não dava para fugir. O mais dificultoso era que morava no sítio. Como estudaria, se não tinha como tomar o ônibus? Assim, passei a morar durante a semana na casa de conhecidos para poder trabalhar e pagar a minha faculdade e, nos finais de semana, voltava para casa.

Os desafios eram grandes, pois, além de me manter na graduação, por meu pai não ganhar o suficiente para pagar os meus estudos, todos trabalhávamos na roça e vivíamos dessa renda. Até que no último ano resolvi mudar essa história. Como já namorava há mais de 1(um) ano e (seis) meses, resolvi casar-me, para ver se aliviava as despesas de meu pai e a minha vida também. No entanto, foi só uma tentativa, porque meu marido ganhava pouco e começou a ficar difícil terminar duas faculdades: a minha e a dele. Diante da dificuldade, meu pai surgiu para nos ajudar a terminar nossas graduações. O segundo desafio foi que engravidei nesse último ano e tive enjoos durante os nove meses e problemas de pressão. Íamos para a faculdade de ônibus, eu e

meu marido. Ele, sempre preocupado comigo, e eu pensando no bebê. Apesar dos obstáculos, concluímos, eu, graduada em Letras, e meu marido, em Matemática.

Após a graduação, já comecei a dar aulas de Inglês, porém senti a necessidade de aprimoramento da Língua. Resolvi fazer um curso de Inglês. Comecei no básico e fui até o nível mais avançado: foram 6 (seis) anos de cursinho. Nessa época, já ganhava um pouco melhor, pois, mesmo não sendo concursada (efetiva) ainda, tinha a jornada completa de trabalho. Em 2003, efetivei-me num cargo de PEBII, na disciplina de Inglês, no Estado de São Paulo, na cidade vizinha, que fica muito próxima à Santa Fé do Sul, lugar onde moro.

Acredito que valeu a pena ter feito um curso de inglês, uma vez que não teria me efetivado num cargo público. E também: Como poderia ensinar o outro sem saber para mim, mesmo com seis anos de curso de Inglês? Havia a necessidade de suprir as lacunas da formação (da graduação). Tentei viajar para fora do Brasil, estava com viagem programada, quando minha filha menor, de apenas 3 (três) anos, tinha algo estranho crescendo no pescoço; não podia viajar, pois precisaríamos de dinheiro para o tratamento. Foi quando tive que fazer uma opção: claro que só poderia ser a saúde de minha filha! A viagem ficou para um depois e esse depois não veio. Um dia quem sabe virá. Os filhos crescem, outras necessidades aparecem, e eles sempre em primeiro plano. Tenho, hoje, duas filhas com as quais compartilho meus anseios e minhas incompletudes.

Na tentativa de suprir, ainda, esse vácuo na língua inglesa, fiz inúmeros cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em parceria com a PUC/USP/UNICAMP/UNESP.

Não parei mais. Tenho por princípio que o professor está sempre em processo de formação e, por isso, em tudo que envolvesse o aprimoramento da língua inglesa, eu me inscrevia (e me inscrevo). Meu saber acumulado ao longo desses anos de estudo e de muito trabalho não foi, no entanto, suficiente e me mantive na busca incessante pela completude. Acreditava que essa completude poderia acontecer um dia. Foi quando comecei os estudos voltados

para o mestrado. Em 2006, fiz um curso em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP, intitulado “Linguística Aplicada: Pressupostos para o Ensino de Línguas”. Queria fazer o mestrado nessa área do conhecimento pela UNESP, de São José do Rio Preto, São Paulo, que era a universidade mais próxima para mim. Assim, daria para conciliar trabalho e estudo; porém as provas do processo seletivo não versavam somente sobre Linguística Aplicada, mas também sobre Lingüística Geral. Foi então que, em janeiro de 2007, ingressei no curso de Especialização em Língua, Linguística e Literatura, pelo Programa de Pós-graduação *lato sensu* da FIPAR – Paranaíba, de 368 horas (trezentas e sessenta e oito horas) de atividades práticas e teóricas, concluindo o curso no final do mesmo ano. Um curso que me fez ver como a linguagem e a língua são essenciais na interação humana, pois o homem só se constitui na e pela linguagem, apropriando-se da língua.

Na ano de 2007, prestei o concurso municipal para Professor de Educação Básica II e fui aprovada em outro cargo de Inglês. Nesse mesmo ano, participei do processo seletivo do mestrado da UNESP/IBILCE, mas não obtive êxito e, não satisfeita, com a ânsia por complementar meus conhecimentos e por mudanças na vida profissional, arrisquei mais uma vez: prestei o processo seletivo da UFMS/CPTL, mas também sem bons resultados. Faltava algo para alcançá-lo. Busquei fazer, em 2008, minha primeira disciplina no programa de Pós-graduação, intitulada *Linguística Textual*, ministrada pela Profa. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, como aluna especial. Essa disciplina abriu novos horizontes em relação aos estudos da linguagem, pois apresentou desde seus precursores até a atualidade, a definição de seu objeto de estudo: o texto e seus mecanismos de sequenciação e referenciação. Isso me incentivou a elaborar um projeto nessa perspectiva e a concorrer no processo de seleção do mestrado do ano seguinte. Mas não era para ser; não passei na entrevista. Não conseguia acreditar: não faria o mestrado em 2009. Era a realidade. No entanto, isso não me fez desistir. Lembrava-me das belas leituras foucaultianas sobre a microfísica do poder e da era globalizada de Jameson (2001): seria aprisionada pelo poder de uma sociedade capitalista, onde os mais fracos não alcançam

seu espaço. Só me restava resistir e fazer a diferença, pois talvez fosse mais uma entre tantas “derrotadas”.

Em 2009, resolvi participar do 57° Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos (GEL), em São José do Rio Preto, como ouvinte, para começar uma interação com o mundo da pesquisa, inteirar-me sobre que tipos de pesquisas vinham sendo desenvolvidas na área da Linguística e verificar como poderia melhor adequar meu projeto, ou quem sabe até elaborar outro. Sentia que precisava de novas ideias.

Nesse mesmo ano, tentei cursar outra disciplina na UFMS, *Análise do Discurso*, como aluna especial. Acreditava que precisava conhecer mais as teorias para elaborar um bom projeto de mestrado e que minha reprova na entrevista do processo seletivo do ano anterior,era porque não havia fundamentado meu projeto seguindo essas teorias. Passando a ter mais conhecimento na área, pude aprofundar meus conhecimentos à luz da ciência e do rigor que a academia exige. Parece que, para alguns, as portas se abrem com mais facilidades e, para outros, elas se abrem lentamente. Foi assim comigo. Posso dizer que são as relações de poder de Foucault, pois o poder está em todos os lugares e onde há poder há resistências. E eu resisti e lutei sempre.

Todas as leituras possibilitaram-me escrever um projeto que não fugisse da disciplina que leciono (o inglês) e nem das exigências do Programa de Mestrado. Participei novamente do processo de seleção para alunos regulares do mestrado e outra vez veio a decepção: fui reprovada novamente na entrevista. Entrei em depressão. Mesmo assim, meu marido e minhas filhas me incentivaram, diziam que eu deveria tentar mais uma vez, que tinha capacidade e que era uma questão de honra. Inclusive o Prof. Dr. Belon, não poderia deixar de citá-lo, que fora meu professor de Linguística na Graduação, em 1995, e sabia da minha capacidade, dava-me forças e me admirava pela insistência. Isso me deixou motivada para continuar, pois sentia-me arremessada contra as rochas por uma enorme onda. Parecia que as barreiras tinham aumentado; era como se tentassem impedir-me de alcançar meu sonho.

Até que enfim venci a primeira batalha. No processo seletivo de 2009, fui aprovada no Programa de Pós-graduação da UFMS/CPTL. Ingressei em março de 2010. No primeiro semestre de 2010, cursei 3 (três) disciplinas. A disciplina *Análise do Discurso* foi ministrada pela Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra e teve o Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues como colaborador. Essa disciplina, considerada essencial para o analista de discurso, mostrou a trajetória histórica de sua constituição teórica, e todos os conceitos básicos: sujeito, discurso, formações discursivas, ideológicas, jogo de imagens, relações de poder, heterogeneidade mostrada e constitutiva. A disciplina *Teorias da Enunciação*, ministrada pela Profa. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, apresentou desde o estruturalismo até a atualidade, as evoluções da Linguística (as diversas linguísticas) em relação aos estudos da linguagem, pensando na exterioridade e na subjetividade da língua. Na disciplina *Seminários de Dissertação: Metodologia Linguística e Análise do discurso,* ministrada pela Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra e pela Profa. Dra. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, juntamente a outros professores colaboradores, a Profa. Dra. Claudete, Profa. Dra. Silvane, Prof. Dr. Marlon, aprendemos como escrever um trabalho científico, a fazer uma pesquisa. Parecia que tudo ficava mais fácil: que caminhos percorreria até a constituição final de minha dissertação?

No segundo semestre de 2010, como havia cumprido a maior parte dos créditos, cursei apenas 2 (duas) disciplinas: uma intitulada *Tópicos de Análise,* ministrada pela Profa. Dra. Vânia e pela Profa. Dra. Celina, que teve a colaboração da Profa. Dra. Marlene Durigan e do Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues, e a outra, intitulada *Introdução à Semântica,* ministrada pela Profa. Dra. Taísa. Essa última, muito difícil, mas repleta de discussões acerca do objeto de estudo da semântica enquanto nível de análise linguística, do significado e sentido, do sentido e sua relação com o mundo. Como as palavras postas em conjunto e dependendo de seu contexto de uso modificam seus sentidos...

No mês de setembro de 2010, participei da V Seminário de Pesquisa do Mestrado em Letras e da V Semana de Letras, promovidos pelo Programa

de Pós-Graduação em Letras e pelo Curso de Letras - UFMS, Câmpus de Três Lagoas, no qual tive o resumo publicado. Era mais um passo alcançado com muito esforço e sentia-me um pouco mais confiante.

Em maio de 2010, participei do XII Seminário de Educação e III Colóquio de Pesquisa, realizado na UEMS de Paranaíba/MS. Uma experiência diferente, pois pude ter mais contato com pesquisadores de diversas áreas, como a pedagogia, das ciências sociais, as letras e pude perceber que a Análise do Discurso permeia todas elas.

No mesmo mês, de 27 a 30 de setembro, participei do V Encontro Nacional do Grupo de Estudos da Linguagem – V GELCO, promovido pela UFGD/FACALE/MS, Câmpus de Dourados, e apresentei o artigo intitulado *A construção de Identidades e Ideologias: um confronto islâmico e norte-americano*. Levada pela Profa. Dra. Vânia, imaginava que seria um fiasco, pois não estava pronta para apresentar um trabalho tão principiante, mas a Profa. Dra. Vânia incentiva-me, dizia que faria uma boa apresentação, que tinha amadurecimento teórico para enfrentar o desafio. Era verdade, dei conta do recado. Fiquei mais feliz ainda quando vi meu primeiro trabalho publicado nos anais do GELCO. Era como se pudesse ser ouvida, se todo o silenciamento falasse, por meio de uma revista. O excluído estava naquele momento sendo incluído na história, deixando suas marcas de subjetividade.

Vale ressaltar que colhi bons frutos, pois aprendi muito e compartilho esse conhecimento. Segundo Bhabha (1998), em seus preceitos culturalistas, há uma emergência dos discursos das minorias e das divisões geopolíticas que separam as nações em países de primeiro mundo e terceiro mundo, ou seja, o discurso contemporâneo faz interferência no discurso hegemônico ocidental, numa tentativa de naturalizaras diferenças históricas existentes entre nações, comunidades e povos.

No período de 3 a 6 de novembro de 2010, participei do III Seminário Internacional da América Platina - SIAP, promovido pela UFMS/CCHS, *Campus* de Campo Grande, comunicação coordenada pela Profa. Dra. Vânia Maria Lescano Guerra, *Os Processos Identitários: memória, exclusão e resistência*. Nesse evento, tive meu artigo *A construção de identidades e*

ideologias: um confronto identitário Islâmico e Norte-Americano publicado nos anais. Este sim me tirou o sono por muitos dias. Não tinha saída, tive que estudar em dobro para não decepcionar. Apesar do medo, aprendi muito com o seminário; houve questionamentos, sugestões do público, que enriqueceram muito meu trabalho e me fez crescer na pesquisa. Daí, então, senti a necessidade de concentrar meus esforços na produção da dissertação.

Em maio de 2011, pude apresentar o artigo *Um contraponto entre o discurso Norte-Americano e o Islâmico veiculados pela Revista Caros Amigos*, no III SELL - Simpósio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários - Conhecimentos em Diálogo: linguagens e ensino, promovido pela UFTM/MG, em Uberaba. Já não me incomodavam muito as apresentações, pois estava familiarizada e já havia produzido dois capítulos da dissertação. Não tive férias, organizei-me, virei minha vida do avesso, mas teria que conseguir atingir as metas estabelecidas no final do ano de 2010. Cumpri-as. Então, pude respirar um pouco mais aliviada.

Nesse mesmo mês, no I Simpósio Internacional de Linguística Funcional, realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus* de Três Lagoas, nos dias 25, 26, e 27, apresentei o trabalho “O verbo *dever* no discurso midiático: deôntico e epistêmico”. Foi um dos trabalhos que me renderam inúmeras horas de escrita e de leitura; era uma área com que parecia não ter muita afinidade; estava insegura. Semântica, para mim, até estudá-la, imaginava-a fácil, porém percebi, depois da disciplina cursada, que não era tão simples assim.

Aprendi muito, sobretudo nos seminários, pois podíamos discutir as diferentes correntes, mas tive que perder dias e dias estudando para dar conta da obrigação. Só superei a insegurança quando o Prof. Edson, com sua paciência e bondade me acudiu: corrigiu o artigo, dias antes de ele ser apresentado. Sou muito grata a ele pelo carinho a mim ofertado. Compreendi que os efeitos de sentido se dão no contexto de uso, na funcionalidade do verbo, de modo que o verbo modalizador, dependendo do contexto de uso, assume caráter polissêmico.

Em junho de 2011, apresentei comunicação oral do VIII Seminário em Educação e IV Colóquio de Pesquisa, em Paranaíba, na UEMS, com o artigo *World Trade Center: um confronto identitário Islâmico e Norte-Americano.* Retornava a Paranaíba, um ano depois, para falar um pouco mais sobre a evolução de meu trabalho de pesquisa, e pude observar o quanto havia crescido em minhas análises, e o quanto tantas discussões tinham contribuído para a qualidade do trabalho. Não posso deixar de agradecer mais uma vez a minha orientadora, Profa. Dra. Silvane, que sempre me incentivou nas apresentações.

Participei, em agosto deste ano, do V GELCO, na UFMS/CPTL de Três Lagoas, trabalho que me rendeu bons momentos de debates com o público presente. Mas a alegria tomou conta de mim quando recebi a carta de aceite do IX Congresso Latino Americano de Estudos do Discurso – ALED, promovido pela UFMG/MG, que acontecerá em novembro de 2011, quando apresentarei um artigo que é um recorte de minha dissertação, intitulado *A construção identitária ideológica do Islâmico e do Norte-americano no discurso midiático*. Outras participações acontecerão no decorrer deste ano e do próximo ano, pois já me inscrevi em outros eventos.

Assisti a várias bancas de defesa e em uma delas estava a Profa. Dra. Coracini que nos abrilhantou com seus magníficos conhecimentos, com os quais pude traçar os capítulos de minha dissertação, oportunidade em que pude entender que os discursos midiáticos apresentam-se para nós como verdades absolutas e que a mídia representa ou é representada como instituição inspiradora de credibilidade.

Nessa caminhada, escrevi artigos e participei de congressos, seminários, simpósios e colóquios. Posso dizer que isso só foi possível graças à Profa. Dra. Vânia, que me incentivou a participar e a escrevê-los, dizendo sempre que estava preparada e que tinha potencial, e à minha orientadora, Profa. Dra. Silvane, que me guia em minhas leituras e em minha dissertação. Mas eu não via assim, tinha medo de errar, de fazer feio nas apresentações, pois minha pesquisa estava em fase muito inicial. No entanto, essas pessoas acreditaram em mim e eu pude caminhar, avançar cada vez mais.

Por fim, estou quase a concluir essa jornada longa, cheia de contratempos, mas muito prazerosa e que me rendeu um conhecimento enorme, amizades eternas, restando-me a esperança de ser aprovada na última etapa: a defesa, como fui na qualificação. Os trabalhos não terminam por aqui; muito há de ser feito ainda. Assim como me debrucei noites e dias nas teorias e na dissertação, tendo como objetivo a defesa deste trabalho de dissertação neste ano, hei de aprimorar minha terceira língua, o espanhol (que fiz por três anos), elaborar um projeto de doutorado, dando continuidade a esta pesquisa. Penso em analisar os discursos que se projetam sobre a identidade dos EUA e do Islã atualmente, na certeza de que nunca estaremos saciados de conhecimento; estaremos sempre buscando algo que nos complete, embora certos de seremos sempre seres incompletos!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Trad. Miriam Ávila *et ali*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CORACINI, M. J. R. F. **A celebração do outro:** arquivo, memórias e identidade. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-saber. In: Mota, Manoel Barros da (org.) **Poder e saber.** Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2001.

Caros leitores

Guerra

Comecemos pelas últimas eleições estadunidenses – que são indiretas – cheias de recontagens de votos e que, ao final, elegeram um presidente com menos de 500.000 votos em relação ao seu concorrente imediato, Al Gore. Por conta disso, Bush passou a ter vários problemas internos com o seu próprio povo, devido a várias medidas anti-humanistas tomadas por seu governo. O Parlamento passou a retaliá-lo, não aprovando os vários projetos de investimentos bélicos apresentados e, principalmente, a tal da rede antimísseis tão almejada por Bush júnior e pelos financiadores de sua campanha, a indústria bélica, a que mais fatura no mundo! Os problemas externos também começavam a fazer parte da rotina do presidente Bush. Depois de não assinar o Tratado de Kyoto e de não comparecer ao encontro de Durban, na África do Sul, a opinião pública internacional começou a vigiá-lo mais de perto. Não foi à toa que os Estados Unidos foram excluídos da Comissão de Direitos Humanos da ONU, depois de terem deixado de aderir a grande parte dos tratados internacionais de direitos humanos vigentes – Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; dois protocolos do Pacto de Direitos Civis e Políticos; Convenção contra o Apartheid; Convenção sobre a Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e de Lesa-Humanidade; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; Convenção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e sem Famílias; Convenção sobre a Supressão do Tráfico de Pessoas e a Exploração da Prostituição de Terceiros; Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados; Convenção de Ottawa de 1997, que proíbe as minas antipessoais. Os Estados Unidos tampouco votaram pela criação de uma Corte Penal Internacional e, ao ratificar o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, formularam reservas a diversos artigos, entre eles o o 6.5, que proíbe a aplicação da pena capital por delitos cometidos antes dos 18 anos; e, em nome da liberdade de expressão, ao artigo 20, que proíbe a propaganda de guerra, do ódio nacional, racial ou religioso, essa mesma que depois do dia 11 de setembro o governo Bush vem fazendo com o apoio de toda a opinião pública internacional, execrando o povo árabe, apontado como inimigo antes mesmo de qualquer certeza. Oficialmente, até o momento, não houve ninguém que assumisse a responsabilidade pelo ato do dia 11. Mesmo assim, Bush insiste em uma vingança dobrada para servir de lição a quem ousar fazer terrorismo contra os EUA. Dessa vez, ele escolheu o Afeganistão. Pergunto: quem realmente saiu ganhando com tudo isso, senão o próprio governo Bush? O que não foi mostrado nem discutido foi mais de 100.000 radicais de direita estadunidense comemorando o atentado de Oklahoma City, em abril de 1993, que matou mais de 165 estadunidenses. Esses radicais estadunidenses também seriam suspeitos, não?

Guilherme Carvalho, Brasília, DF

Perdemos a razão nesse dia 11 de setembro, foi um ataque de 1,99 dólar contra a bilionária-geringonça bélica americana. Partindo desse pressuposto, torçamos para que alienígenas invadam aqui o planeta estrupício para nos ensinar, com letras grandes e figurinhas para colorir, a teoria e prática da civilização, módulo básico.

Haroldo Val de Lobo, Rio de Janeiro, RJ

Já não bastasse sermos invadidos diariamente por filmes hollywoodianos de todas as categorias, por músicas imbecilizantes, por altos níveis de colesterol, toda idolatração indireta, estou me sentindo na própria metrópole de cores: azul, vermelha e branca. Basta andar pelas ruas e assistir ao desfile. Vamos lutar para conhecer novos horizontes, mas não ser manipulados por esses horizontes!

Thayanne Silva, thayannesilva@bol.com.br

Prefeito de Campinas

Queria solicitar a este órgão de imprensa que acompanhe a apuração do crime ocorrido em 10 de setembro na cidade de Campinas. Perdemos nessa data a vida de Antônio Carlos da Costa Santos, nosso prefeito, eleito pelo Partido dos Trabalhadores, que nos oito meses de governo honrou com dignidade o cargo, assumindo seu lugar junto ao povo, questionando as estruturas cristalizadas, que há vários anos assolam a cidade e excluem a maioria da população de ter uma vida digna. Choramos sua partida, pela sua pessoa, sua família e pela esperança de mudanças que ele representava e pela construção da democracia que sua postura política representava. Gostaria de reproduzir a fala do maestro Aylton Escobar, que expressa o tamanho da dor em nosso coração: "...Perdemos um sonhador ao nosso lado e um realizador à nossa frente".

Tânia Franzoni, Campinas, SP

Abujamra

Ei, acabei de ler a entrevista do Abujamra. Achei o mau humor dele uma coisa meio fabricada, de quem quer mostrar atitude. Mas a parte em que ele falou do Brasil é muito legal. Concordo plenamente com ele, no que diz respeito à nossa absoluta falta de perspectivas. Isso aqui é uma merda, e a única saída é o aeroporto internacional, com passagem só de ida. A solução é ir embora e levar quem puder para algum lugar do Primeiro Mundo. Eles têm atentados terroristas, mas pelo menos as seguradoras pagam os prêmios em moeda forte.

Sílvio Mauro M. Monteiro, Fortaleza, CE

Professor Aziz

A entrevista com o professor Aziz Ab'Saber é uma aula magna de história da ciência. Um exemplo do que significa elaborar conhecimento para a elevação da consciência humana. Nos permita uma reparação: Carapicuíba e Itapevi, cidades da Grande São Paulo, estão localizadas na zona oeste e não na leste, como foi publicado. Possivelmente, um pequeno equívoco na transcrição da entrevista.

José Medeiros da Silva, Carapicuíba, SP

Homens e livros

Talvez eu seja um pessimista crônico, mas nem por isso deixo de expressar minha indignação contra o atual sistema educacional. É de espantar como as escolas prometem o impossível, tentando tapear seus alunos com fórmulas mágicas. Puro engodo, usurpam de nós o bem maior: o interesse pelo conhecimento. É deplorável ver como a cada dia surgem mais livros descartáveis, enquanto que verdadeiras obras são relegadas. Tomara que Monteiro Lobato esteja errado, porque, se um país for construído com homens e livros, então o Brasil nem começou o alicerce.

Frank Severiano Gomes Rodrigues, Anápolis, GO

FGTS e dívidas

O projeto que permite a utilização do FGTS para amortizar financiamentos imobiliários deve ser sancionado sem vetos. Afinal de contas, o dinheiro pertence ao trabalhador e só ele pode decidir o que fazer com ele. Aqueles que devem ao SFH já podem usar o FGTS, então, por questão de justiça, o mesmo tratamento deve ser dado aos demais devedores de financiamento imobiliário, em qualquer instituição, fundo de pensão etc.

Edivan Batista Carvalho, Brasília, DF

Homenagem ao rei

Há no rei Roberto Carlos uma característica que permanece inalterada desde o dia em que ele entrou numa pequena rádio de Cachoeiro de Itapemirim: a humildade com que trata o ato de cantar. Ao contrário de Pelé, Roberto nunca se referiu a si mesmo na terceira pessoa. Mesmo nos momentos de cegueira religiosa, nunca impôs seu Deus. Nunca usou a realeza para pregar. Durante a visita do papa, o homem se ajoelhou diante dele com uma timidez comovente. É do mesmo jeito que Roberto trata suas canções e, principalmente, seu público. Ele se aproxima do microfone, como quem anda pelos corredores de uma loja de cristais Baccarat. E, quando o segura, o faz como quem segura uma ▶

Como anda a greve nas universidades federais

CAROS AMIGOS

ano V - número 55 - outubro 2001 - R$ 4,90

www.carosamigos.com.br

A Guerra de Bush

por: José Arbex Jr. Roberto Romano Ana Miranda
Sérgio Kalili Georges Bourdoukan Marcelo Manzano
Luis Sergio Modesto Mylton Severiano Ildo Sauer
Emir Sader Rui Martins Luiz Fernando N. Garzon
Renato Pompeu Marcos Terena Carlos Castelo Branco
Guilherme Scalzilli Maria Luísa Mendonça Caio Mourão

E MAIS:

Guto Lacaz
Adão Iturrusgarai
Leo Gilson Ribeiro
Luís Paulo de Sá
Frei Betto
Jarbas Medeiros
João Pedro Stedile
Mariana Ianelli
Ferréz
Jairo Arco e Flexa
Gilberto F. Vasconcelos
Guilherme Azevedo
Claudius

9 771414 221008 00055

ISSN 1414-221X

David Hathaway

A Ameaça dos Transgênicos

DOS CÉREBROS ÀS BOMBAS, ALTERNATIVAS DO IMPÉRIO

por Roberto Romano

Hegel explica a guerra dizendo que não existe juiz do mundo. Comentando Maquiavel, já Fichte escrevera que seria "inevitável a guerra contínua entre os Estados, pois entre eles, ao contrário do que ocorre entre os cidadãos de um Estado (...), jamais se assegura o reino de um direito firme". Ampliar o poderio até o ponto de "incorporar sob ele a espécie inteira é conforme a um instinto enraizado por Deus na alma dos homens". Nação que não se expande encolhe. Essa é a norma a ser obedecida pelos países que não desejam ser escravos. Benefício pedagógico das guerras modernas, diz Fichte, é que nelas europeus ensinam aos povos bárbaros "de outras partes do mundo, pelo constrangimento, a obediência do domínio civilizado. Combatendo aqueles bárbaros, a juventude européia se fortifica". Na cena internacional "não há lei nem direito, exceto o direito do mais forte". Isso dá "ao príncipe direitos divinos da soberania sobre o destino e sobre a administração do mundo, elevando-o acima dos interditos da moralidade individual, até uma ordem ética superior cujo conteúdo material se inscreve na fórmula: *salus et decus populi suprema lex est*".

Os filósofos produziram a razão guerreira dos Estados europeus e definiram os *slogans* repetidos pela CNN e pelos governantes imperiais. O elogio da força nas relações externas, o desprezo pelos "povos bárbaros" que mereceriam a morte pelas mãos dos civilizados, a segurança nacional e axiomas conexos foram ideados por gerações de teóricos europeus antes do século 20. Indivíduos como H. Kissinger nutriram-se com semelhante pão, que também alimentou inúmeros jornalistas até o nazismo. Hobbes, no século 17, mostrava que nas relações entre soberanias reina o estado de natureza, onde o homem é o lobo do homem. Cada Estado, define ele, age através da força e dos espiões, aranhas cujas redes envolvem os inimigos.

Sobre esse ponto, cito um artigo de Antônio Delfim Netto. Na *Folha de S. Paulo* (11/10/2000, página 2), ele pergunta se existe um monstro estatal que "pode quebrar códigos diplomáticos, usar tecnologia de última geração e sustentar uma rede mundial de espionagem financiada por seu orçamento e, no fim, a entrega gratuitamente ao agente privado?" Se existir essa teratologia, afirma o economista, "falar em 'mercado' e 'concorrência' soa como uma piada de muito mau gosto". Delfim menciona Jean-Charles Brisard, o qual mostra existir o monstrengo. Em texto da revista *Défense Nacionale* nº 7, julho de 2000, Brisard adianta que "a mutação do ambiente geoestratégico, depois da queda da União Soviética, conduziu a uma redefinição das missões dos serviços de informação americanos". Nos anos 90, o alvo dos EUA foi o "o suporte ao desenvolvimento econômico e comercial das empresas privadas americanas". Comenta Delfim Netto: "Já em 1992, o diretor da CIA, senhor Robert Gates, num discurso em Detroit, afirmava a 'importância fundamental e crescente das questões econômicas internacionais para a comunidade de informação' e que '40 por cento das novas ocupações da agência são de ordem econômica' ". Esses meios de informação têm o suporte dos EUA. Em 1995, Clinton deu como prioridade para o National Security Strategy and Enlargement "a coleta e a análise de informações relativas ao desenvolvimento econômico". E reafirmou que "o papel do governo é o de um sócio (*sic*) do setor privado, agindo como um defensor dos interesses econômicos nacionais". Há debates nos EUA sobre a moral e a constitucionalidade de agentes governamentais recolherem informações para o setor privado. Ele se concentra, avança Delfim Netto, na legalidade dos serviços de informações para realizar tais atos e sua difusão a empresas privadas. Há, também, o problema da sua moralidade diante das regras comerciais estabelecidas pela OMC, organismo que caminha para a desmoralização graças ao comportamento dos países líderes mundiais. O debate continua. Enquanto isso, o senhor James Woolsey, sucessor do senhor Gates na CIA, revelou, candidamente, que "muitos bilhões de dólares de contratos para as empresas americanas foram obtidos com o uso dos dados coletados pelos serviços de informação". O texto citado ajuda-nos a entender a política externa dos EUA. Na ação guerreira, eles são ainda mais duros. O nosso economista demonstra, em poucas linhas, a tolice dos que entoaram loas ao fim do Estado, da soberania nacional etc.

PRIMEIRA ALTERNATIVA

O modelo imperial mais cômodo para os EUA faria com que capitais americanos fossem impostos aos dominados, criando elites locais transnacionalizadas sob comando das hegemônicas. Nos países dominados, assumiriam o poder tecnocratas liderados por congêneres norte-americanos. Os instrumentos da hegemonia (técnicas de ponta, serviços que empregam intensamente saberes científicos, finanças etc.) permanecem nos EUA. As elites "locais" não operariam mais na lógica do Estado nacional, recusando conceitos "ultrapassados", como os que definem a idéia de "soberania". Tal lógica e encontra nos intelectos de universitários, jornalistas, políticos e outros, subservientes às ordens dos fortes.

Segundo Robert Cox (*Production, Power and World Order: Social Forces in the Making of History*), para o controle internacional dos EUA seria preciso "conseguir intelectuais com influência, ouvidos pelos que tomam as decisões nas cúpulas, ou mesmo se tornando, eles próprios, os que decidem, formando equipes decisórias em termos políticos". Tal missão foi vista como "luta pela democracia" no mundo. Leiamos a opinião do ex-secretário de Estado George Schultz, em texto da revista *Current Policy* (número 456, do Departamento de Estado, Bureau of Public Affairs, Washington, fevereiro de 1983). Ali, temos o programa para treinar elites universitárias do mundo em prol da "democracia". O segundo passo desa estratégia seria "inculcar os princípios e práticas da democracia e o caráter e valores dos Estados Unidos nos sistemas educacionais de outros países". Isso implica, adianta o político norte-americano, penetrar nos sistemas educacionais e na mídia dos países-alvo.

O terceiro passo é organizar partidos, mídia, negócios e grupos civis nos países-alvo. Pensa Schultz que "devemos reunir organismos não-governamentais norte-americanos para a maior parte do trabalho". O quarto item é "dirigir idéias e informações" endereçadas às elites e, através da mídia, atingir influência nas massas, exaltar os padrões americanos de vida. O quinto item é desenvolver laços pessoais e institucionais entre equipes americanas e as dos países-alvo. Esses itens entram na agenda de cooptação de universitários dos países-alvo. Os resultados dessa política não são garantidos, embora muitos universitários, elevados ao poder em seus países, tudo façam para seguir a lei do cão contra os seus povos, para agradar os EUA.

SEGUNDA ALTERNATIVA

Os EUA receitam o Estado mínimo para os povos sem tecnologia e sem força bélica, mas não renunciam aos controles do Estado moderno. O monopólio da força, eles o exercem, é o que sempre vemos. O da norma jurídica, eles o movimentam com atentados ao direito internacional, como a "lei" que lhes garante invadir países onde estejam criminosos ou supostos criminosos. Eles usam o jurídico em defesa da sua propriedade, através de pressões sobre os países dominados, como no caso das patentes. Eles abusam do monopólio sobre o excedente econômico mundial através de um protecionismo ímpar e sanções a produtos vindos dos países subordinados.

Desde 1928, indica Noam Chomsky (*Deterring Democracy*), os EUA tentam controlar o Golfo e os seus arredores, tendo em vista o manancial petrolífero e demais riquezas. O governo americano precisou escolher entre o modelo (preferido por ele) descrito acima (treinar elites subordinadas aos seus fins de potência) ou penetrar diretamente, instalando-se nas terras submetidas. As antigas nações coloniais se estabeleceram nos territórios dominados com aparelhagem bélica e administrativa adequada. Mas abandonaram tal prática desgastante nos anos 60 do século 20. Como controlar o espaço físico submetido, quando intelectuais apaniguados são ineficazes? Usando metralhadoras. Os norte-americanos iniciaram a sua prática, malsucedida, de criar lideranças armadas que no início a eles se submetem e depois rejeitam os seus ditames. Eles geraram Saddam Hussein e outros, chegando a Bin Laden.

A guerra recomeça no território afegão. Ela exibe o duplo fracasso americano de impor o mando pelas "elites nacionais" subordinadas ou criando líderes que deveriam ser autômatos. Kissinger, leitor de Hegel e de Fichte, aconselha o uso da força, algo que ele sempre fez quando no governo. Mesmo com a óbvia inutilidade, para os EUA, em prazo longo, de tal política, os cérebros acadêmicos e jornalísticos que formam o imaginário norte-americano insistem na violência física. Talvez sirva de consolo saber que Hegel, após afirmar a inexistência de um juiz mundial, indique algo estratégico: os impérios se sucedem e muitas nações perdem hegemonia devido à mera contingência, não prevista pelos seus governantes. Os alemães, parece, aprenderam a lição. Há contingência em demasia na vida internacional. Esperemos. É bom lembrar que as duas alternativas referidas acima podem, muito bem, se combinar. Para desgraça dos povos livres e pobres, e proveito dos atuais senhores do mundo. □

Roberto Romano é professor de ética e de filosofia política da Unicamp.

MÁS NOTÍCIAS

por Sérgio Kalili

Antes de começar a falar da paranóia em que vive o povo america2no, e estou bem no meio dela, vivendo-a diariamente, é preciso se dar conta de que críticos e críticas brotam até em jornais universitários de um Estado de forte tradição conservadora como o Arizona. Meu colega de república, que perdeu parentes na Guerra do Vietnã, deixou a última edição do jornalzinho do *campus* em minha escrivaninha. "Presidente bronco... Dizemos que estamos lutando numa guerra contra o terrorismo; o uso sistemático de violência como um padrão para intimidar e coagir sociedades ou governos nos transforma em próprios terroristas", Sabrina Fladness, estudante. Outro estudante, Joseph Simek: "...Agora, sua geração tem a sua guerra. É mesmo? Se essa é minha guerra, então deixe-me primeiro perguntar: quem é o inimigo? O presidente Bush diz que é qualquer um que abriga terrorista. Então, quem nós deveríamos bombardear? Afeganistão e Oklahoma? Isso sendo dito, deixe-me contar que minha guerra é contra racismo, preconceito, ignorância e violência."

Os movimentos de direito só perderam força com a violência. Manifestações pela paz aconteceram em Nova York, Chicago, Phoenix... Mas agora elas ficaram ralas e fora de moda. Músicas como o ode pela paz de John Lennon, *Imagine*, foram banidas. Algumas rádios mudaram a programação por causa do atentado.

Políticos e estações de televisão conservadoras, como a Fox (o canal favorito da atual administração), aproveitam a cegueira de um povo traumatizado para reforçar preconceito, discriminação, patriotismo exacerbado e paranóia. Segundo uma pesquisa da CNN/Gallup, 65 por cento dos americanos acreditam que ainda existam terroristas vivendo entre eles. A neurose é tanta, que nós, estrangeiros, e os americanos que não participam dela ficamos entre rir ou lamentar. Abro o jornal e troco figurinhas com minha informante em Nova York, minha irmã, que não dorme direito desde que as torres caíram. Agora, eles não querem perder o outro mais alto, filas enormes esperam a revista para o Empire State. Falo também com amigos em Portland, Maine, o Estado mais branco dos Estados Unidos (o preconceito pega forte lá), e Chicago, Illinois. Mas, voltando para o deserto, outro dia uma amiga do Arizona me liga desesperada. Ela não comia e não dormia direito fazia dias. "Minha família tem medo de que algum árabe com vírus embutido no corpo mate milhões assim que a porta do avião se abrir." Matar milhões com um único escarro! Minha irmã lembra de outra. "Meu colega de escritório comprou duas mascaras contra guerra bacteriológica para ele e a namorada." A procura por máscaras foi tanta, que muitas lojas não tinham mais para vender.

Chefes de departamento, diretores, proprietários reúnem o pessoal para acalmar os ânimos. Onde trabalho, as pessoas se fecharam durante duas horas em uma sala para desabafar. A vida não tem sido fácil por aqui, alem das imagens de pessoas pulando, explodindo, queimando, desabando, ameaças de bomba viraram praga.

O medo não é exclusividade ianque. Tenho sido acordado por amigos e parentes do Brasil perguntando se está tudo bem e pedindo para que volte. O mesmo acontece com vários conhecidos que moram nos Estados Unidos.

O terror espalhou tensão e violência. Logo nas primeiras horas após o massacre em Nova York, mesquitas sofreram atentados, *sites* árabes foram fechados pela quantidade de mensagens de ódio, imigrantes xingados na rua. Alguns do Oriente Médio apanharam nas universidades, outros tiveram o carro queimado na garagem. A polícia visitou cada imigrantes do sul da Ásia e Oriente Médio, oferecendo proteção. A escalada foi aumentando. Até que três estrangeiros foram assassinados no Texas, na Califórnia e o terceiro aqui no Arizona, em Mesa, cidade próxima à minha, Tempe. Tempe é uma das cidades universitárias do Arizona. Mesa foi a cidade escolhida pelo já presidente Bush em sua visita este ano ao Arizona. É uma cidade conservadora, conhecida pela religiosidade. Diz a polícia que, em uma mesma noite, o feroz Frank Silva Roque rodou a cidade atrás das presas. Tentou acertar um libanês com uma de suas pistolas semi-automáticos, um descendente de afegãos e obteve sucesso após atirar e matar um homem por causa da cor escura, da barba longa e do turbante característico de um *sikh*. Ato consumado, Roque gritou: "Sou patriota!" O irmão da vítima foi à televisão para explicar que, apesar da aparência, são americanos. No dia seguinte, o pequeno mercado em frente à minha casa, propriedade de uma família de indianos, pregou a bandeira americana na porta. Minhas vizinhas do Japão colocaram uma gravata do Tio Sam. É proteção contra loucos. Como disse o presidente Bush: "Ou estão do nosso lado ou do lado dos terroristas".

A agressão não pára e quem a pratica não tem vergonha. Seja no Brasil onde alguns os chamam de "assassinos", seja aqui, onde árabes são encarados na rua, ameaçados, revistados e retirados de aviões por causa da roupa, da cor, dos olhos, do rosto. A simples presença é uma ameaça à tripulação. Em um dos vôos, um garoto de 15 anos, descendente de sauditas, foi removido por ordem do comandante. Um tripulante explicou que o menino se ajustava ao "perfil". O *New York Times* recolheu algumas vozes desse povo que há tempos não era tão discriminado. Elas chegam de uma mesquita no Brooklyn, Nova York. Mouhamed Ayesh: "Talvez eu não pareça um menino branco, mas esta tragédia também me machucou". Ali Safwai: "Eu tenho 80 anos. Vivo em Nova York desde 1959. Não entendo o que está acontecendo". Está claro para Nadeem Salem, líder da Associação Arábe-Americana, em Ohio: "Pense o que isso realmente significa: a liberdade civil das pessoas está sendo manchada, comprometida".

Eles deram a senha, vale tudo. E começou no mesmo dia do ataque. Derrubaram portas, prenderam gente inocente... Gente de rosto árabe, frágil e pacifico, gente de meia-idade algemada para todo o mundo ver. Gente inocente que teve documentos roubados ou nem isso. Alguns dos nomes divulgados estavam e podem estar errados. O FBI acusou Salem Alhazmi como um dos homens que derrubaram o avião no Pentágono. Da Arábia Saudita, Alhazmi descobriu que era um dos seqüestradores e que havia morrido. Tivera o passaporte roubado.

Bush está à vontade. Joga o seu jogo e com apoio popular. Ele faz "justiça". Foi o governador que permitiu o maior número de execuções na história americana, 153. "Esses que fizeram guerra contra os Estados Unidos escolheram a própria destruição." Sua assessoria monocromática de idéias vai do menos conservador para o mais. "Será um negócio repugnante, perigoso e sujo", diz um dos tutores e vice-presidente, Dick Cheney.

O macarthismo está de volta. Pelo menos em paranóia. Mas o inimigo não é vermelho e muitas vezes só tem pele e rosto de culpado – sem cometer qualquer crime. O Departamento de Estado tem recebido pilhas de denúncias. Algumas de dedos-duros sem certeza do que estão falando, seguindo o "perfil". Segundo o Departamento de Justiça, "134.000 pistas e dicas" saíram do povo. O FBI recebeu 70.000 contatos através da Internet, 60.000 chamadas telefônicas. O Departamento de Estado estabeleceu a recompensa para a captura dos terroristas que participaram do atentado de 11 de setembro, 25 milhões de dólares.

Os grupos de direitos civis, humanos etc. estão chiando, mas são minoria no momento, são como *hippies* fora de moda, nem com o megafone do Bush e um bombeiro do lado seriam ouvidos. Talvez o tempo seja mais forte ou possíveis estragos no pobre Afeganistão acalmem os ânimos da vingança, da mágoa. Enquanto isso, quanto mais neurose, perigo, medo, melhor para um presidente que deixou a baixa popularidade para alcançar mais de 80 por cento de aprovação. Ele encontrou a cara do inimigo, que, apesar de barbudo, não tem nada do Che, como andam dizendo por aí. Aquele nunca mataria sem mostrar a cara, muito menos mataria povo.

Quase tudo é colírio para uma nação traumatizada que quer vingança. Quem sabe o corte de impostos para rico. Protocolo de Kioto, fim de reservas ecológicas no Alaska, defesa antimísseis deixem a nação mais forte? Está tudo bem agora, ele é até carismático. Leu direitinho o discurso, parece até que escreveu. E, se a lei ou o regulamento não permitem, mude-se a lei. Quem vai pagar? Primeiro, o estrangeiro; depois, quem estiver pela frente. Um projeto que circula no Congresso daria mais autoridade ao governo para acelerar processos de expulsão e reduzir as chances de apelação de um imigrante. Outra coisa, o presidente anunciou leis que permitem ao Departamento de Justiça deter qualquer imigrante, por prazo indeterminado, durante uma situação de emergência nacional como a atual. Normalmente, se nada de errado fosse encontrado, o suspeito não poderia ficar preso mais de 24 horas. Grupos de direitos humanos tem criticado esse tipo de detenção indeterminada em outros países, notando que ela sempre é usada por governos repressivos que colocam dissidentes na cadeia por longo tempo.

A emissão de vistos tende a ser mais restrita. Alguns terroristas teriam entrado com visto de turista, outros como estudantes, apenas três teriam cruzado a fronteira de maneira ilegal. O governo também estuda um sistema de banco de dados que possa rastrear cada um que entra e sai do país. Dick Cheney tem declarado que a política de emissão de vistos precisa ser revista. Por tudo isso, muitos estudantes árabes estão indo embora. "Nós não vamos esperar até que alguma coisa aconteça com a gente, por isso decidimos partir", diz Ahmed Al-Junaibi, 22, cuja família vive nos Emirados Árabes. Esse, eu não conhecia, mas depois vi na televisão local um que era amigo meu, dos tempos de escola de inglês, aqui no Arizona, falar a mesma coisa.

O presidente começa a anunciar suas listas de gente e empresas com bens congelados por suspeita de envolvimento com terroristas. "É importante, conforme esta guerra progrida, que o povo americano entenda que tomaremos decisões baseadas em informações secretas e não colocaremos nossas fontes em risco. Não tornaremos a guerra mais difícil através da publicação de informações secretas." E emendou: "Esta lista é só o começo." Ainda tem muito mais. O Departamento de Justiça espera alargar a vigilância obtendo autorização do Congresso para usar escutas telefônicas, gravadores em computadores e mais uma variedade de poderes que ajude a lutar contra o terrorismo e a xeretar a vida de qualquer um. A gente já brinca por aqui que estão nos escutando, gravando e lendo.

Diz o senador conservador republicano do Alabama e vice-presidente do Comitê de Inteligência do Senado: "Precisamos ser muito mais agressivos". Alguns líderes do Congresso acreditam que agentes da CIA. necessitam de mais liberdade para combater o terrorismo, recrutando agentes sujos, com abusos dos direitos humanos na ficha. Desde que o papel da agência em assassinatos no exterior ficou conhecido, o governo tem imposto regras mais rígidas, e o Congresso vigiado os espiões americanos. Atualmente, eles ainda são proibidos de adotar ou participar de conspirações ou planos que tenham como objetivo explícito assassinar um líder terrorista. Bush pai, que foi diretor da CIA durante os anos 70, torce para o filho "libertar o sistema de inteligência de algumas restrições". Segundo o regulamento atual, seu filho teria de autorizar pessoalmente tais mudanças à direção de operações da agência.

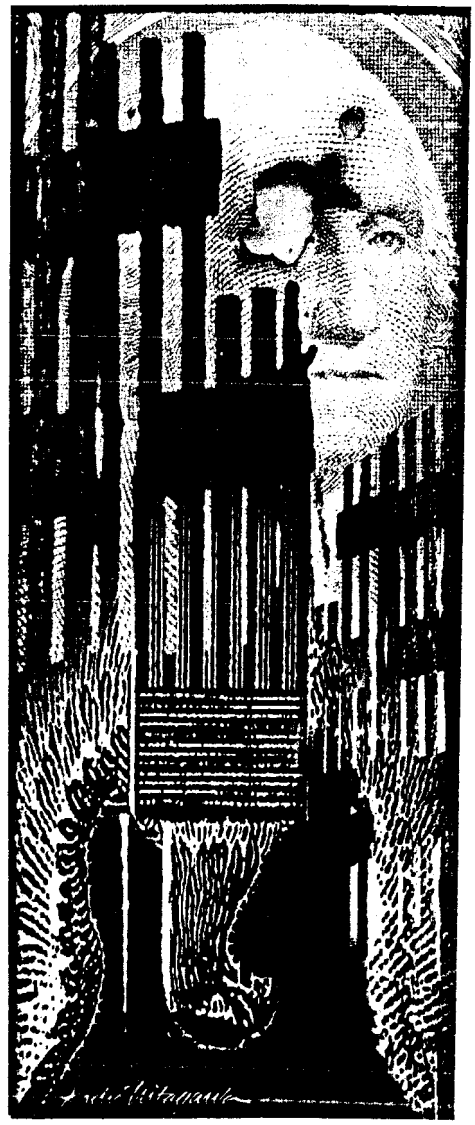
Gosto é do Maradona: "Choramos pelos mortos, mas não precisamos seguir tudo o que Bush diz". □

Sérgio Kalili é jornalista.

O CRASH-CRASH DE NOVA YORK

Será que estamos presenciando o nascimento de um "mundo novo", uma "nova ordem internacional"? Ou será apenas a história se repetindo como farsa?

MARCELO MANZANO



"Não sei o que torna o homem mais conservador: conhecer apenas o presente ou apenas o passado."
John. M. Keynes,
O Fim do Laissez-faire (1926)

O olho lindo da menina de turbante...

De uma hora para outra, as coisas deram para abrir a boca; os sentidos bateram em revoada. Aqui, mataram o prefeito de minha cidade, na CNN outros voaram secos para o peito de Alá. Da Internet, espíritos atiçados me pedem para falar sobre a obstinação do prefeito e os santos, a economia e os loucos

O que dizer? Há quem possa dizer alguma coisa?

Será que estamos presenciando o nascimento de um "mundo novo", uma "nova ordem internacional"? Ou será apenas a história se repetindo como farsa?

Como farsa que se preze, a tragédia de Nova York é dramaticamente emblemática. A começar pelo totem destruído, com o insuspeito nome de World Trade Center (Centro Mundial do Comércio) e formado por dois obeliscos iguais. Onde já se viu? Ao som de um dueto surdo, ao mundo se anuncia o *remake* sensacionalista do filme de 1929. Com trágica ironia, encerra-se o debate entre economistas sobre o tipo mais provável de aterrissagem da "águia americana" (*Soft landing* ou *hard landing*? *Crash landing*.). No campo dos absurdos, pelo que nos informa a CNN, Bin Laden, ou quem quer que tenha sido mentor dos ataques aos EUA, pode ter financiado sua aventura aproveitando-se de *inside information* para especular contra as empresas que ele mesmo detonou. Trata-se, pois, de um ousado terrorista ou um fanático investidor? No mercado financeiro, haverá quem diga que o *pig spirit* deu o tombo em *bears* e em *bulls*.

Certamente, a guerra que se anuncia será diferente da "guerra total" que o mundo conheceu na *Era dos Extremos* de que falou Hobsbawm. Contudo, infelizmente, o cenário econômico que antecedeu a Segunda Guerra e o cenário atual são assustadoramente parecidos.

Naquela época, assim como hoje, o mundo vivia sob a hipnose do liberalismo econômico e líderes das nações ricas se reuniam de tanto em tanto para traçar metas de abertura comercial e financeira. Depois de atravessarem sérias crises inflacionárias, os mercados de capitais viviam, também nos anos 20, um clima de "exuberância irracional". Sem imaginar que previa o futuro, Karl Polany, em 1944, buscando entender a relação entre o cenário econômico do pré-guerra e a tragédia a que assistia, escreveu que, "em todos os lugares, homens e mulheres pareciam ver o dinheiro estável como a necessidade suprema da sociedade humana". Assim como hoje, também naqueles anos muita gente séria apontava para o estrangulamento da ordem econômica de então, para as tensões que se acumulavam na sociedade e, assim como hoje, a crise precipitou-se com enormes repercussões para todo o mundo.

Se naquela ocasião foi preciso ruir a bolsa de Nova York para que os governantes, de esquerda ou de direita, se dessem conta do frágil terreno em que tinham fincado as suas botas, a explosão das torres gêmeas, ícone supremo da farsa, deverá precipitar uma grave crise econômica que, ademais, já era esperada.

E que ventos nos reservará o futuro? Economistas, como todos os demais profissionais das ciências humanas, mal conseguem avaliar o presente. Quando muito, a análise cuidadosa do passado parece ser a melhor maneira de evitar novos sustos. Se isso é verdade, o pouco que se pode dizer sobre os rumos da economia mundial daqui para frente é que ela provavelmente seguirá caminhos semelhantes – mas não idênticos – aos verificados na década de 30.

Num primeiro momento, é provável que haja uma recessão mundial, não somente como decorrência de um eventual acirramento do conflito político, mas principalmente porque a economia mundial já vinha dando sinais de desaceleração, fruto de um processo de valorização artificial de ativos financeiros. E o que foi então esse processo?

Desde o início dos anos 80, sob pressão de ideólogos de organismos internacionais como FMI e Banco Mundial, foram sendo eliminadas as regulamentações que segmentavam os mercados financeiros. Sem o pendão da fidelidade, e com ajuda de novas tecnologias de informação, avança-se rapidamente para uma exacerbada promiscuidade financeira. A partir de então, com um empréstimo bancário nos EUA, por exemplo, torna-se possível investir em rentáveis títulos da dívida pública de países emergentes (como o Brasil), que podem ser usados como garantia na compra de ações de um grande empreendimento de hotelaria em Cingapura, que pode estar associado a um fundo de pensão espanhol que, por sua vez, poderia apostar contra a moeda do Brasil, que para defendê-la venderia mais títulos, e assim por diante.

Evidentemente, assim como aconteceu na década de 20 e como já alertava Keynes, a liberalização de capitais, na medida em que permite uma contaminação entre os vários mercados, amplifica os riscos e as incertezas inerentes do capitalismo, desestimulando o investimento produtivo, reduzindo o crescimento da renda e o nível de emprego e, ao mesmo tempo, enriquecendo os credores líquidos do sistema, isto é, aqueles que têm dinheiro para emprestar.

Ora, foi esse o cenário que o avião da American Arlines encontrou pela frente. Faltava apenas um empurrãozinho. Só que agora, a partir dos ataques aos americanos, o maior beneficiário destes anos de sangria liberal posará cinicamente de grande vítima, enquanto seu presidente satisfaz a gana de seu eleitorado atacando o árabe da vez.

Nós, brasileiros, assim como o resto do mundo, enfrentaremos um período de vacas magras. Frente a uma situação de grave instabilidade econômica e política, as economias tendem a se fechar, buscando defender a renda nacional dos terremotos da economia global. Lembrando mais uma vez o período da Grande Depressão, o pêndulo da história deverá inverter seu curso e estratégias protecionistas e autárquicas devem voltar à moda no cardápio das receitas econômicas - independentemente da coloração ideológica dos governos de plantão.

Infelizmente, contudo, ao que têm sinalizado os atuais gerentes das economias brasileira e argentina, corremos o risco de ser um dos últimos a arredar pé da nau suicida do fundamentalismo liberal. Em 1999, vale lembrar, a despeito de todas as evidências, nosso governo só abriu mão da paridade cambial quando tocou o nariz na lona, depois de perder 40 bilhões de dólares numa queda de braço com o mercado. E, apesar de menos explícito e menos cinematográfico, o fundamentalismo econômico tupi certamente levou a doses de sofrimento tão ou mais inadmissíveis quanto as verificadas no WTC – mas Alá há de zelar por nós e quem sabe a equipe do senhor Malan consiga com perspicácia e juízo tomar as rédeas enquanto é tempo.

Curiosamente, apesar do tombo que tomaremos no curto prazo, as perspectivas de longo prazo podem ser mais animadoras. Obrigados a nos dedicar mais ao mercado doméstico, o Brasil terá a chance de, talvez, reconstruir sua base industrial, reanimando a produção e o mercado de trabalho. De qualquer modo, com a profunda desnacionalização ocorrida nos últimos anos e a sinuca financeira em que nos metemos, a tarefa da reconstrução não será nada tranqüila. Exigirá não só grande esforço e competência técnica, como, principalmente, ousadia de desobedecer os mandamentos liberais – como mostra a experiência recente da Malásia, que rasgou a cartilha e bloqueou a saída de capitais do país –, os mercados, apesar de dissimulados, aceitam mais heterodoxia do que se costuma anunciar.

Do ponto de vista político, é fundamental que a coalizão de forças que venha a vencer a próxima eleição consiga aglutinar os diversos setores sociais que defendem com firmeza os interesses do conjunto da nação. Mais do que nunca, está claro que a subordinação do país ao mercado internacional a título de integração ao mundo globalizado foi uma estratégia de alto risco e custo por demais elevado. Contudo, assim como nos anos 30, a crise que se anuncia pode ser o remédio amargo de que precisávamos para tomar coragem e mudar o rumo da história que nos escapava pelos dedos. □

Marcelo Manzano é economista, *e-mail* manzano.m@uol.com.br

A NONA CRUZADA

GEORGES BOURDOUKAN

Em 1917, o general Allemby, comandante do exército britânico que ocupou a Palestina, proclamou ao atravessar os portões de Jerusalém: "Hoje terminaram as cruzadas". Três anos depois, outro general, o francês Gouraud, assim que suas tropas ocuparam Damasco, correu até o Mausoléu de Saladino e pronunciou uma frase que até hoje fere os ouvidos de árabes, sejam eles cristãos, muçulmanos ou judeus: "Voltamos... Saladino".

Os dois generais afogaram seus rastros com sangue, a exemplo de seus antecessores, os cruzados que, não satisfeitos em matar e estuprar, promoviam festins de canibalismo, como está fartamente documentado.

Confesso que reluto em crer que o terrível atentado contra o TWC tenha sido praticado por muçulmanos. Acredito que ele seja mais uma obra de fundamentalistas americanos ligados a Mc Veigh, o acusado de explodir o prédio de Oklahoma, porque um dos preceitos básicos do islamismo diz que, durante uma luta, as mulheres e as crianças são sagradas e devem ser poupadas. E o que não pode ser transportado não deve ser destruído.

O atentado ao TWT é a negação de tudo isso.

Me assusta também saber que as autoridades americanas estão mais preocupadas em produzir provas contra os muçulmanos do que investigar os reais autores do atentado. Sabe-se que a economia dos Estados Unidos vem minguando há algum tempo e que a indústria bélica, depois da Guerra do Golfo, necessita de novos campos de prova, já que o armamento utilizado para matar a população civil do Iraque (cifras independentes mencionam mais de 1 milhão de mortos) está se tornando obsoleto. Atualmente, a indústria bélica fatura cerca de 1 trilhão de dólares. Além de servir como espada de Dâmocles, serve para manter no poder governos títeres e autoritários, que não medem a brutalidade. São governos de todos os credos e sobrevivem graças à vassalagem. Sua irmã gêmea, a indústria do narcotráfico, fatura outro trilhão, que sustenta Wall Street. Ou alguém acha que se pode guardar 1 trilhão de dólares sob o colchão?

É verdade que, além da Inquisição, das duas guerras mundiais e das bombas atômicas sobre Hiroxima e Nagasaki, o Ocidente é responsável pela morte de milhões de pessoas pela fome e pela exclusão. Atualmente, o mundo está polarizado entre os que possuem e os excluídos. E quando os excluídos (que representam 80 por cento da humanidade) resolvem se organizar, como aconteceu durante o Fórum Social Mundial, no Brasil, a imprensa dos Estados Unidos os ignora olimpicamente, dedicando-lhes apenas três linhas, como generosamente fez o *New York Times*.

Hoje, vivemos sob a ditadura dos veículos de comunicação, cuja representante maior é a empresa norte-americana CNN. É, sem dúvida, a maior empresa de *press release* do mundo. Ela, mais do que ninguém, é a imagem do Big Brother de Orwell. Se os americanos derrubam um avião civil egípcio, assassinando mais de trezentos passageiros, vale uma nota de duas linhas. Quando aviões americanos destroem um indústria farmacêutica no Sudão, ou atacam a população civil do Iraque durante o mês sagrado do Ramadã, os *press releases* inundam o mundo com o inexplicável. Se assassinam com bombas a filha de 5 anos de Kadhafi, mencionam-se falhas no ataque "cirúrgico". Quem mais, a não ser um governo arrogante, apoiado por uma imprensa títere, a falar em ataques "cirúrgicos" tentando equiparar assassinos a uma das profissões mais nobres como a dos médicos?

É muito mais do que uma questão de semântica.

É a cultura do *dead or alive*. Só mesmo quem não conhece a ideologia de um presidente WASP pode estranhar o abandono da conferência sobre o racismo em Durban. Ou o desprezo pelo Protocolo de Kioto ou a transformação do Alaska num enorme poço de petróleo. Isso sem falar no projeto Guerra das Estrelas e na manutenção da OTAN. Se não há mais o Pacto de Varsóvia, para que a OTAN? Só se for para manter os dois terços de excluídos em seus devidos lugares, ou seja, em currais denominados de fronteiras.

Bush e seus assessores entendem que só há uma maneira de recuperar a economia dos Estados Unidos e manter o poder sobre o mundo. Realizar a nona cruzada. Por isso, a paz não lhes interessa, caso contrário não manteriam no poder um terrorista e criminoso como Sharon, o Ariel que lava mais branco.

Quem é bin Laden?

"Nada, eles não sabem nada, nada querem saber.

Vês esses ignorantes, eles dominam o mundo."

Recorro a Omar Khayyam (1050-1122), amigo de Hassan As-Sabáh, inspirador de bin Laden, fundador da Confraria dos Assássin – plural de assás – (Al-Ká'ida), cujo significado é "fundamento". *Assássin* deu origem à palavra assassino em quase todas as línguas.

As-Sabáh era ismaelita, ramo xiita do islamismo, e vivia em Alamut, na Pérsia (Irã). Seus seguidores eram denominados de mártires, já que não abandonavam o local depois de assassinar o inimigo. Eram temidos porque não temiam a morte. Quando juravam alguém de morte, não descansavam enquanto não cumprissem a tarefa. Antes de executar a vítima na rua, nas mesquitas ou nos palácios, diziam que estavam ali para cumprir uma *fátwa*. Assassinaram cruzados e mongóis. Os militantes da Al-Ká'ida, de bin Laden, respondem que estão prontos para se tornar mártires.

Outra semelhança é o local escolhido, as montanhas do Afeganistão, já que Alamut, que abrigava os *assássin*, era também uma montanha. Alamut significa o ninho da águia.

"Vocês serão iguais se puderem ser diferentes sem estar ameaçados de tratamento desigual."

A luz vem do Oriente, já diziam os sábios. Talvez por se lembrarem do governante muçulmano Jalaluddin Muhamad (1542-1605), um filósofo, que transformou o Industão (seus limites iam do Afeganistão até a baía de Bengala, e do Himalaia até o rio Godâvari) na Andaluzia do Oriente. Isso, para citarmos apenas um exemplo. Jalaluddin, que passaria para a posteridade com o nome de Akbar (o grande), além de responsável pela tradução do *Mahabharata*, abriu as portas de seu império para os pregadores do zoroastrismo, do jainismo e, num exemplo único de tolerância religiosa, pediu a seus escribas que traduzissem o Novo Testamento, na mesma época em que os cristãos se matavam entre si. Os católicos assassinando os protestantes na França, os protestantes assassinando os católicos na Inglaterra, enquanto Giordano Bruno ardia na fogueira em Roma.

Séculos depois, o Império Britânico invadia a região e apresentava o seu cartão de visita na figura de Warren Hastings (1732-1818), que, graças à indústria bélica da época, iniciou um massacre sem paralelo na história. Mais de 120 milhões de vítimas, maior até do que os massacres levados a cabo por espanhóis, portugueses e norte-americanos contra os naturais da terra, os índios. E dos belgas, franceses e holandeses na África. Não satisfeito, Hastings vendeu o soberano Shah Alam II por 25 milhões de rúpias. Mais tarde, informado de que as princesas muçulmanas da região de Auda, mãe e filha, possuíam um tesouro de 75 milhões de rúpias, prendeu, torturou e estuprou-as. Libertou-as mediante o pagamento de 30 milhões de rúpias.

A "terra maravilhosa cujas riquezas e abundância nem a guerra, nem a peste e nem a opressão poderiam destruir", no dizer de alguns historiadores, a terra da concórdia, da paz e da integração de culturas e religiões tão diversas, como hinduístas, zoroastrianos, jainistas, budistas, fetichistas, cristãos católicos, ortodoxos armênios, se converteu, segundo o historiador Shamsudin Elia, no reino do terror, da repressão e da colonização cultural sob os britânicos nos séculos 19 e 20.

Além de várias etnias, o Afeganistão possui vários dialetos e sua resistência aos invasores é histórica, a começar por Alexandre, o Grande. Outros povos tentaram invadir o país mas foram rechaçados.

Em 1842, durante a resistência contra os britânicos, mais de 16.000 invasores foram abatidos nas batalhas de Cabul, em 6 de janeiro, e Gandamak, no dia 13. A história registra que houve apenas um sobrevivente entre os britânicos: o cirurgião Brydon, que chegou cego ao forte de Jalalabad.

O mais recente confronto foi contra o poderoso exército soviético, que depois de quase dez anos de luta acabou abandonando o país.

No Alcorão está escrito que quem salva uma vida salva a humanidade e que Deus não mudará a condição dos homens se eles não mudarem o que está neles.

Não creio que o atentado tenha sido praticado por muçulmanos, mas, ao desencadear a nona cruzada, Bush estará cometendo uma agressão que provocará um efeito dominó mais devastador ainda do que o proposto pelo ex-secretário de Estado Henry Kissinger durante a guerra do Vietnã.

E o mundo jamais será o mesmo. □

Georges Bourdoukan é jornalista e escritor, autor de *A Incrível e Fascinante História do Capitão Mouro* e de *O Peregrino*.

WASHINGTON OU CABUL? PORTO ALEGRE.

EMIR SADER

A luta por um outro mundo possível enfrenta seu primeiro dilema estratégico

FHC reagiu diante da polarização Davos/Porto Alegre e tratou de dizer que ela era irreal. Na verdade, é incômoda para os que pretendem encerrar o mundo nas alternativas em que ele se debateu e girou em falso ao longo de quase toda a década passada.

Os atentados contra os EUA recolocam na cena a polarização Washington/Cabul ou fundamentalismo de mercado/fundamentalismo islâmico. Não mudou o período histórico que vivemos desde o fim da URSS e o estabelecimento da hegemonia dos EUA como única superpotência mundial. Mas entramos numa conjuntura nova. Até 10 de setembro, as mobilizações contra a globalização liberal tinham a iniciativa e os defensores dessa ordem precisavam se pronunciar sobre as injustiças do mundo que geraram e geram. Os EUA estavam isolados e setores da social democracia européia começavam a discutir temas como a taxação do capital financeiro, enquanto setores cada vez maiores dos formadores de opinião pública aceitavam a correção das críticas ao neoliberaismo globalizado, embora uma parte insistisse que não se apresentariam alternativas.

A partir daquela terça-feira 11, o que mudou foi a conjuntura, dentro do mesmo período. Uma conjuntura que pode ser longa e que certamente deixará muitas marcas no período histórico, que continua, porque nada de essencial **nele foi mudado, a** começar pela hegemonia norte-americana, que não encontrou nenhum oponente que a questione.

Recuperando a iniciativa, passando de algoz a vítima, os EUA buscam reimpor a polarização que mais lhes interessa: entre o capitalismo neoliberal e os Estados fundamentalistas da sua periferia, caracterizada como choque de civilizações – versão internacional e geopolítica das teorias do multiculturalismo, com a primeira substituindo a oposição capitalismo/socialismo e a segunda no lugar da luta de classes.

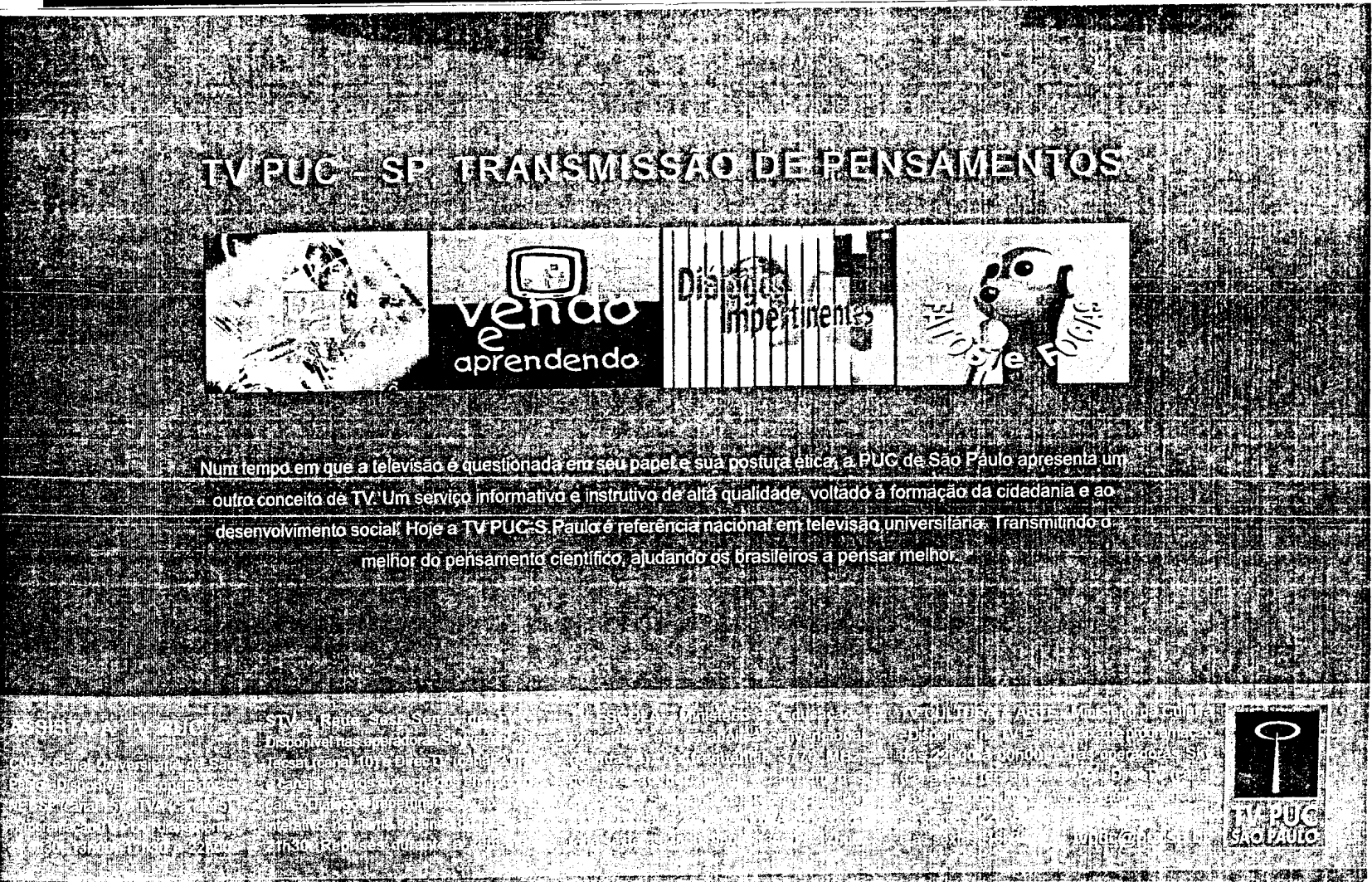
A luta por um outro mundo possível – o movimento que explodiu à superfície em Seattle, que se desenvolveu até Gênova e Durban, sempre crescendo – enfrenta seu primeiro dilema estratégico. Antes dos atentados dos EUA, havia temas como a forma de encarar as manifestações violentas, um tema de menor dimensão comparado com o que se apresenta agora. Até aquela terça 11, esse movimento crescia sempre, agora se encontra diante de um obstáculo, com a mudança de conjuntura.

O discurso da luta por um outro mundo tem as condições de articular a luta pela paz com as propostas gerais do movimento, por exemplo, não apenas apresentando propostas concretas para a negociação dos conflitos bélicos existentes – o que será feito num fórum paralelo chamado Um Mundo sem Guerras É Possível –, mas articulando a luta pela paz com aquela contra a indústria bélica, contra o comércio clandestino de armamentos e seu complemento – os paraísos fiscais, onde esse e outros dinheiros sujos são reciclados.

Essa nova situação requer que o Fórum Social Mundial de Porto Alegre (31/1 a 5/2), com mais razão, seja um lugar de reflexão estratégica sobre os passos futuros do movimento e seja o espaço de propostas sobre o mundo alternativo que queremos construir. O primeiro fórum foi uma espécie de pré-história na construção de uma alternativa internacional ao neoliberalismo. Agora se trata de começar a dar forma e um modelo hegemônico para um outro mundo e de constituir uma direção geral internacional para o movimento, que lhe dê continuidade, abrigando as mais amplas e representativas vertentes do movimento por uma globalização alternativa àquela liberal.

Recai sobre esse movimento a responsabilidade de recolocar no centro da luta política, social e cultural a polarização entre a globalização neoliberal e as alternativas – solidárias, humanistas, cooperativas – e deslocar as polarizações que interessam ao militarismo norte-americano, ao fundamentalismo religioso e aos governantes e políticas deslocados pelo que Porto Alegre passou a representar para as esperanças da humanidade no novo século.

Emir Sader é jornalista e escritor.



Cartas

Terror

Esse atentado marca o início de uma nova era para a humanidade. A tragédia ocorrida nos Estados Unidos não encontra paralelo na história mundial, pelo momento, pelas conseqüências e pelos desdobramentos que podem ocorrer em todos os níveis: políticos, econômicos e sociais. O que aconteceu hoje é só o começo.

Milton Córdova Júnior
miltoncordova@terra.com.br

Após os culpados atacarem os três grandes símbolos de poder da maior potência mundial — o financeiro, o militar e o político —, numa atitude evidentemente planejada, parece-me claro que eles estão bem preparados para enfrentar o revide americano. Todos sabemos que os Estados Unidos têm uma política de retaliação a atos terroristas, e isso inquieta. Preocupa também ninguém saber ao certo a quantas anda o poderio nuclear e biológico do Oriente Médio. Talvez seja um momento de reflexão. Porque, com ou sem guerra lá fora, a verdade é que se vive um momento de intranqüilidade aqui mesmo, no Brasil. Até se esqueceram do prefeito assassinado de Campinas.

Antonio Carlos Burin Sammartino
Barueri, SP

Essa agressão devia estar sendo planejada havia muito tempo. Tudo aconteceu de maneira organizada. Uma ação dessas já era esperada, mas não nessas proporções. O que se viu foi um ataque certeiro, meticuloso e muito bem traçado. O que me preocupa é uma retaliação americana, que com toda a certeza virá. Isso poderá gerar uma reação em cadeia e, quem sabe, uma nova guerra mundial. Os Estados Unidos responderão à altura, mas de maneira arrasadora.

Danilo Terra
nisantaterra@uol.com.br

Só estava faltando isso. O ataque foi premeditado, e os americanos não acreditaram. Agora, o mundo assiste atônito a um perigo iminente: a III Guerra Mundial. Salve-se quem puder, se puder!

Marcelo Raio
marceloraio.raio@bol.com.br

As diferentes raças, homens, mulheres, crianças, anciãos estão se esquecendo do verdadeiro significado da expressão "ser humano". É preciso ensinar-lhes novamente o significado do Deus Uno. Devemos respeitar as religiões de todos os povos, devemos reaprender a amar o próximo, como a Deus. Cada um deve procurar Deus dentro de si mesmo.

Stella C. Macêdo
Recife, PE

Não há razões que justifiquem tal barbaridade. Mas existe uma causa: a falta de evolução espiritual de pessoas que só buscam a vingança, o poder. Conseqüentemente, receberão o troco, gerando quem sabe mais guerras e mais atraso na conquista da paz mundial.

Sueli Lima
suelislima@bol.com.br

Há um bom tempo os Estados Unidos estão voltados para uma política de autoproteção. O que importa são os americanos em qualquer circunstância. O triste são os atentados terroristas, que põem em xeque a paz mundial.

Wanderson Alves
Conselheiro Lafaiete, MG

veja
DIÁRIAS
Maior ação terrorista da história coloca Estados Unidos em pânico
Bush promete revide
Quatro aviões, com 266 pessoas, foram seqüestrados e destruídos

"O Brasil e o mundo assistem perplexos aos atentados ocorridos nos Estados Unidos, cujas razões só podem ser explicadas por ganância, poder e burrice."

Claudia Carlini
cacau-love@bol.com.br

Os ataques foram muito bem planejados e em tempo para que nem mesmo a maior potência do mundo desconfiasse. A pergunta é: quem poderia estar se vingando? Saddam Hussein, talvez, o homem que esteve durante anos calado e escondido, pode ter tramado tudo isso.

Patrícia Faria Barbosa
pfbarbos@trf3.gov.br

Fico muito triste com o que está acontecendo com meus irmãos nos Estados Unidos. Estou pedindo a Deus que conforte as famílias das vítimas e que logo esse caso possa ser resolvido. Quero deixar um versículo bíblico para os parentes das vítimas: "Elevo os olhos para os montes; / de onde virá o socorro? / O meu socorro vem do Senhor, que fez o céu e a Terra" (Salmos 121:1).

Debora Maria Rodrigues
deboramr@email.com.br

A humanidade foi atingida duramente em seu princípio fundamental. O atentado ao coração financeiro do capitalismo foi um golpe terrível nos detentores do poder mundial. Para nós, simples mortais, é mais um desrespeito à vida, como vem ocorrendo no Oriente Médio, no Afeganistão e como houve no Vietnã. Acredito que a posição autoritária e prepotente do presidente americano estimulou esse terrível episódio, que deve ser condenado por todos. Para nós, simples mortais, foi um golpe no direito de viver e ser feliz.

Antonio Fernando Bruni Lucas
Pirassununga, SP

O que esses loucos pretendem? Provocar a III Guerra Mundial? Um ataque nuclear por parte dos americanos?

Alex S. Mendes
alexs@cvm.gov.br

Esse ataque, inigualável na história mundial, se deve à política rígida instaurada pelo presidente americano, principalmente no que se refere à ignorância aos ataques de Israel contra os palestinos, bem como ao projeto de escudo antimísseis americano.

Rogério Buglia
rogerio.buglia@bol.com.br

Os atentados vêm mostrar que a ques-

Cartas

tão palestina não é apenas o problema político-territorial a ser resolvido entre israelenses e palestinos. Os Estados Unidos, os países europeus, os árabes e os asiáticos não estão ausentes dessa discussão, muito menos o mundo islâmico extremista, que alimenta o terrorismo. Os atentados envolveram muito dinheiro e organização e não é uma facção qualquer que vai assumir tal ato — pago com a vida de centenas de civis inocentes.

Raquel Teles Yehezkel
raquel@editoraleitura.com.br

O presidente Bush não tem competência para governar o país mais poderoso do mundo. É um caipira de pouca visão e um antiestadista. Seu pouco jogo de cintura e sua visão ambígua dos problemas mundiais podem levar o planeta a uma situação sem precedentes de conflitos armados e terrorismo. Gerenciar problemas com ameaças ou dar apoio político e militar em momento errado é a mesma coisa que guiar um navio de encontro a um iceberg. A humanidade tem de pedir ajuda ao todo-poderoso, pois as coisas estão ficando pretas.

Emerson Robertson de Godoy
egodoy@br.inter.net

"A intolerância, associada às diferenças sociais, religiosas e econômicas, nos leva a cenas de terrorismo como as que foram vistas."

Roberto Teixeira
betoira@aol.com

E agora? Sabemos que tudo será diferente a partir dessa data, o mundo mudará. Podemos estar à beira da III Guerra Mundial. Infelizmente, mais uma vez, pessoas inocentes pagam por atos desconexos de um povo que não tem muito a perder, que festeja a morte de "irmãos" como se estes tivessem realizado a maior obra humana. Que Deus nos proteja. E que o presidente americano tenha calma e bom senso ao "revidar" a esses atentados.

Roseli Bernardes
rbernardes@uol.com.br

Acho que muita gente neste mundo ficou louca e o resto vive de soberba e hipocrisia. A maioria das manifestações que tenho visto dá a sensação de euforia, alguns até de felicidade, porque humilharam o país mais poderoso do mundo, os Estados Unidos. Não sou seu defensor, a mim o que importa são as pessoas que morreram. O ser humano. Estamos na vida para criar um mundo melhor, não como fazem alguns irresponsáveis, que gozam com a dor alheia.

Juan Carlos
botter@ciudad.com.ar
Buenos Aires, Argentina

A humanidade está em perigo. O país que todos achavam capaz de se defender e também a seus aliados foi pego completamente desprevenido. Se não houver uma revanche à altura, todos estarão vulneráveis ao desvario de fanáticos. Será que serão necessárias medidas extremas?

Luiz Carlos
cocuiaba@terra.com.br

Qual seria a verdadeira intenção do ataque aos Estados Unidos? Matar alguns habitantes e destruir alguns metros quadrados de área construída? Destruir a imagem americana? Muito pelo contrário. Estão com os americanos, hoje, a opinião pública mundial e países poderosos. Talvez até a Rússia e a China.

Carlos Alberto Gonçalves da Silva
São Bernardo do Campo, SP

Chamo a atenção para o detalhe de que entre as duas colisões e o desmoronamento das torres decorreu tempo suficiente para que, com o início da evacuação, agentes terroristas entrassem nos dois edifícios e instalassem os explosivos que os implodiram.

Reis Costa
Três Lagoas, MS

Não acreditei quando liguei a televisão. A imagem me arrepiou, impressionante. Um absurdo. Temo pelas próximas reações que podem ocorrer após esse lamentável fato.

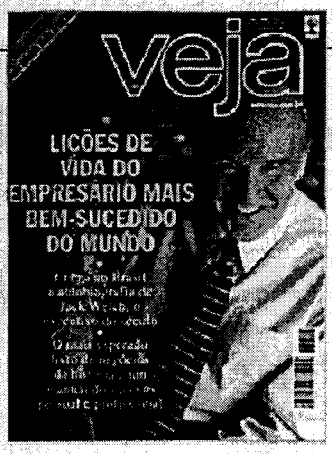
Fábio Gomes de Araújo
fa_gomes@uol.com.br

O ataque sofrido pelos Estados Unidos é covarde, absurdo, sem precedentes, apocalíptico! Gostaria de manifestar meu repúdio aos infelizes desprovidos de cérebro que estão manifestando alegria pela morte de milhares de pessoas.

Claudia Ávila
claudiaavila@ajato.com.br

De tudo isso podemos tirar uma lição: a de que devemos nos unir em prol do bem comum.

Marcos de Oliveira
Betim, MG



"Jack Welch é exemplo de executivo moderno: competitivo, produz qualidade e quer conquistar o consumidor, não enganá-lo."

Jorge Wagner
Ribeirão Preto, SP

Jack Welch

Maravilhosa a reportagem com o maior astro do capitalismo atual. É muito importante para nós, novos administradores, ler e aprender sobre essa lenda viva do mundo dos negócios ("O capital segundo Jack", 12 de setembro). *Márcio Franca de Almeia*
marcioal1@ig.com.br

Quem leu a obra de Welch pôde entender melhor o que vivemos com a sucessão presidencial. Não se vê um processo de renovação, seja das pessoas, seja das idéias. Infelizmente, os eleitores brasileiros não "demitem" por ano 10% de nossos "piores" representantes. A falta de renovação é tamanha que, mesmo numa conjuntura de baixa popularidade do governo, os candidatos de oposição não conseguem refletir algum tipo de modernidade. *Wiliam Tabchoury*
Piracicaba, SP

Educação

Excelente a reportagem "Isso é uma revolução" (12 de setembro). Um dos motivos pelos quais sou favorável à reeleição é este: a continuidade de planos, programas e projetos que deram certo, principalmente na área da educação. O governo Fernando Henrique será lembrado na posteridade pela revolução que fez na área do ensino fundamental.

Francisco de Assis Silva Alencar
misterfasa@bol.com.br

Stephen Kanitz

Fiquei encantada com o artigo "Nossa nova geração". Nossos jovens hoje não se limitam a se trancar em salas e a tramar revoluções. Inconformados com a injusta realidade, eles arregaçam as mangas e fazem a parte deles, ajudando em ações comunitárias e estudando, a fim de conseguir um futuro melhor para a nossa sociedade (Ponto de vista, 12 de setembro).

Ana Paola Alati Ornellas
Itapira, SP

Lobby aéreo

Como engenheiro de transportes e doutorando em turismo na Nova Zelândia, justamente pesquisando como o transporte aéreo pode ajudar o turismo brasileiro, não posso deixar de dizer que é um absurdo a farra das carteiradas que os militares exercem no transporte aéreo nacional. Fico me perguntando se, com todos os privilégios apresentados na reportagem, eles estão de fato dispostos a abrir mão da aviação civil ("A força da bancada aérea", 12 de setembro).

Guilherme Lohmann
Wellington, Nova Zelândia

Apontado por VEJA como beneficiário de passagens da Vasp para uma reunião com parentes em Brasília, esclareço que não as pedi nem as recebi gratuitamente. Apenas, há quatro anos, solicitei o desconto usual em todas as companhias aéreas quando se trata de grupo de passageiros. Eu poderia ter adquirido os mesmos bilhetes, com o mesmo desconto, em qualquer uma das demais companhias. Portanto, ao preferir a Vasp, fiz-lhe um favor, não obtive regalia.

Senador Edison Lobão
Brasília, DF

Roseana Sarney

Roseana é a chance que o Brasil precisava para eleger uma mulher sensível às necessidades sociais e convicta de suas decisões. Quanto à firmeza, não conheci nenhum presidente brasileiro verdadeiramente firme para enfrentar as maiores dificuldades do país: a corrupção, o desemprego, as desigualdades sociais ("Tudo por Roseana", 12 de setembro).

Karina Bazoni Giro
Cachoeiro de Itapemirim, ES

Etiqueta

Houve um engano na legenda da terceira foto (da esquerda para a direita) publicada na reportagem "Beleza põe mesa" (29 de agosto), página 133. A mesa descrita como noivado clássico, de Maria Célia Cury, é, na verdade, casamento romântico, de autoria da decoradora Eva Kracochansky.

Cássia Domingues e Cristina Cople
D2 Comunicação
São Paulo, SP

Festeiros

A reportagem "Quase famosos" (12 de setembro) menciona o fato de eu ser filha de Francese Petit e nora de Rita Lee como se isso fosse um ato de pura premeditação. Se é que a atenção que recebo realmente se deve ao fato de ser filha de meu pai ou nora de Rita, isso para mim é motivo de orgulho e alegria. Não pode haver maior privilégio que ter nascido com o sobrenome de um homem tão inteligente e criativo e poder compartilhar a vida de alguém como Rita, que dispensa qualquer tipo de apresentação.

Julia Petit
São Paulo, SP

Fotos invertidas

Depois de assistir ao filme *Amnésia*, voltei à edição de 29 de agosto para rever sua resenha. A foto apresentada está invertida, assim como as de Saddam Hussein e do papa Pio XII (Cartas, 12 de setembro). Os ferimentos dos personagens de Guy Pearce e Carrie-Anne Moss estão na verdade localizados na face esquerda de cada um, e não na direita. A tatuagem que ele apresenta na parte superior do peito só pode ser lida com o auxílio de um espelho no filme. No entanto, na foto é possível ler perfeitamente a mensagem "John G. raped and murdered my wife".

Victor Biagioni
victorsouthpark@yahoo.com

OS NÚMEROS

Correspondência da semana

E-mails	1 214
Fax	70
Cartas	130
TOTAL	1 414

Assuntos mais comentados

Ataque terrorista nos EUA	98
Nossa Senhora Desatadora dos Nós	55
Stephen Kanitz	37
Avanços na educação	35

CORREÇÕES: *A reportagem "O Proer, quem diria, deu lucro" (12 de setembro) diz que se estimava em 1996 que o Proer custaria 660 milhões de reais ou 1% do PIB. O certo é 0,1% do PIB.* ■ *O nome correto da cidade citada no artigo "Shakespeare no Piauí" (Diogo Mainardi, 12 de setembro) é Eunápolis.*

A DESCOBERTA DA

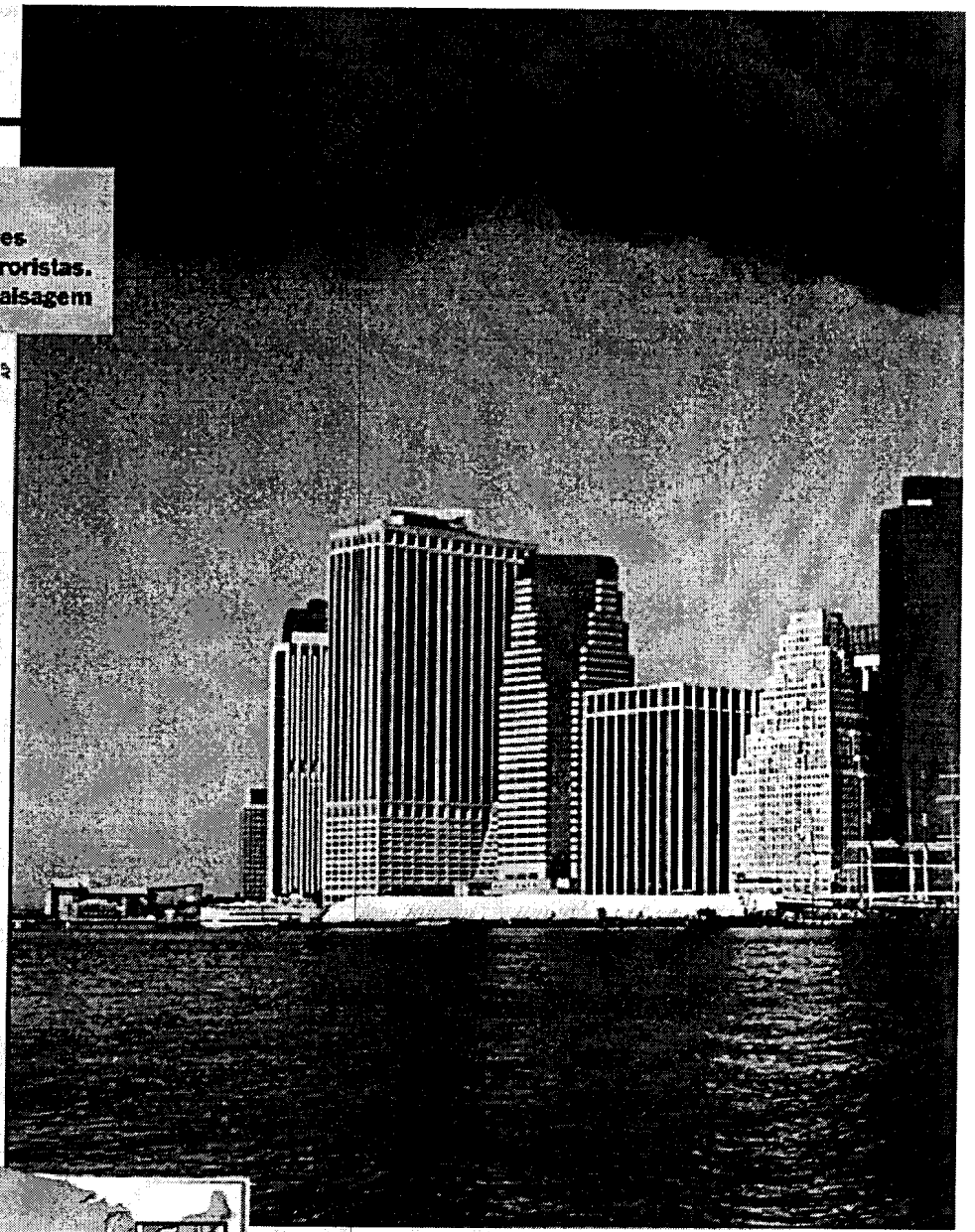
Durante a maior parte da terça-feira passada, os assessores do presidente dos Estados Unidos acharam que ele não deveria retornar a Washington. Era perigoso demais. George W. Bush seria depois criticado por ter ziguezagueado entre bases militares em vez de retomar logo sua cadeira no coração do poder americano, a Casa Branca. O fato é que se temia outro ataque terrorista bem-sucedido, dessa vez à sede da Presidência. As implicações contidas na hesitação de Bush são tremendas. Mostram até que ponto o mundo mudou depois dos ataques às torres do World Trade Center e ao Pentágono. A alteração mais imediata diz respeito ao fim do mito da invulnerabilidade do território americano. O país mais poderoso do mundo viu ícones de sua identidade nacional ser alvejados com desconcertante facilidade. Por volta das 9 horas da manhã, dois aviões de passageiros seqüestrados puseram abaixo as torres gêmeas do World Trade Center, cujo destaque no horizonte de arranha-céus de Nova York simbolizava a supremacia econômica da superpotência. Um terceiro aparelho despencou sobre o Pentágono, sede do poder militar do império, nos arredores de Washington. Um quarto avião tomado por terroristas espatifou-se no solo em campo aberto, depois que passageiros enfrentaram os seqüestradores. "Foi um ato de guerra", definiu o presidente Bush. Tratou-se, de fato, de uma ofensiva terrorista em larga escala, sem similar na história, com milhares de mortos inocentes. Uma das primeiras coisas que se ouviram foi o clamor por revanche. Os americanos acham que é preciso dar o troco — mas contra quem? "Não se trata apenas de capturar essas pessoas e fazer com que paguem pelo que fizeram", disse o subsecretário de Defesa, Paul Wolfowitz.

VULNERABILIDADE

MERGULHO FATAL
Com a torre norte já em chamas, os terroristas lançam o 767 da United Airlines direto na torre sul do World Trade Center. O avião, com 65 pessoas a bordo, espatifa-se contra o prédio. A torre desabou uma hora depois

FOTOS AP

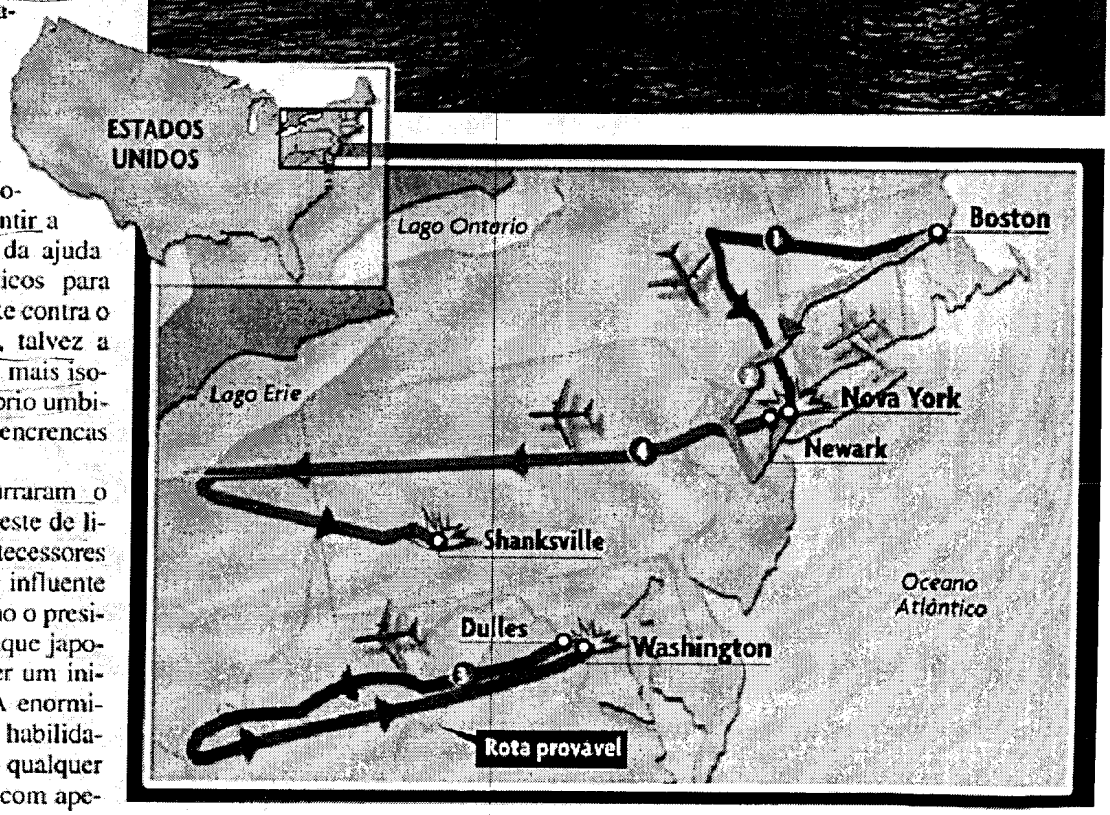
NOVA YORK EM CHAMAS
Incêndios tomam conta das duas torres atingidas por aviões pilotados por terroristas. A cidade perde dois marcos de sua paisagem

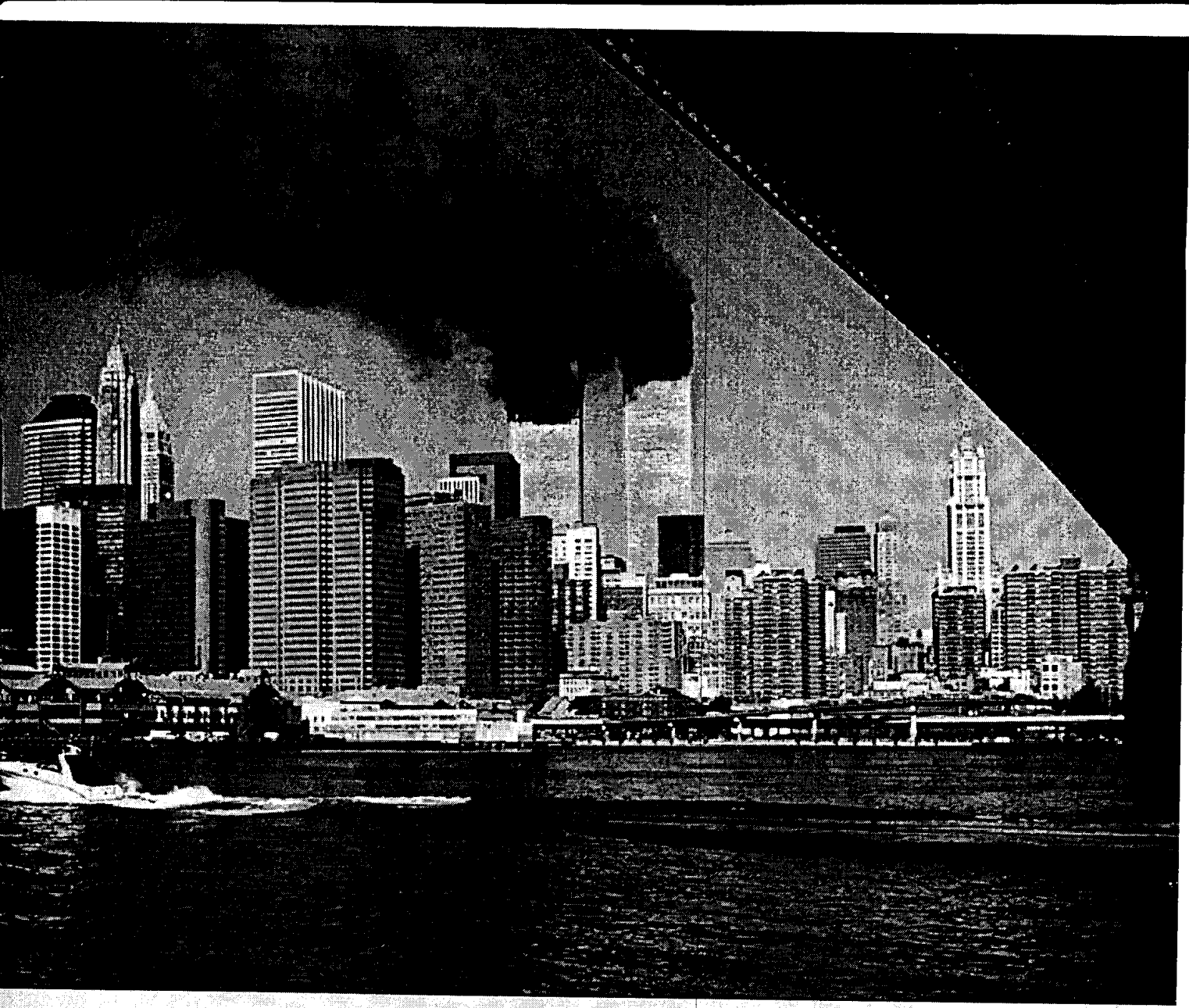


"É preciso também eliminar os santuários, os sistemas de apoio e acabar com os Estados que patrocinam o terrorismo." Até sexta-feira passada, o número oficial de mortos já ultrapassava 5 000, cinco prédios nova-iorquinos tinham desabado e outros, com estruturas abaladas, ameaçavam vir abaixo.

Dez anos atrás, depois do colapso da União Soviética, o presidente George Bush, pai de George W., anunciou uma nova ordem mundial, cuja base era o triunfo dos valores americanos e da democracia liberal. Parecia que o derradeiro desafio da humanidade era promover o comércio global. Vive-se agora uma realidade muito mais perigosa. A única superpotência tornou-se alvo de fanáticos dispostos a tudo. Como a nação mais poderosa do planeta pode proteger-se das atrocidades terroristas? A questão talvez tenha de ser formulada de outra forma: qual deve ser o papel dos Estados Unidos nessa nova conjuntura? Bush pode decidir mudar sua política de distanciamento em relação às áreas de conflito no exterior. Em vez de tomar decisões unilaterais, como tem feito desde que assumiu, em janeiro, o presidente pode admitir que os Estados Unidos sozinhos são incapazes de garantir a própria segurança. Precisam da ajuda dos outros países democráticos para uma ação conjunta e persistente contra o terrorismo. Ou, ao contrário, talvez a Casa Branca resolva ser ainda mais isolacionista, olhando para o próprio umbigo e tentando manter longe as encrencas do Terceiro Mundo.

Os acontecimentos empurraram o presidente dos EUA para um teste de liderança que raros de seus antecessores enfrentaram. Em editorial, o influente *Washington Post* diz que mesmo o presidente Roosevelt, depois do ataque japonês em Pearl Harbor, podia ver um inimigo definido com clareza. "A enormidade que confronta Bush exige habilidades difíceis de encontrar em qualquer presidente, ainda mais em um com ape-





OS ROTEIROS DO ATAQUE

Os terroristas agiram a partir de três aeroportos, seqüestrando quatro aviões que decolaram num intervalo de doze minutos

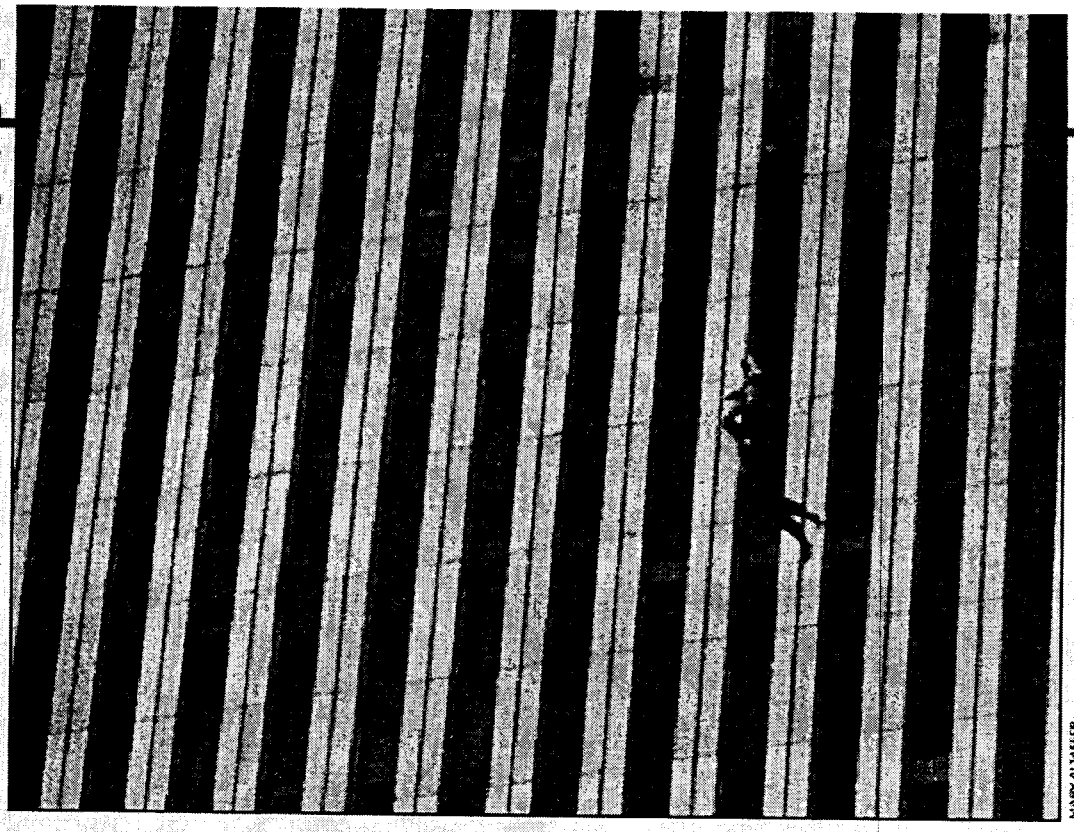
A DECOLAGEM	O ATAQUE
1 07:59 BOSTON O Boeing 767 da American Airlines decola para fazer o vôo 11, direto para Los Angeles, com 81 passageiros, nove comissários e dois pilotos	08:48 NOVA YORK O avião bate na torre norte do World Trade Center, na altura do 100º andar
2 07:58 BOSTON O Boeing 767 da United Airlines parte com destino a Los Angeles com 56 passageiros, sete comissários e dois pilotos, fazendo o vôo 175	09:03 NOVA YORK O avião choca-se contra a torre sul do conjunto de edifícios, à altura do 90º andar
3 08:10 DULLES, Washington O vôo 77, um Boeing 757, da American Airlines, parte com destino a Los Angeles, com 58 passageiros, quatro comissários e dois pilotos	09:43 WASHINGTON O Boeing é jogado sobre o Pentágono, a 3 quilômetros da Casa Branca
4 08:01 NEWARK O Boeing 757 da United Airlines deixa o aeroporto no início do vôo 93, com destino a San Francisco, com 38 passageiros, cinco comissários e dois pilotos	10:10 SHANKSVILLE O Boeing cai numa área desabitada, a 130 quilômetros ao sul de Pittsburgh, na Pensilvânia

nas oito meses de mandato e sete anos de vida pública", escreveu o jornal. O momento pertence aos guerreiros, reação natural diante da enormidade da agressão. Não é de espantar que, após os atentados, o tom do discurso americano tenha mudado. Desapareceu como por mágica o relativismo cultural e seu corolário, o respeito por aquilo que possa ser considerado politicamente correto. O relativismo cultural, teoria formulada na década de 30 pelo antropólogo americano Melville Jean Herskovitz, preconiza que nenhuma cultura é superior a outra. Que cada uma deve ser entendida dentro de seu próprio contexto e, por isso mesmo, não cabem comparações entre elas. Em 1947, Herskovitz apresentou à Organização das Nações Unidas uma "recomendação" para que fossem respeitadas as culturas dos diferentes povos do mundo.

É dessa perspectiva que alguns estudiosos acham possível justificar, por exemplo, a prática de muçulmanos africanos de extirpar o clitóris das adolescentes. Do relativismo cultural nasceria na década de 80 o discurso politicamente correto, que aboliu do vocabulário palavras e expressões que soam pejorativas a minorias étnicas, homossexuais e portadores de deficiência física. Entre os governos, o politicamente correto baniu de documentos e discursos termos que pudessem soar chauvinistas e prepotentes. Com os atentados, o relativismo sofreu um abalo: por alguns dias, pelo menos, o mundo voltou a ser dividido entre países civilizados e nações bárbaras. E, contra os bárbaros, políticos e analistas pediram "vingança". Com a autoridade de veterano do Vietnã e da Guerra Fria, o ex-secretário de Estado Henry Kissinger aconselhou os americanos a cuidar dos feridos e restaurar algum tipo de vida normal, como primeira resposta ao terrorismo. Depois, o governo deve empenhar-se numa resposta persistente para levar à destruição o sistema responsável pelo atentado. "A vitória não virá num único ataque", afirma Samuel Berger, presidente do Conselho de Segurança Nacional no go-

MARIO TAMA/GETTY IMAGES

HORAS DE PAVOR, MORTE E DESTRUIÇÃO
Na rua, nova-iorquinos usando máscaras contra a fumaça fogem do desabamento iminente *(acima, à esq.)*. Sem esperança de resgate no World Trade Center, o homem se joga para a morte *(acima, à dir.)*. Bombeiros vasculham os escombros após a queda dos prédios, numa paisagem que lembra Hiroshima depois da bomba atômica *(ao lado)*



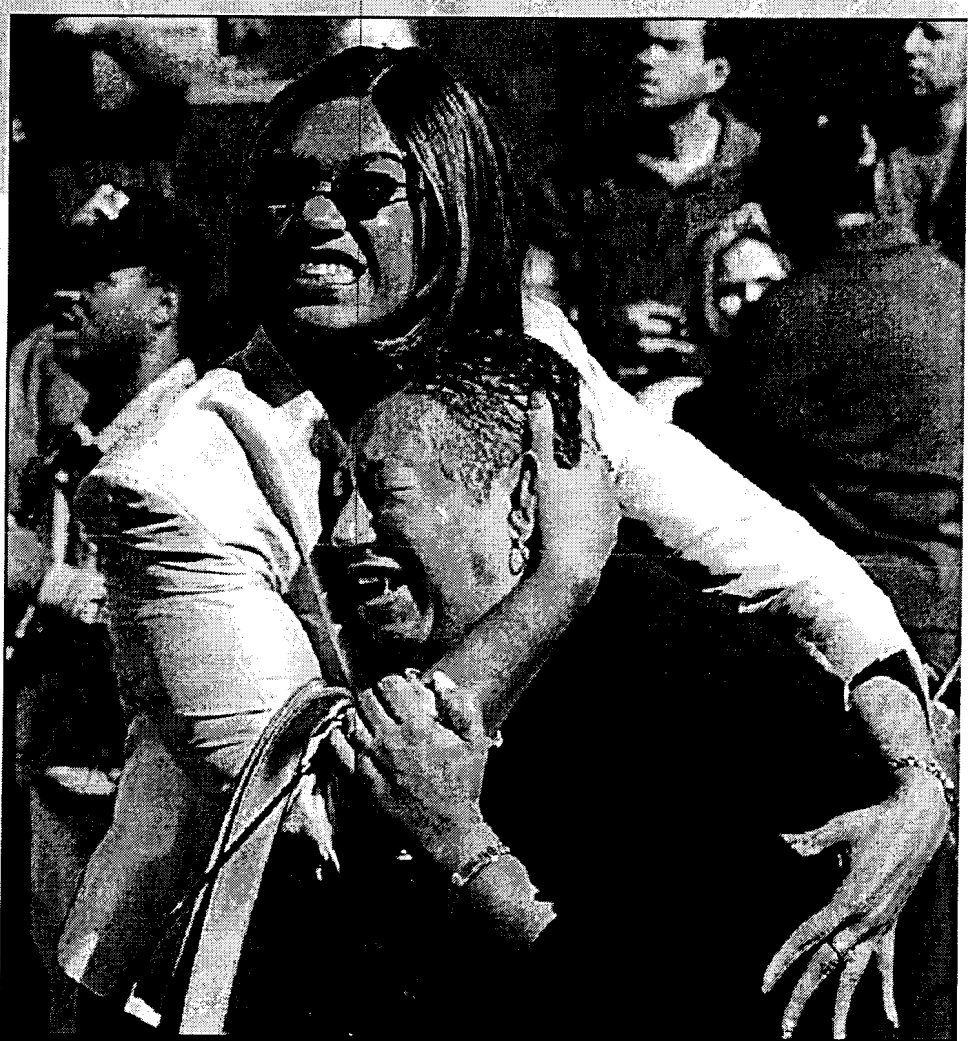
MARTY ALTAFFER

verno Bill Clinton. "É preciso desencadear uma guerra fria ao terror."

Como Israel, os Estados Unidos estão ansiosos para demonstrar que os ataques sempre serão respondidos. O problema óbvio da retaliação é a dificuldade em identificar o alvo. Na quinta-feira, o secretário de Estado, Colin Powell, confirmou que o principal suspeito é o milionário saudita Osama bin Laden. Fanático islâmico que se esconde no Afeganistão, ele declarou guerra aos Estados Unidos em nome de Alá. Depois de atentados contra a embaixada americana no Quênia e na Tanzânia, em 1998, aviões e navios americanos bombardearam campos de treinamento de Bin Laden e uma fábrica de medicamentos no Sudão, que se acreditava estar produzindo e armazenando armas químicas para terroristas — mas tais ações tiveram pouco efeito. Mesmo que se descubra que o Afeganistão está diretamente envolvido, ataques aéreos não seriam decisivos naquele país arruinado por mais de duas décadas de guerra civil e pela insana política de retorno aos costumes medievais implantada pelo Taliban, a milícia fundamentalista que domina a maior parte do território. Diante do horror da destruição em Nova York, é improvável que o governo ou a opinião pública fiquem satisfeitos com uma simples retaliação aqui ou ali. "Não pensem que um único contra-ataque vai eliminar do mundo o tipo de terrorismo que nós vimos ontem", advertiu Colin Powell. "Isso vai exigir um ataque múltiplo em várias dimensões." Só se pode imaginar como será travada a guerra da superpotência contra terroristas que se escondem nos grotões do Terceiro Mundo. Com o fim das ideologias e depois dos atentados, o planeta está agora obcecado pela segurança. Provavelmente os Estados Unidos darão prioridade aos aliados que os ajudem na manutenção da ordem. É o tipo de discussão da qual o Brasil geralmente fica de fora.

O ataque da semana passada tem a assinatura de um tipo particularmente terrível de terrorismo, cuja motivação é o fanatismo muçulmano. Diferente do

terrorismo clássico, que opera em território definido e pretende representar o interesse de determinada parcela da população, o terror islâmico só fala em seu próprio nome e pode estar sediado em qualquer lugar. Não envia soldados em submarinos nem dispõe de uma máquina de guerra detectável pelos radares. Seus soldados surgem das sombras, dispostos a morrer junto com suas vítimas, o que torna mais difícil prevenir os ataques. "Covardes que não mostram a cara", nas palavras do presidente Bush. Ele foi eleito com o diagnóstico correto de que os Estados Unidos são vulneráveis a um ataque. O erro estava no remédio. Bush planeja instalar um sistema bilionário contra ataques nucleares, o escudo contra mísseis. Os ataques da semana passada mostram, no entanto, que o país é altamente suscetível às surpresas do golpe terrorista. A ameaça mais premente não está nos artefatos bélicos enviados por nações fora-da-lei, mas em simples bombas escondidas em maletas. Tudo de que os terroristas precisaram para criar o cenário de morte e destruição em Nova York e Washington foram passagens aéreas e facas.



A DOR DA PERDA Ambulâncias e familiares desesperados, nas ruas de Nova York: esperança de encontrar sobreviventes

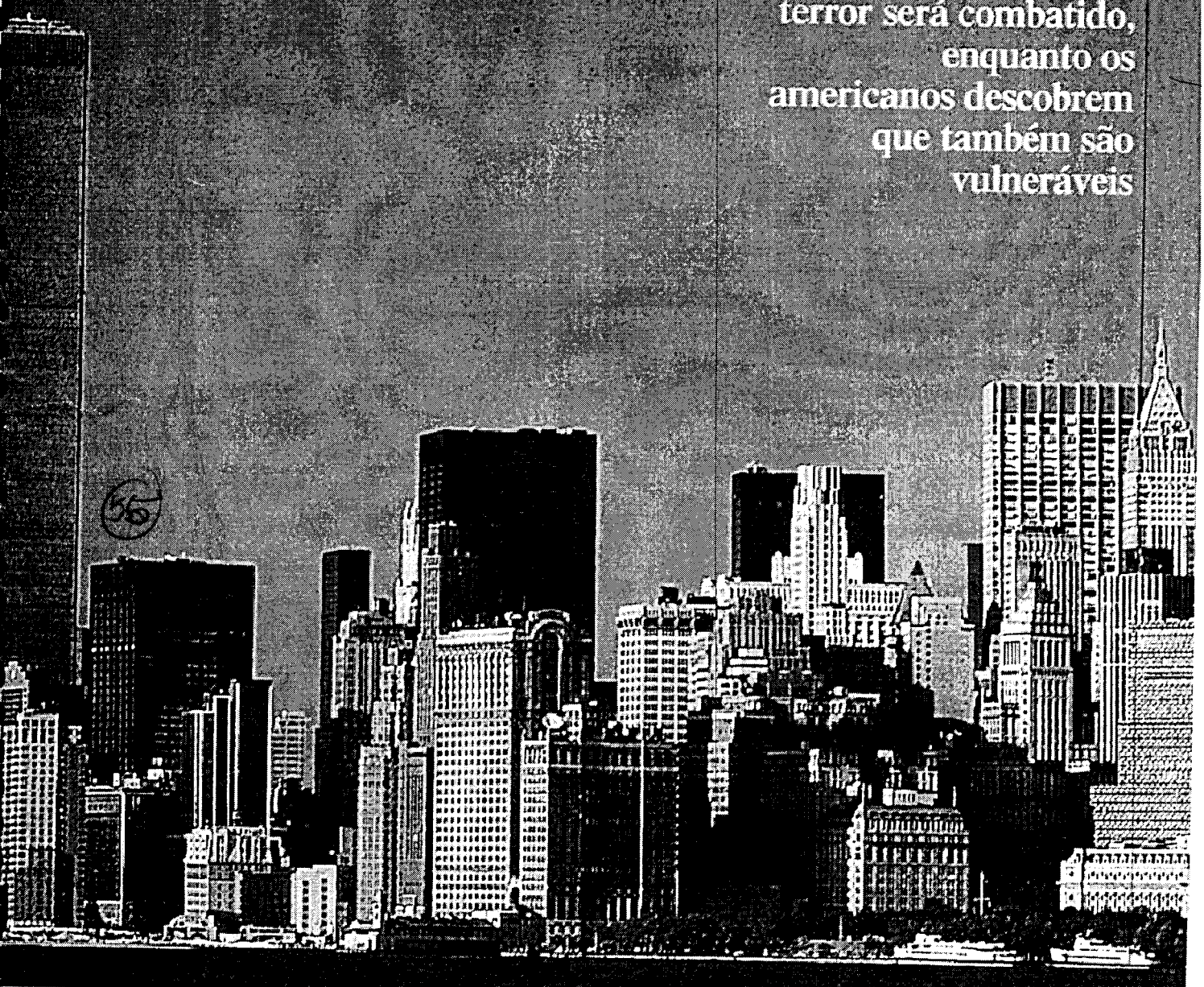
Os americanos gastam 30 bilhões de dólares por ano em inteligência, e só a CIA, o serviço de espionagem, tem 2 000 agentes no exterior. O sistema caríssimo de vigilância eletrônica por satélites é capaz de fazer fotos tão detalhadas que se podem identificar pontas de cigarros jogadas fora pelos guerrilheiros no Afeganistão. A rede de vigilância envolve ainda aviões, navios e 5 000 pontos de captação de informações no mundo inteiro. A tecnologia empregada permite rastrear uma ligação de celular em qualquer lugar. Como nada disso funcionou? Nenhum dos treze órgãos encarregados de monitorar, receber e analisar todo tipo de informações relacionadas à segurança conseguiu evitar a entrada no país e a comunicação entre os terroristas. Não espanta tanto o frágil sistema de segurança nos congestionadíssimos aeroportos americanos. Mais difícil de explicar é como são tão desprotegidas até

NOVA YORK, 8H48, TERÇA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2001

ESTE MUNDO SERÁ O

NUNCA MAIS MESMO

Depois dos atentados em Nova York e Washington, mudam o conceito de terrorismo e a forma com que o terror será combatido, enquanto os americanos descobrem que também são vulneráveis



REUTERS

AP

morrer e se une num ódio incontrolável contra os Estados Unidos, em sua opinião um país satânico. Em sua visão, atacar o demônio americano garante ao fiel um lugar de honra no paraíso. Como se pode lidar com terroristas cujo objetivo é retornar ao século VIII? Eles não fazem exigências, não pedem dinheiro para libertar reféns. Só querem ver sangue. Os Estados Unidos tinham passado praticamente incólumes ao terrorismo. Há décadas a Europa e o Oriente Médio sofrem com bombas e tiroteios de várias maneiras. Só nos anos 90 houve os primeiros atentados, mas todos de pequena monta. O mais sério foi perpetrado exatamente contra o World Trade Center, em 1993. Um grupo de egípcios, paquistaneses e palestinos colocou um carro-bomba no subsolo de uma das torres gêmeas, matando seis pessoas. O objetivo era convencer os Estados Unidos de que estavam em guerra com o Islã. É espantoso que, apesar disso, a maioria dos americanos se acreditava livre dos horrores vistos em outros países pela televisão. Os planos de contingência previam ataques com armas biológicas ou químicas — ninguém imaginou seqüestradores armados com facas em aviões comerciais.

O governo americano já tem provas suficientes para responsabilizar o fundamentalismo islâmico. Dezenove dos seqüestradores que morreram nos ataques já tinham sido identificados na sexta-feira passada, assim como duas dúzias de terroristas que participaram da logística. São todos árabes, vários usavam passaportes sauditas. Meia dúzia deles freqüentou escolas de pilotagem na Flórida e em Boston. No mundo islâmico, as reações variaram da reprovação ao terrorismo à saudação dos ataques como um ato de vingança contra os Estados Unidos. Muitos muçulmanos se cansaram das sanções aplicadas pelos americanos ao Iraque ou estão indignados com o sofrimento dos palestinos sob ocupação militar israelense. Há notícias de que Bin Laden está particularmente irritado com o apoio de Washington a Israel. Se for esse o caso, acaba de destruir com seu

ASSASSINOS IDENTIFICADOS

A polícia americana já tinha identificado, na sexta-feira passada, pelo menos dezenove dos terroristas. Eram, na maioria, sauditas. O FBI acredita que Mohamed Atta *(à esq.)*, 33 anos, pilotou o Boeing que primeiro bateu no World Trade Center. Marwan Shehhi, 23 *(à dir.)*, morreu no segundo avião a se chocar contra as torres

mesmo as instalações militares e a sede do governo em Washington. A hesitação em voltar a Washington pode valer pontos negativos na popularidade do presidente Bush, mas tinha fundamentos mais fortes. Como se saberia depois, a Casa Branca e o avião presidencial, o Air Force One, estavam entre os alvos dos terroristas na terça-feira passada.

Parte dos problemas em evitar os ataques decorre do caráter especial do terrorismo islâmico. Os espiões americanos têm dificuldade em infiltrar os grupos, pois não são bem-vindos nem podem contar com a colaboração das autoridades na maioria dos países muçulmanos. Mas operações de grande porte deixam pistas bem concretas. Para um homem-bomba na Palestina basta enrolar explosivos em torno da cintura e procurar vítimas indefesas entre os israelenses. Um ataque como o da semana passada exige planejamento sistemático, boa organização, bases de apoio e algum dinheiro. Não é possível improvisar numa operação dessa magnitude. O FBI acredita que cada avião foi tomado por um grupo de quatro ou cinco homens. Outra meia centena de conspiradores fez o trabalho de retaguarda. Por que os americanos, tão bem equipados tecnologicamente, tão armados de sistemas de segurança, não tomaram conhecimento de um movimento sequer desses criminosos?

A FAVOR DO TERRORISMO Palestinos comemoram atentados contra os americanos em um campo de refugiados no Líbano: alegria com a desgraça do "grande Satã"

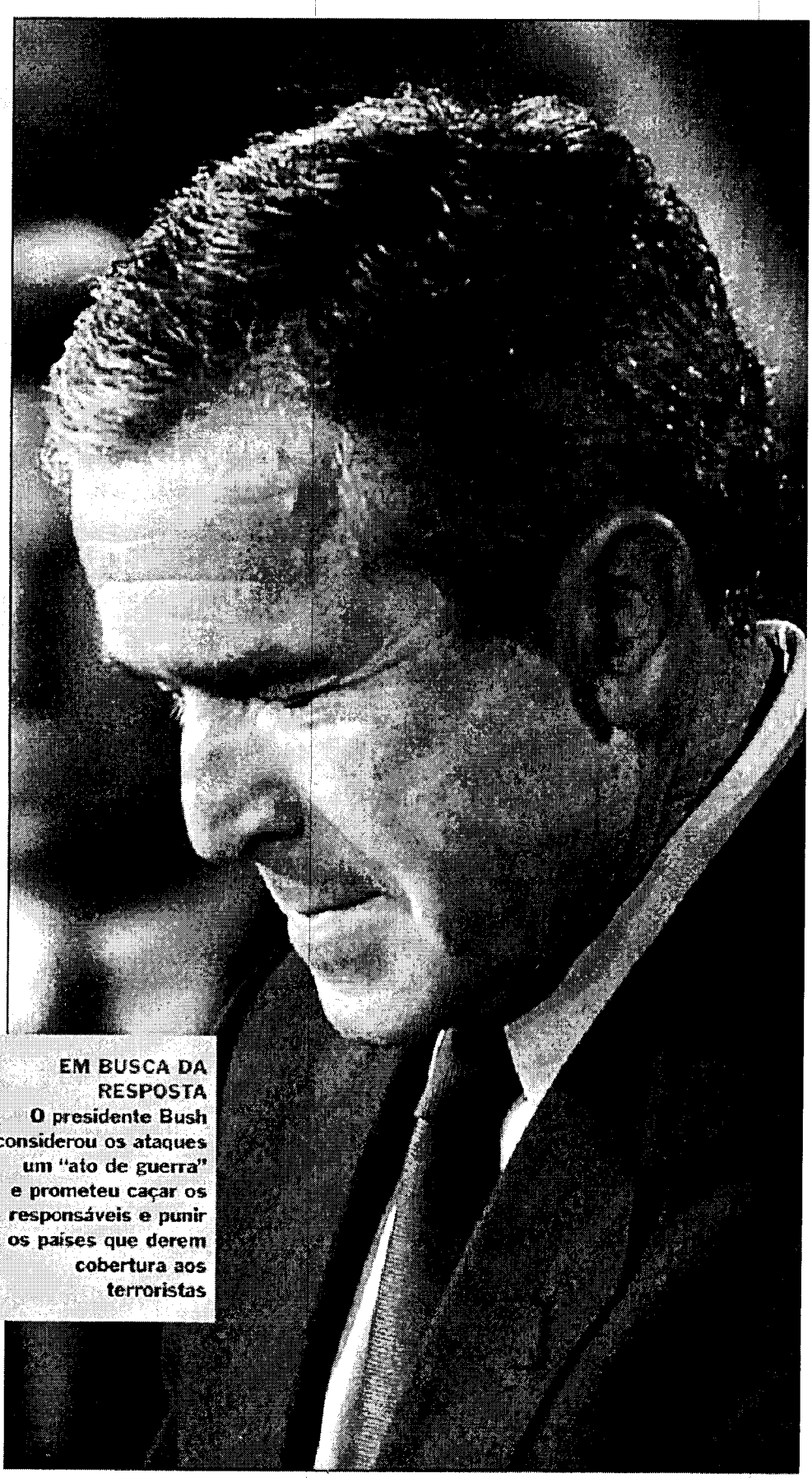
A última vez que os Estados Unidos testemunharam um ataque terrorista de grandes proporções foi em 1995, na cidade de Oklahoma, com 168 mortos. Foram rápidos em acusar fanáticos muçulmanos. Logo descobriram que o culpado era um fanático doméstico, Timothy McVeigh. Réu confesso, foi executado em junho. A comunidade árabe nos Estados Unidos costuma usar o episódio como comprovação de preconceito e discriminação. Há mais de 1 bilhão de muçulmanos espalhados por quase todos os países. Na maioria, são moderados. A minoria radical, no entanto, tem uma disposição fanática para matar e

REUTERS

atentado insano as reservas de simpatia mundial em relação ao povo palestino. Pode-se até dizer que a partir de agora os americanos devem mostrar-se mais compreensivos diante da brutal reação israelense ao terrorismo islâmico. Do ponto de vista do fundamentalismo islâmico, é bom que se diga, a questão da criação de um Estado palestino independente é um detalhe secundário numa guerra maior: a que visa a impor sua versão fanática do Islã a todo o mundo. Nesse aspecto, o que os fundamentalistas não suportam em Israel não é a opressão de uma população sob ocupação, mas o fato de o Estado judeu ser a presença ocidental mais perto de suas mesquitas. Se destruíssem Israel, o que viria depois? Os terríveis atentados nos Estados Unidos dão idéia do que são capazes.

Apesar dos prognósticos de que os Estados Unidos podem tornar-se menos cordiais em suas relações internacionais, o mundo tende a se transformar em um só. Também nesse aspecto há mudanças em curso. A oposição à globalização já existia como fenômeno ambientalista, de minorias, das ONGs e dos sindicatos. Agora também deve levar em conta essa nova complicação: o Islã como fonte de preocupação para a paz mundial. A globalização incomoda a turma do turbante pela modernidade que traz no bojo. O fundamentalismo islâmico é, em boa medida, a manifestação de uma elite que exerce sobre seus povos uma tirania milenar, baseada na religião e nos costumes imutáveis. Se é contra a civilização ocidental é porque não pode conviver com seus princípios básicos, notadamente a liberdade política e individual. O universo dos fundamentalistas é aquele em que se queimam livros, se proíbem filmes e música. As mulheres são cobertas de véus e devem submissão ao poder masculino. Os fundamentalistas usam Deus como desculpa para todas as coisas — inclusive as mais terríveis atrocidades, como as cometidas em Nova York e Washington. Os aviões da semana passada não foram jogados contra prédios, mas contra um sistema de vida. Esta guerra está apenas começando. ■

TERRA DEVASTADA Bombeiros trabalham entre os escombros do World Trade Center. Ruas e pontes fechadas no coração financeiro dos Estados Unidos



EM BUSCA DA RESPOSTA
O presidente Bush considerou os ataques um "ato de guerra" e prometeu caçar os responsáveis e punir os países que derem cobertura aos terroristas

AFP